



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

M MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 33 - Nº 650 - DE 31 DE OUTUBRO A 14 DE NOVEMBRO DE 2021 - R\$ 4,00

Funcionalismo responde com luta à contrarreforma administrativa de Bolsonaro, governadores e prefeitos

**Montadoras impõem a suspensão
temporária dos contratos (lay-off)**

A marcha da crise econômica impulsiona a pobreza, miséria e fome

**Que as centrais, sindicatos e movimentos convoquem
um Dia Nacional de Luta, com paralisações e bloqueios,
em defesa dos empregos, salários e direitos trabalhistas,
como preparação da greve geral**



**Realizado o ato-político dos
104 anos da Revolução Russa**

**Criada a Associação 1º de Maio
de Cultura Operária**

**TODA FORÇA À CAMPANHA CONTRA A PERSEGUIÇÃO
DA “ESCOLA SEM PARTIDO” À PROFESSORA MÔNICA MORAIS!**

Organizar a classe operária para responder à desintegração do capitalismo e à barbárie social

Instituições e órgãos de imprensa da burguesia estão obrigados a expor o flagelo da miséria e da fome. As cenas de famílias disputando dejetos alimentares, e recorrendo a doações de ossos para não morrerem de fome, sensibilizaram a pequena burguesia, e animaram correntes de esquerda a se lembrarem do socialismo, bem como da necessidade de lutar pelos empregos e da existência de tradicionais bandeiras da classe operária. A indignação com o fato de 1% controlar a maior parte da riqueza e com a constatação de que concentrou ainda mais capital, durante a mortífera Pandemia, é justa, mas carregada de hipocrisia. As instituições da burguesia estão também obrigadas a ocultar as raízes da pobreza, miséria e fome, e a desconhecer que a barbárie – em meio a tanta capacidade produtiva e riqueza acumulada – é estrutural, expressa contradições profundas da sociedade de classes, e não tem solução nos marcos do capitalismo.

Não é de hoje, nem resultado da Pandemia, que famílias famintas vão à procura de restos alimentares e ossos. É bom lembrar, neste caso, a “Geografia da Fome”, do médico sanitário Josué de Castro, que aspirava reformas progressivas para combater essa endemia social. Nunca a burguesia e seus governos foram capazes de erradicar a miséria, que tortura milhões de brasileiros, diariamente. O reformismo foi pródigo em apresentar caminhos e soluções. Mas, o capitalismo da época imperialista e do saque das semicolônias é irreformável. Ou o proletariado toma a frente da maioria oprimida, e marcha contra a propriedade privada dos meios de produção, contra o regime de exploração do trabalho, e contra a ditadura de classe da burguesia, ou a barbárie continua a sacrificar uma parte considerável das massas oprimidas. Ou se organiza para a revolução social, para constituir a ditadura do proletariado contra a minoria dominante, e para transformar o capitalismo em socialismo, ou continuará padecendo da pobreza, miséria e fome.

Essa constatação histórica emerge da realidade objetiva, demonstrada pelos números catastróficos que foram apresentados pelas próprias instituições dos exploradores. E, também, demonstrada pelas tendências gerais de desintegração do capitalismo mundial, cujas refrações nos países semicoloniais são de retrocesso econômico e potenciação da barbárie.

O ponto de partida da autodefesa dos explorados está na organização e unificação da classe operária como força motriz da resistência. Sem uma poderosa resistência das massas, sob a direção do proletariado, não é possível combater as causas da fome, e avançar no sentido de sua erradicação. Ocorre que a classe operária se encontra submetida à política reformista, de conciliação de classes e burocrática.

Segundo indicadores, desde a crise de 2015, foram fechadas 36.600 fábricas, milhões de assalariados foram demitidos, e o desemprego e o subemprego atingiram marcas históricas. A recessão e a tendência estrutural à estagnação das forças produtivas resultam em ampliação da pobreza, miséria e fome.

O que fizeram os sindicatos e os movimentos populares? Adaptaram-se ao curso da crise capitalista, mantendo-se na passividade e no colaboracionismo. Ignoraram o fechamento nação de fábricas, e se colocaram em uma posição impotente, diante das contrarreformas trabalhista e previdenciária. Sobreveio a Pandemia. O que fizeram as direções? Fecharam as portas dos sindicatos, se refugiaram no mundo virtual, e colaboraram com o governo, o Congresso Nacional e o patronato, na aplicação da MP 936. Os operários da Renault, do Paraná, entraram em greve contra as demissões. Abria-se, assim, o caminho para reativar o

movimento operário. O que fizeram os sindicatos e centrais? Assistiram à derrota da luta. A Ford e, em seguida, a LG anunciaram o encerramento de suas fábricas. O que fizeram as direções? Esperaram que os demitidos se cansassem, desistissem de defender os empregos, e aceitassem um acordo de indenização.

Depois de um ano e três meses agarrados no mastro da política burguesa de isolamento social, que implicava garantir que os explorados não se rebelassem nos locais de trabalho, e não fossem às ruas, as direções sindicais e políticas, em 29 de maio, decidiram abrir as portas dos sindicatos e romper a passividade. Reiniciaram as mobilizações de massas, não para lutar por um programa próprio de defesa da vida dos explorados; não para reagir ao desemprego, ao subemprego, à destruição de direitos e ao avanço da fome; não para mobilizar, desde as fábricas, os bairros empobrecidos e miseráveis. Estava colocada, prematuramente, nas ruas, a disputa eleitoral. O “Movimento Nacional pelo Fora Bolsonaro” se erguia como caixa de ressonância pela abertura do processo de impeachment de Bolsonaro, no Congresso Nacional.

O PT, a CUT e aliados justificaram o sentido da remoção do governo ultradireitista, como um meio para constituir um novo governo, que se ocuparia em resolver a calamidade do desemprego, da redução da renda e da projeção da fome, portanto, em reativar a economia. Com essas promessas eleitorais, se desviou a luta por um programa próprio de reivindicações, e se manteve a classe operária desorganizada.

Agora, neste exato momento, a burocracia da Força Sindical quebrou a greve da GM, por aumento real dos salários e proteção dos direitos dos sequelados. As montadoras estão impondo os lay-offs, que são a porta para as demissões futuras, e os PDVs. As recontrações no comércio e serviços, principalmente, se fazem com o rebaixamento salarial, e cresce a informalidade. A inflação saltou para mais de 10%, rompendo de vez com a meta de 3,5%. A alta dos juros (Selic) já não foi tão gradual. A dívida pública parasitária pesa ainda mais contra a retomada do crescimento econômico. Tudo indica que o País estará à borda da recessão no ano que vem.

Bolsonaro abriu uma grande discussão no interior da burguesia, sobre o mísero “Auxílio Brasil” e os precatórios, em um gesto de desespero eleitoral. Ofereceu ao grande capital e ao imperialismo, promover a privatização definitiva da Petrobras e dos Correios. A montagem das candidaturas passa a dominar a situação política. Finalizaram-se os trabalhos da CPI, e nada indica que seus resultados modificarão a correlação de forças no Congresso Nacional, em torno ao impeachment. Se não houver nenhum grave tropeço do governo, a probabilidade do “Movimento Nacional do Fora Bolsonaro” se esvaziar está colocada. Mas, as condições de existência das massas continuarão agravando-se.

Destaca-se no momento a mobilização do funcionalismo, em resposta à contrarreforma administrativa. Todo esforço de unificação nacional é necessário. Para vencer, é preciso ampliar o movimento de massa. A bandeira do POR de convocação pelas centrais de um Dia Nacional de Luta, como parte da preparação da greve geral, está de acordo com as tendências de luta que se desenvolvem à margem do movimento pequeno-burguês e burguês do “Fora Bolsonaro”. A tarefa continua sendo a de organizar a classe operária, como força motriz do movimento de resistência à barbárie, e de combate ao capitalismo e à opressão imperialista.

Permanece a crise econômica

Como responder às suas consequências sociais

O ministro da Economia, Paulo Guedes, tem procurado contrapor-se ao pessimismo de importantes setores do empresariado. Mas, a sua avaliação do crescimento econômico em forma de V caiu no descrédito. Instituições nacionais e internacionais já não compartilham da estimativa de que este ano é de retomada econômica. A volta das atividades, depois do esgotamento da política burguesa do isolamento social, mal cobrirá o crescimento negativo de 4,1%, em 2020. A perspectiva para o próximo ano também teve de ser refeita. Ou o crescimento poderá ficar abaixo de 1%, ou até mesmo adentrar na recessão. As travas para a retomada do crescimento real da economia brasileira são parte das que se manifestam na economia mundial. Mais perto do Brasil, a economia latino-americana, não só foi duramente golpeada no período da crise sanitária, como debilitada diante da necessidade de retomada do crescimento nos próximos anos.

O contorno mundial aos impactos da Pandemia não resultará, tudo indica, em um impulso às forças produtivas. Os sinais de crise da economia chinesa e do descenso geral na Ásia atingem negati-

vamente a investida dos Estados imperialistas – Estados Unidos e Europa –, que injetaram trilhões de dólares, para proteger os seus monopólios.

O Brasil aumentou a sua dependência externa, com a elevação da exportação de commodities (matérias-primas e produtos agropecuários), principalmente para a China. O que se deu, contraditoriamente, no quadro de retração industrial. Esse mesmo fenômeno atinge, ainda que em graus distintos, a América Latina, ou seja, o continente exportador de commodities. O Brasil, como maior economia latino-americana, sofrerá mais duramente, caso o crescimento da China continue desacelerando.

As estimativas de baixíssimo crescimento no ano de 2022, como se vê, se assentam nas tendências de continuidade da crise mundial. Os desequilíbrios internos voltaram a assombrar o país. A alta inflacionária, que atinge, sobretudo, o custo de vida da maioria oprimida, nas condições de estagnação econômica, expressa a ação predadora dos monopólios e do capital financeiro.

O sonho de manter o chamado “Teto de Gastos”, criado na ditadura civil de Temer, se tornou insustentável no go-

verno Bolsonaro. A margem de manobra do governo, quanto à utilização dos recursos orçamentários, diminuiu ainda mais com o aumento da dívida pública, que mantém o Tesouro Nacional sitiado. A inflação rompeu o teto da meta fiscal, o que tem levado o Banco Central a reiniciar a escalada dos juros da dívida pública (Selic). O acúmulo desses fatores negativos se manifestará com maior contundência ainda, no próximo período. Não haverá, portanto, como a burguesia e seus governos removerem o peso do desemprego e subemprego que esmagam as massas.

Esse quadro de decomposição econômica e social fermenta as tendências de luta entre os explorados. As direções sindicais e políticas, que vêm dirigindo as manifestações da Campanha Nacional do Fora Bolsonaro, se armam para a disputa eleitoral, apoiando-se no desastre econômico. Esse desvio está plenamente configurado. O que tem implicado amortecer as tendências de luta. Mantém-se a tarefa da vanguarda com consciência de classe de combater pelo programa próprio de reivindicações do proletariado, pela organização independente, e pela unificação dos explorados.

Auxílio Brasil, Bolsonaro segue a trilha de Fernando Henrique e de Lula

A enorme miséria e a fome imperantes entre as massas são estruturais no Brasil. Os governos, de distintas orientações políticas, se veem obrigados a manipular os explorados, em torno do que se denominam “desigualdades sociais”. A ideia reformista é a de diminuir as distâncias entre os muito ricos e os muito pobres.

O governo do PSDB foi pródigo em aplicar a orientação neoliberal, ditada pelo imperialismo, e oferecer aos miseráveis migalhas, com o Bolsa Escola, Bolsa Alimentação e Auxílio Gás. As “desigualdades sociais” não sofreram nenhuma mudança. Já no governo de Lula, com o Bolsa Família e outros inúmeros programas assistenciais, foi avaliado, por organismos internacionais, que houve uma certa diminuição das desigualdades.

Evidentemente, nas condições de crescimento econômico, de diminuição do desemprego, de controle inflacionário, e de aumento real do salário mínimo (ainda que a conta-gotas), como se passou no período de Lula, o grau de miserabilidade e de fome pode ser atenuado. Mas, essas ações não alteram o seu caráter estrutural, e não provocam nenhum abalo no quadro geral da mise-

rabilidade. Continua imperando a lei da exploração do trabalho e da acumulação de capital, que resulta na lei do empobrecimento progressivo das massas, e no avanço da barbárie social, ou seja, na fome de milhões.

Bolsonaro pretende também deixar a sua marca, “inovando” com o “Auxílio Brasil”, que substituirá o Bolsa Família, como fez Lula com o programa Bolsa Escola de Fernando Henrique. Momentaneamente, recorre ao mísero assistencialismo, na tentativa de se erguer eleitoralmente. Lula não deixa por menos, se fosse ele presidente, concederia R\$ 600, e não R\$ 400, como apregoou. Esse é o jogo presidencialista. Lembremos que, ao se decidir pelo auxílio de emergência, o Congresso Nacional elevou os R\$ 200, estipulados pelo ministro Paulo Guedes, para R\$ 500, e Bolsonaro cobriu a aposta, com R\$ 600.

A diferença, agora, está em que os credores da dívida pública avaliam que essa história foi longe demais. Agravou o problema, o fato de Bolsonaro não ter como pagar os precatórios, que venceram e, ao mesmo tempo, aumentar as despesas com o “Auxílio

Brasil” e com as “emendas parlamentares”, que servem para comprar o apoio do “centrão”. Parcela importante do grande capital, em especial dos bancos e agências de investimentos parasitários, está possessa com o desbaratamento do “Teto dos Gastos”, que funciona como um seguro ao pagamento dos juros.

Depois das manifestações bolsonaristas, em 7 de setembro, a camarilha governamental resolveu mudar a tática do confronto com a oposição, para a de mostrar serviços à população. Tudo indica que um candidato da “terceira via” tem pouca chance de se afirmar. Os bolsonaristas sabem das fraquezas da oposição de centro-direita, e da rejeição de uma fração da burguesia à candidatura petista. A disputa de Bolsonaro com Lula garante apoio, líquido e certo, do empresariado do agronegócio, dos latifundiários, dos grileiros, das mineradoras e das madeireiras. Os partidários do reformismo e da candidatura de Lula se encontram em uma situação incômoda, não podendo combater o “Auxílio Brasil”, uma vez que vem da linhagem da política de “transferência de renda”.

O desemprego teve uma queda, de 14,6%, para 13,7%, ou, de 14,8 milhões de desempregados, para 13,7 milhões. O que não aumenta muito a margem de manobra de Bolsonaro, principalmente porque o desemprego continua alto, e houve uma queda de 10% no valor do salário médio. A alta inflacionária vem causando es-

tragos à maioria oprimida. Os reformistas e o seu braço burocrático nas centrais, sindicatos e movimentos fazem de tudo, para que a pressão dessa realidade econômica, social e política não abra caminho para um movimento de massas, que erga as bandeiras de emprego, salário e direitos trabalhistas. Estão empenhados em ajustar essas pressões ao curso eleitoral.

Caso não ocorra nenhuma mudança significativa na atual conjuntura, a Campanha Nacional do Fora Bolsonaro e Impeachment continuará a perder força. O encerramento da CPI apenas dá lugar a um processo jurídico, que poderá ser protelado, de forma que os seus resultados não sirvam à campanha do impeachment. Se, no próximo mês, essa tendência se confirmar, restará a alternativa da corrida eleitoral.

A luta contra o desvio das tendências de luta dos explorados para as eleições ganhará novos desdobramentos, em relação à que a vanguarda com consciência de classe vem travando no seio das mobilizações, iniciadas em 29 de maio, e controladas pelas direções sindicais e políticas, que procuram substituir o governo burguês ultradireitista por outro governo burguês, que, preferencialmente, seja de centro-esquerda.

A luta pela independência da classe operária continua tendo por base a defesa do programa próprio de reivindicações dos explorados.

Concluída a teatralização da CPI Covid

“Desse mato não sai coelho”. Podemos utilizar esse ditado popular, aplicado às farsas. A versão final do relatório perfaz 1.288 páginas. Se dependesse de volume, o impeachment de Bolsonaro estaria garantido. Mas, evidentemente, não é só um calhamaço. Pelo menos, nove graves denúncias contra o presidente da República, ministros, senadores, um governador (Wilson Lima pertencente ao PSL, do Amazonas), funcionários e empresários evidenciam crimes. A conclusão geral é de que Bolsonaro deve ser responsabilizado pelo alto número de mortos pela Pandemia.

A avaliação é de que, se não fossem os seus erros políticos conscientes, a montagem de um “gabinete paralelo”, sua negligência diante da letalidade do vírus, e sua conivência com empresários na compra superfaturada de vacinas, que acabou não se efetuando, muito menos brasileiros teriam perdido a vida, e o Brasil não seria um dos países mais afetados pela tragédia. Segundo o relator, senador Renan Calheiros (PMDB), o presidente tem de ser responsabilizado pelas “atrocidades”. Os membros da CPI favoráveis a alguma punição, no entanto, se dividiram na imputação de “genocídio”, o que permitiria automaticamente levar Bolsonaro ao Tribunal Internacional de Haia.

O relatório foi aprovado por 7 votos a 4. Os bolsonaristas não apresentaram um relatório alternativo, como haviam prometido. O blefe indicou que não saíram preocupados com a possibilidade de abertura de impeachment. A condenação política do presidente vai depender da apreciação do procurador-geral da República, Augusto Aras. Um politiquês que foi indicado por Bolsonaro, a despeito da lista tríplice. Sua conduta tem sido a de protegê-lo de várias imputações. A maior probabilidade é que a Procuradoria Geral da República (PGR) represe, retarde ou engavete a denúncia. A crise política é profunda, o que obriga o procurador-geral a encenar independência. Do palco do Con-

gresso Nacional, a pantomima passa para o palco do Judiciário.

Bolsonaro continua com apoio de importantes setores da burguesia e da alta classe média. Esse apoio tem decidido a sorte do presidente e de sua camarilha de militares e políticos da oligarquia, diante das tentativas da oposição de abrir um processo de impeachment.

É sintomático que a leitura do relatório não tenha sido acompanhada por manifestações de “Fora Bolsonaro”. As massas oprimidas não deram a menor importância ao fato. Nem mesmo as camadas da classe média, que seguem o reformismo, depositaram qualquer esperança no curso do impeachment. É bem possível que a manifestação prevista para 15 de novembro se frustrasse. A calma em que se concluiu a CPI foi favorável a Bolsonaro, que teve a iniciativa de lançar o “Auxílio Brasil”, e galvanizar as discussões políticas.

Resta, agora, escancarar de vez as disputas eleitorais. A constituição de uma frente ampla pelo Fora Bolsonaro e Impeachment perdeu sentido. As fileiras dos partidos opositores de centro-direita estão obrigadas a definir, de uma vez por todas, se haverá a “terceira via”, ou não. As prévias no PSDB, para decidir quem será o pré-candidato, refletem o desespero no campo dos partidos de centro-direita, desnorteados diante da polarização entre Bolsonaro e Lula, que aguarda as definições de alianças para sair da cômoda penumbra.

A luta da vanguarda com consciência de classe pela independência política dos explorados passará, do campo das mobilizações do Fora Bolsonaro e Impeachment, para o campo aberto das disputas eleitorais, que certamente serão violentas, caso se mantenha a polarização da atual situação. É preciso reforçar a propaganda e a agitação do programa de reivindicações das massas e da estratégia revolucionária do governo operário e camponês.

Boletim Nossa Classe – 26 de outubro

Este Boletim foi distribuído, especialmente, na Volks, logo após a realização da assembleia, em que a direção sindical expôs o acordo de lay-off. Os metalúrgicos decidiram a seu favor, estando com a corda no pescoço. A direção sindical controla com mão de ferro a assembleia, e amedronta os operários, com o risco de demissão, caso não se aceite o lay-off. Procura convencer a assembleia de que esse tipo de acordo é favorável, porque garante os empregos, durante sua vigência. O raciocínio da burocracia sindical é de que é melhor ter perdas com o lay-off do que enfrentar as demissões.

Assim, a ideia é de que se trata de uma conquista, o fato de perder um braço e não

o pescoço. Por essa lógica, que parece racional e ponderada, as direções desarmam organizativa, política e ideologicamente o movimento operário. Desarmam, no sentido de que não há por que e como combater as demissões, com as reivindicações próprias. Aos operários acuados, não resta alternativa, senão se sujeitar às negociações entre o patronato e a direção burocrática.

Ocorre que as medidas de flexibilização capitalista do trabalho – entre elas o lay-off – não evitam as demissões. A própria história desses acordos na Volks comprova que a multinacional vem reduzindo constantemente postos de trabalho e deprimindo os salários. É um crime contra os trabalhadores, financiar parte

da suspensão temporária dos contratos (lay-off), utilizando-se de parcela dos recursos próprios dos assalariados, como é o caso dos fundos do FAT (Fundo de Amparo do Trabalhador). Isso, sem considerar a violação de direitos.

Eis por que o Boletim Nossa Classe alertou os metalúrgicos, de que o lay-off é a porta para demissões futuras. E defendeu a convocação da assembleia geral dos metalúrgicos, para responder aos perigos de demissões, e rejeitar a política de flexibilização capitalista do trabalho.

Os operários vêm reconhecendo, cada vez mais, o conteúdo classista e de luta do Boletim Nossa Classe.

Publicamos, abaixo, o Boletim.

Política Operária**Lay-off é a porta para as demissões****Devemos exigir dos sindicatos uma posição firme em defesa dos empregos**

A Volks iniciará, em 1º de novembro, a suspensão de contratos (lay-off), de 1.500 metalúrgicos. Em seguida, a General Motors, de São José dos Campos, abriu a discussão com o sindicato sobre essa mesma medida. A Fiat, de Betim (MG), já havia suspenso o contrato de 1.800 operários; e a Renault, de São José dos Pinhais (PR), de 300 operários. O lay-off poderá durar até cinco meses, segundo a previsão das montadoras. A Renault e a Honda, de Sumaré e Itirapina (SP), abriram o Programa de Demissão Voluntária (PDV). O mesmo poderá ocorrer com as demais multinacionais do setor automotivo.

A justificativa é a de que a Pandemia afetou a produção de semicondutores, que são importados. E que se trata de um desarranjo mundial. As direções sindicais

estão acostumadas a assinar acordos de lay-off e de PDV. Assim, passo a passo, as multinacionais vêm reduzindo os postos de trabalho, destruindo direitos, e reduzindo o valor dos salários.

Sempre, os capitalistas apresentam uma justificativa. Geralmente, alegam a queda nas vendas e o excedente de produção. Agora, culpam a Pandemia, pela falta de semicondutores. Assim, descarregam as crises sobre a classe operária.

A aceitação das direções sindicais dos lay-offs, PDVs, banco de horas e férias coletivas tem desarmado a luta dos trabalhadores. Essas direções têm submetido os assalariados à flexibilização capitalista do trabalho, o que significa abrir mão dos empregos e direitos, bem como aceitar as perdas salariais.

Nós, metalúrgicos, precisamos reagir

contra essa política traidora. Precisamos dizer NÃO à flexibilização capitalista do trabalho. Precisamos exigir a convocação da assembleia geral, para defender os empregos, salários e direitos.

O Boletim Nossa Classe defende: 1) nenhuma demissão; 2) nenhuma perda de direitos; 3) nenhuma perda salarial; 4) organizar a resistência nas fábricas contra a flexibilização capitalista do trabalho; 5) convocar as assembleias gerais; 6) unificar os metalúrgicos de São Paulo e do país, em uma campanha pelos empregos; 7) constituir um comando único, aprovado na assembleia geral, e os comitês de base, organizados pelas assembleias de fábrica.

Companheiros metalúrgicos, essa é a resposta verdadeiramente operária a mais esse ataque da patronal.

Não aceitemos nenhuma justificativa de lay-off e PDV

Se, de fato, faltam semicondutores, a responsabilidade é inteiramente das multinacionais, e não dos trabalhadores. Sem o controle operário da produção, não é possível sequer saber até onde a justificativa é verdadeira ou mentirosa. A única certeza que temos é de que as montadoras estão usando a justificativa da falta de semicondutores para reduzir os efeitos da crise de superprodução, que é mundial. E, assim, proteger a lucratividade, reduzindo postos de trabalho, aumentando a produtividade, e rebaixando os salários. Sabemos também que a indústria automobilística passa por um novo ciclo de adaptação tecnológica. O que significa aumentar a produtividade, com menor força de trabalho.

Nós, metalúrgicos, há muito, temos pagado caro pela competição tecnológica entre as multinacionais e pela guerra comercial. Já passou da hora, do dever classista dos sindicatos dizerem NÃO a qualquer justificativa para as empresas demitirem, reduzirem salários e destruírem direitos.

O Boletim Nossa classe defende que os sindicatos passem a lutar pelo controle operário da produção. Somente assim, é possível desmascarar a justificativa dos capitalistas. A luta pelo controle operário da produção se concretiza na defesa e organização de verdadeiras comissões de fábricas, independentes dos patrões.

Reabrir imediatamente a fábrica de semicondutores

O governo Bolsonaro fechou, em junho de 2021, o Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada (CEITEC), localizado no Rio Grande do Sul. Essa estatal foi criada em 2008, no governo Lula, com o objetivo de iniciar o desenvolvimento tecnológico na área de circuitos integrados. Era a única fábrica de semicondutores da América Latina.

Bolsonaro e seu ministro da Economia, Paulo Guedes, atenderam aos interesses das multinacionais, que não abrem mão do monopólio da produção de alta tecnologia. O fechamento do

CEITEC resultou em um ataque aos interesses nacionais, favorecendo os interesses do imperialismo.

Os sindicatos e centrais se mostraram incapazes de defender a estatal CEITEC. Só fizeram denúncias verbais. Agora, os metalúrgicos são atacados, em nome da falta de semicondutores.

O Boletim Nossa Classe defende que as centrais e sindicatos lancem imediatamente uma campanha pela reabertura da CEITEC, sob o controle operário da produção.

Jamais abrir mão da luta pelos empregos, salários e direitos

Que as centrais, sindicatos e movimentos convoquem um Dia Nacional de Luta, com paralisações e bloqueios, contra as demissões e fechamento de fábricas

O fechamento de fábricas é um sintoma de que a crise econômica do capitalismo avança e atinge os empregos, salários e direitos. O fechamento da Ford do ABC, em 2019, de suas plantas de Taubaté, Camaçari e Horizonte, em janeiro de 2021, e, em seguida, o fechamento da LG de Taubaté, em abril de 2021, mostraram que os capitalistas resolvem suas crises atacando os trabalhadores.

Os sindicatos e as centrais agiram muito mal em não organizar um grande movimento, em defesa dos empregos, e contra o fechamento de fábricas. A política de fazer acordos de indenização, para não lutar com todas as forças contra o fechamento de

fábricas e demissões, não é operária, e sim, patronal. O mesmo ocorre com o lay-off e PDV. Os empregos, salários e direitos são sagrados, porque deles depende a vida dos trabalhadores.

Todo operário deve se esforçar por compreender que a crise econômica continuará avançando, e assim avançam também o desemprego, a pobreza, a miséria e a fome de milhões de brasileiros.

O Boletim Nossa Classe defende que as centrais, sindicatos e movimentos convoquem imediatamente um Dia Nacional de Luta, com paralisações e bloqueios, para exigir, dos patrões e dos governos, os empregos, salários e direitos.

Boletim Nossa Classe- Rio Grande do Norte

A nota que abre o Boletim tem como chamado: “Unir a classe operária em defesa dos salários, empregos e direitos trabalhistas”. Mostra a elevação do custo e vida, o crescimento da inflação e o avanço da pobreza e miséria. Ressalta as altas taxas de desemprego e subemprego. Diz que os preços dos produtos de primeira necessidade sobem, mas os salários continuam represados. E que as direções sindicais continuam colaborando com os acordos de suspensão de contratos (lay-off), e que as campanhas salariais têm se limitado a negociar o reajuste de acordo com a inflação. A nota conclui, defendendo: 1) aumento geral dos salários, por um salário mínimo que atenda todas as necessidades da família trabalhadora, e reajuste automático de acordo com a alta da inflação; 2) redução da jornada de trabalho, sem reduzir os salários, para assim abrir milhões de postos de trabalho, fim da terceirização, efetivação de todos os terceirizados, e estabilidade no emprego;

3) derrubada das reformas trabalhista e previdenciária, que eliminaram antigos direitos trabalhistas. O que implica unir a classe operária com os demais trabalhadores, para enfrentarem o patronato e seus governos.

O Boletim assinala que a Guararapes recuou parcialmente, mas que a superexploração continua violenta. Diz que a fábrica Guararapes anunciou que, a contar do dia 17 de outubro, os trabalhadores que estiverem com horas positivas no Banco de Horas passarão a receber o pagamento dessas horas como hora-extra, apesar de não dizer quando será feito esse pagamento. Isso, depois do enorme descontentamento diante do trabalho aos sábados, e do não pagamento das horas excedentes. Apesar do recuo, a empresa continua esfolando o quanto pode o trabalhador, por meio das jornadas estafantes. Sabemos que a hora-extra, que prolonga a já exaustiva jornada de trabalho, não é a solução para a situação

da maioria dos trabalhadores da fábrica, que recebem baixos salários. O aumento da jornada debilita físico e mentalmente os operários. Por isso, é preciso lutar para elevação dos salários, que deve vir acompanhado com a redução da jornada sem redução de salários.

Por fim, o Boletim Nossa Classe faz uma avaliação da greve dos metalúrgicos da GM de São Caetano do Sul (SP), mostrando o papel traidor da direção do sindicato, vinculada à Força Sindical. Conclui, dizendo: “A classe operária do RN deve estar atenta ao que acontece nas lutas operárias de outros estados. O movimento operário é nacional e internacional. O que acontece numa luta operária em um estado, reflete nos demais. A região do ABC paulista, principalmente a categoria dos metalúrgicos, têm grande importância, por ter sido o berço da retomada do movimento operário brasileiro, no final da ditadura militar, dando início a um novo impulso das lutas operárias e da organização do movimento sindical em todo o país”.

São Paulo

Balanco parcial da greve dos servidores municipais

Somente com a ação direta e a unidade geral dos oprimidos, no campo da independência de classe, derrotaremos as contrarreformas

O funcionalismo municipal de SP está em campanha contra o conjunto de medidas imposto pelo governo Nunes/ MDB, cujo centro está na nova reforma da Previdência. Trata-se de um ataque que se insere em um quadro mais amplo, com ataques também nas esferas nacional, estadual e da iniciativa privada. Este quadro prova que não se trata de golpes aleatórios, e sim de um plano sistemático da burguesia, que está sendo descarregado sobre os explorados, diante da crise do capitalismo. Em resposta, já realizamos importantes manifestações, nos dias 5, 6, 13, 14 (quando se aprovou o início da greve), 19, 20, 26, 27, e o último no dia 28 de outubro.

Qual tem sido a linha política geral dessas manifestações? De maneira geral, tem sido limitada pela tática da pressão parlamentar, defendida pelas direções sindicais, e até por correntes da oposição, segundo a qual os trabalhadores devem dirigir seus esforços para “convencer” os vereadores a votarem contra os Projetos. É a ideia de que é possível “virar os votos”, utilizando principalmente a ameaça contida na consigna “se votar, não volta”.

A base, iludida pela possibilidade de vitória via pressão parlamentar, não tem aderido à greve de fato, apenas às paralisações nos dias de mobilização e assembleia. Acontece, porém, que esse caminho está assentado na hipótese de que os vereadores votam de acordo com argumentos mais ou menos “razoáveis”. Essa tática dependeria também da possibilidade de os trabalhadores terem controle sobre o resultado das urnas, de maneira que possam efetivar a ameaça de impedir a reeleição dos atuais vereadores.

O problema é que os vereadores são representantes do capital, que votam de acordo com os interesses gerais da burguesia, ou por interesses corporativistas. Respondem, em última instância, ao poder econômico. São disciplinados por seus partidos e bancadas parlamentares. Seus votos não são decididos no plenário, e sim nos bastidores, em negociações que geralmente envolvem a liberação de verbas, cargos comissionados, conluíus para aprovar outras propostas, e até propinas. É o chamado “toma lá, dá cá”.

O fato de os partidos oposicionistas, como o PT e o PSOL, terem conseguido eleger alguns representantes não modifica a correlação de forças geral. Dos 55 vereadores, apenas 14 são da oposição (8 do PT, 6 do PSOL). As eleições não estão sob o controle dos trabalhadores. Trata-se de um campo dominado pela burguesia, pelo poder econômico. O que torna a ameaça do “se votar, não volta”, inócua. Os defensores desta bandeira, todavia, certamente invocarão alguns exemplos de parlamentares que não conseguiram a reeleição, após serem amplamente denunciados e combatidos pelos movimentos sociais. Um deles foi o vereador Caio Miranda, que se destacou pela defesa da reforma da Previdência, ataque que acabou sendo aprovado em fins de 2018, golpeando o funcionalismo municipal. Candidato para a atual legislatura, não conseguiu obter os votos necessários, e ficou de fora.



São muitos os equívocos desse argumento, a começar pelo fato de que também seria possível elencar candidatos de bancadas oposicionistas que não se reelegeram, a exemplo do próprio presidente do SINPEEM, Cláudio Fonseca. Além disso, é um discurso que peca pelo simplismo, ignorando que a eleição ou não de um candidato depende de uma conjunção de fatores, especialmente a dimensão dos recursos financeiros disponíveis para a campanha. O quociente eleitoral, que implica contabilizar os votos na legenda, também é um fator que interfere no resultado. Enfim, existem vários elementos a serem equacionados, que estão fora do alcance das massas, permanecendo sob o controle da burguesia.

É uma ingenuidade, portanto, confiar na tática da pressão parlamentar. A experiência tem provado isso. Vejamos o histórico recente dos ataques da burguesia sobre os explorados no Brasil. As direções sindicais disseram que era possível derrotar as contrarreformas trabalhista e previdenciária, realizando atos apenas em dias de tramitação dos Projetos, mandando mensagens virtuais aos parlamentares, combinando “twittaços”, batendo panelas, e coisas do gênero. No âmbito estadual, a Apeoesp e outras entidades disseram que seria possível derrotar o PL 529 e o PLC 26, exatamente com o mesmo método. No município, tivemos o exemplo do PL 452 e o Projeto do SAMPAPREV. E qual foi o resultado de todas essas medidas antipopulares? Foram aprovadas.

As burocracias sindicais se aproveitam de supostas conquistas parciais, como adiamentos das votações e a retirada de alguns pontos secundários das propostas, para cantar vitória e justificar a linha da pressão parlamentar. Ocultam o fato de que faz parte do cálculo tático da burguesia colocar certos pontos “negociáveis” nos Projetos, para manter a essência dos ataques. É comum a utilização do que se chama popularmente de “bode na sala”, estratégia que consiste em inserir aspectos distracionistas nos Projetos, de forma a que os atingidos se es-

queçam dos efeitos nocivos da proposta, permitindo, tanto aos dirigentes sindicais fazerem demagogia, como aos governantes posarem de flexíveis.

É exatamente o que está se passando com os PLs 650, 651 e 652. No dia 20/10, a bancada do PT votou favoravelmente aos dois últimos (com a abstenção de uma vereadora), justificando a atitude por um acordo com os situacionistas, em que o “sim” na primeira votação seria a condição para a aceitação de certas emendas. O que configura uma situação em que direitos estão sendo usados como moeda de troca. O fato de os PLs terem sido aprovados no dia 20 serviu de ensejo para que fosse levantada uma suposição: a de que teria sido um erro a decisão da assembleia, de realizar a passeata em direção à Av. Paulista. Segundo essa formulação, sair de frente da Câmara teria facilitado a votação contra os servidores públicos. O fundamento dessa colocação é o de continuar sustentando a pressão parlamentar.

(...) a derrota na primeira votação dos PLs, no dia 20, não foi resultado da manifestação ter saído de frente à Câmara. Foi uma consequência da política imobilista das direções sindicais e das correntes que a seguiram, que se juntaram todas contra as assembleias presenciais por um longo período, bloqueando o caminho para a preparação da mobilização.

É uma acusação sem sentido. Cai na ingenuidade, que mencionamos acima, de achar que os votos são decididos em plenário. Na verdade, a tramitação dos Projetos, e toda a negociação em torno dele, já se arrasta há algum tempo. Os PLs em questão passaram pelas comissões internas, começando a tramitar em 22/09, um mês atrás. Há, portanto, uma trajetória.

O fato é que, em relação ao PL 652, o ataque às férias e às abonadas foram os pontos negociados por meio de emendas no dia 28/10, quando o PL foi então aprovado em segunda votação, e encaminhado para a sanção do prefeito – instância em que ainda pode sofrer vetos.

As manifestações em frente às casas legislativas, dentro dessa concepção política (reformista), servem tão somente de teatralização, para servir de estofo às negociações de bastidores no Parlamento. Em outras palavras, as direções sindicais e os partidos da oposição deformam e subordinam os métodos de luta do proletariado, aplicando uma linha de conciliação de classes.

A aritmética está contra os acusadores, basta verificar o resultado da segunda votação, no dia 28/10, do PL 652: foi aprovado por 39 votos, contra 15; há poucos dias, em 14/10, o PLO 07 foi aprovado em primeira votação, quando os trabalhadores também se encontravam em frente à Câmara; com o SAMPAPREV, em 2018, foi a mesma história; do mesmo modo, com as contrarreformas trabalhista e da previdência, em Brasília, etc. A lista é longa.

Por fim, é preciso observar quem está defendendo essa tese – de que deveríamos ter ficado em frente à Câmara: principalmente a militância do PSOL. Era a chance de ouro para os psolistas se destacarem, para promoverem seus mandatos. Trocando em miúdos: a consternação dos psolistas está no fato de não terem capitalizado eleitoralmente o quanto queriam essa derrota dos trabalhadores.

Há um prejuízo maior nesse debate, que é a distorção quanto à verdadeira raiz dessa derrota. Os trabalhadores precisam fazer os balanços rigorosos de suas experiências, para fundamentar suas próximas ações. O aprendizado com os acertos e, principalmente, com os erros, tem um valor prático, que é armar politicamente os explorados para enfrentar a luta de classes. No caso específico, dos municipais, temos de corrigir a orientação do movimento, para impedir que os Projetos sejam aprovados em segunda votação, como já ocorreu com os PLs 651 e 652.

Qualquer explicação que lance uma cortina de fumaça sobre as raízes dos retrocessos sofridos deve ser rechaçada. É o caso da pseudo explicação, extremamente reducionista, dada pelos psolistas. O que tanto os psolistas, quanto os petistas e a burocracia sindical, não podem dizer é que um dos principais fatores para a derrota foi o atraso na mobilização. É suficiente lembrar que a primeira assembleia presencial do SINPEEM se deu justamente no dia da primeira votação do PLO 07. É evidente que faltou uma preparação.

O problema é que os setores políticos acima mencionados permaneceram unidos, por um longo período, todos contra a convocação das assembleias presenciais. Alimentaram a ilusão de que as ações virtuais e métodos congêneres, todos inócuos, poderiam surtir algum efeito. Contribuíram enormemente para o atraso na consciência dos trabalhadores, diante da Pandemia. Estiveram todos debaixo da política burguesa do isolamento social – menos no período eleitoral, quando saíram freneticamente às ruas, para caçar votos. Quando aconteceram os atos de rua, capitaneados pelo movimento negro e, a partir do final de maio deste ano, contra o governo Bolsonaro, foram forçados a ocupar as ruas, fazendo-o sem qualquer balanço autocrítico.

A partir de então, contraditoriamente, passaram a se posicionar favoravelmente aos atos de rua pelo “Fora Bolsonaro”, ao mesmo tempo em que condenavam a proposta do POR e da Frente Classista e Combativa, de que o SINPEEM fosse aberto para a luta, e que as suas instâncias fossem colocadas para funcionar presencialmente, principalmente a assembleia geral. Continuaram defendendo a consigna do “fica em casa”, causando um atraso político e organizativo profundo entre os municipais.

Resumindo: a derrota na primeira votação dos PLs, no dia 20, não foi resultado da manifestação ter saído de frente à Câmara. Foi uma consequência da política imobilista das direções sindicais e das correntes que a seguiram, que se juntaram todas, contra as assembleias presenciais, por um longo período, bloqueando o caminho para a preparação da mobilização. Na verdade, o mais correto seria dizer que o governo percebeu e soube se aproveitar do imobilismo das direções. O prefeito Nunes não colocou por acaso em discussão, justamente nesse momento, todos esses ataques de uma só vez. Viu a nossa fraqueza, e partiu para a ofensiva.

A aprovação do PL 652 em segunda votação, no dia 28/10, é mais uma prova de que o método da pressão parlamentar só pode nos levar à derrota, já que o PL foi aprovado com algumas emendas, acordadas entre os vereadores da oposição e da situação, mantendo a sua essência, de ataque aos direitos trabalhistas. Confirmou-se o prognóstico que apontamos acima, de que o governo elaboraria seus projetos com pontos passíveis de negociação. No caso específico, esses pontos foram: 1) a redução das faltas abonadas, de 10, para 6, ao ano, retirando a necessidade de compensação, que constava no projeto do Executivo, e 2) a alteração no cálculo de férias, salvaguardando as licenças médicas de até 6 meses.



A marcha para a Av. Paulista, no dia 20, proposta pela Corrente Proletária na Educação / POR, foi uma medida correta. Os trabalhadores podem até ter certa ilusão na pressão parlamentar, mas também sabem, instintivamente, que o isolamento só serve para estrangular a luta. Os trabalhadores necessitam da mais ampla unidade, no campo da independência de classe, para derrotar os ataques desferidos pela burguesia e seus governos. Os trabalhadores sabem que é preciso projetar a mobilização para o conjunto dos assalariados – por isso, a maioria votou na proposta de subir à Av. Paulista.

A esquerda reformista, centrista e estalinista continua dizendo que é preciso “virar votos dos vereadores”. O POR defende que, somente com a ação direta das massas, e com a unidade geral dos oprimidos, poderemos derrotar as contrarreformas. São dois programas opostos: o primeiro implica em subordinar o movimento ao calendário e às imposições do Parlamento, que é uma das instâncias do Estado burguês; o segundo, defendido pelo POR, parte da necessidade de que os trabalhadores confiem exclusivamente em suas próprias forças, que se organizem através do método da ação direta, e do princípio da democracia operária.

E, por falar em democracia operária, é de extrema importância que o carro de som seja aberto às propostas da base. No dia 20 (o que se repetiu depois nos dias 27 e 28), a burocracia sindical manobrou a assembleia, e permitiu apenas uma proposta da base ser defendida no microfone, mas havia outras correntes inscritas, com propostas importantes para o desenvolvimento da luta, como a formação de um comando unificado de greve, sob

o controle dos próprios trabalhadores do chão-de-escola, entre outras resoluções.

Portanto, não podemos ter nenhuma ilusão em torno da pressão parlamentar, nossa luta deve ser pela retirada imediata e integral dos Projetos. Precisamos afetar a economia, paralisando a produção e a circulação de mercadorias, atacando o problema pela raiz. É necessário golpear o plano sistemático da burguesia. É possível vencer, é possível derrotar o conjunto de medidas antipopulares do governo Nunes.

A tarefa para isso consiste em mudar a orientação e os métodos de luta. A categoria demonstrou sua disposição de luta no dia 26/10, quando as entidades sindicais convocaram uma manifestação de última hora, em função da ameaça de votação dos PLs. Milhares responderam ao chamado à manifestação – a estimativa das entidades sindicais é de que compareceram mais de 30 mil trabalhadores. Isso, apesar do bloqueio imposto pelas direções sindicais, como se verifica pela inexistência de um comando unificado, que reúna a vanguarda das categorias do funcionalismo. Quem realmente está trabalhando pela expansão da greve, mesmo sem a devida estrutura (materiais, carro de som, etc.), são os comandos regionais, organizados pela militância de base, junto às correntes de oposição.

É preciso fazer a greve crescer e se expandir para os outros setores do funcionalismo, e para além dele. As centrais sindicais têm de sair da paralisia em que se encontram. O POR cumpriu o seu dever, entregando, durante seu pronunciamento no carro de som, no dia 28, uma “Carta às Centrais, movimentos e sindicatos de base” diretamente ao presidente da CUT-SP. Seu conteúdo era de reconhecimento do acerto quanto à unificação do funcionalismo contra a PEC-32 naquele dia, mas, ao mesmo tempo, dizendo que era, e ainda é, preciso convocar um verdadeiro dia nacional de luta, com paralisações e manifestações massivas, levantando os trabalhadores desde as bases, a partir das assembleias presenciais, e aprovando uma carta de reivindicações, que contemple as necessidades elementares dos oprimidos, como a defesa do emprego, dos salários, dos direitos, e pela derrubada de todas as contrarreformas.

Pronunciamento do POR na assembleia dos municipais de 19 de outubro

Contra o SAMPAPREV, é greve! É greve! Falo em nome da Corrente Proletária na Educação e quero colocar, inicialmente, as dificuldades que estamos sofrendo. Em 2017, derrota com a reforma trabalhista de Temer. Em 2019, derrota com a reforma da Previdência de Bolsonaro. No final de 2018, os municipais, com o SAMPAPREV. Ontem, na esfera estadual, sofremos outra derrota importante, com a aprovação do PLC 26. E existe, ainda no horizonte, a PEC 32, que golpeia principalmente a estabilidade dos servidores públicos. Na iniciativa privada, mais ataques. Nesses dias, além da greve da General Motors, tivemos o anúncio de 1.500 operários da Volkswagen, que foram colocados em lay-off. É ataque de todos os lados.

O que essa situação está demonstrando? Está demonstrando que esses ataques não são aleatórios. Fazem parte de um plano sistemático de ataque da burguesia aos trabalhadores. A burguesia está despejando o peso da crise do capitalismo sobre os nossos ombros. A burguesia nos ataca de forma unificada, coordenada e sistemática. Nós, aqui, do outro lado da trincheira, também precisamos responder com a mais ampla unidade no campo da independência de classe. A nossa resposta tem de ser com as greves, ocupações de escolas, bloqueios de avenidas. Esse é o método que pode nos levar à vitória. O fato de existir um plano sistemático já explica por que os vereadores são tão servís aos governos e à burguesia.

São lacaios do capital financeiro e dos bancos. É, por isso, que além da unidade, além de tomar as ruas, é preciso projetar o nosso movimento. Se ficarmos em frente à Câmara de Vereadores, isolados, em um local que não passam trabalhadores, o nosso movimento vai acabar sendo estrangulado. Ontem, acertamos em fazer uma marcha em direção à prefeitura. Demos o primeiro passo. Mas é preciso projetar esse movimento. Nós, da Corrente Proletária, deixamos aqui a proposta para ser avaliada na assembleia. Hoje, os trabalhadores do município de São Paulo têm de ocupar a Avenida Paulista! Vamos marchar, vamos para Paulista, vamos projetar o nosso movimento. Esse é o caminho da vitória!

Pronunciamento na assembleia dos municipais, dia 26 de outubro

Servidores e servidoras da rede municipal de São Paulo! É greve, é greve. Abaixo o SAMPAPREV!

Falo em nome do Partido Operário Revolucionário, e começo dizendo que é muito importante a resposta que os trabalhadores deram hoje a essa manobra do Milton Leite e da Câmara Municipal. Os servidores atenderam prontamente ao chamado dos sindicatos para estarem aqui hoje. E por que atenderam? Atenderam porque sabem que o ataque é extremamente grave. Inclusive, uma parte da categoria, de forma espontânea, decidiu acampar em frente à Câmara em protesto. É uma iniciativa que deve receber todo apoio das entidades (...).

É preciso avançar na compreensão de que essa investida reacionária dos governos tem um conteúdo que não pode ser modificado pelas emendas parlamenta-

res. Os PLs 650, 651 e 652 e o PLO 07 têm uma essência, que é extremamente nociva ao conjunto dos trabalhadores. Fazer propostas de emendas a esses projetos equivale a querer perfumar o esgoto. Não tem o que salvar, nesses projetos. Esses vereadores se movimentam por dinheiro, eles não são convencidos por bons argumentos. São lacaios dos bancos e do capital financeiro.

Movimentam-se a partir das reuniões de cúpula, feitas nos bastidores, às costas dos trabalhadores. Por isso, é importante discutir as propostas que podem nos levar à vitória.

E como os trabalhadores podem vencer? Podem vencer, empunhando a greve, convencendo os companheiros das escolas, unidades de saúde e do conjunto do funcionalismo a paralisar. E temos de radicalizar o método! Tomar as ruas da

cidade. Avançar com o método grevista.

E o que é importante, companheiros e companheiras, atacar a raiz do problema. Golpear a burguesia de conjunto.

Nós, do Partido Operário Revolucionário, deixamos aqui, para avaliação coletiva dos trabalhadores, um conjunto de propostas. Hoje, estamos aqui na Câmara. Amanhã, precisamos fazer um bloqueio de avenida. Podemos até voltar à Câmara, mas é importante projetar a luta. Combinar os métodos de luta para projetar nossa greve. Na quarta-feira, fazer o bloqueio. Na quinta, temos um ato centralizado muito importante. Na sexta, constituir um comando unificado do conjunto das categorias. Para, assim, poder avançar, na segunda-feira, para os atos regionais. É assim que vamos avançando no método para conquistar a vitória.

Viva a luta dos servidores!

Intervenção na assembleia dos municipais, 27 de outubro

Os servidores públicos estão na rua, para derrotar o pacote de medidas do prefeito Nunes e da Câmara Municipal, dominada pelo que há politicamente de mais conservador em São Paulo. A burguesia tem imposto um conjunto de ataques, que é sistemático, coordenado, que combina a esfera federal (PEC32), com as medidas das esferas municipal (Sampaprev) e estadual (PL 26). (...) Amanhã, é dia de luta unificada. Esse passo é muito importante. (...) Com a unidade, o inimigo treme e o movimento avança. O Doria

acabou de aprovar o PLC 26. E aqui, no município, sofremos esse pesado ataque.

Nós, do Partido Operário Revolucionário, fazemos a proposta de aprovação de uma Carta de Reivindicações, que unifique o conjunto dos trabalhadores. Uma carta endereçada às centrais sindicais. Uma carta reconhecendo o passo positivo que foi unir o funcionalismo. Uma carta que exige uma luta unitária, inclusive, com a iniciativa privada, com a classe operária e com os demais trabalhadores. Isso porque a gente só vai derrotar o pla-

no sistemático da burguesia com a luta unitária em nível nacional. Propomos que se convoque um Dia Nacional de Luta, em defesa do emprego, dos salários e dos direitos, e que possa ser um dia de preparação para a greve geral! Esse é o caminho que vai permitir os trabalhadores e a juventude oprimida derrotarem a burguesia e seu plano nefasto. Por um dia nacional de luta!

Viva a unidade!

E viva a greve do funcionalismo!

Pronunciamento do POR no ato dos municipais e a unificação com o dos servidores, 28 de outubro

Todo trabalhador sabe que, quando a gente está lutando em unidade, o movimento é mais forte, e é mais fácil atingir seus objetivos. A divisão só nos enfraquece. A divisão só fortalece o governo e o patrão. Daí a importância, companheiros, de partirmos do acerto de hoje, porque foi, de fato, um avanço, a unidade contra a PEC 32. Mas, é preciso avançar. Nós, do Partido Operário Revolucionário, estamos entregando, nesse exato momento, nas mãos do companheiro Douglas Izzo, da CUT, uma carta às centrais sindicais, movimentos sociais e

sindicatos de base, reivindicando que se convoque um Dia Nacional de Luta, que unifique o funcionalismo com os demais trabalhadores.

Por que é importante chamar esse Dia Nacional de Luta? Porque o inimigo é poderoso, e exige dos explorados a mais ampla unidade, e requer a construção de uma poderosa greve geral. Um Dia Nacional de Luta, Douglas, é um passo importante. A CUT e as demais centrais precisam convocar o Dia Nacional de Luta, como preparação para a greve geral.

E, sobre a nossa greve, para encerrar, eis nossas propostas: já passou da hora de fazer uma reunião do comando unificado. A nossa tarefa elementar é fazer a greve crescer. Para isso, é necessário discutir as estratégias. (...). Por último, na próxima assembleia, na quarta-feira, devemos fazer a concentração na prefeitura, e marchar até a Câmara Municipal. Portanto, é preciso: unificação, comando de base e greve unitária.

Abaixo publicamos a Carta do POR, entregue ao presidente da CUT estadual, Douglas Izzo

Carta às centrais sindicais, movimentos sociais e sindicatos de base

A condição de vida dos trabalhadores e da juventude está cada vez pior. O desemprego nas alturas, a fome que se alastra, o salário que não dá para o mês, a violência policial nos bairros pobres, que recai particularmente sobre a população negra, os ataques sobre os indígenas, o recrudescimento das opressões e das discriminações, a precarização dos serviços públicos e a retirada de direitos, dentre muitos outros problemas, compõem um quadro sombrio, resultado da crise do capitalismo.

Essa situação exige uma resposta à altura por parte dos explorados, no campo da independência de classe. As lutas instintivas estão explodindo em diversas localidades, demonstrando que há muita insatisfação represada, fato que impõe duas tarefas primordiais ao movimento sindical.

A primeira é trabalhar para que as mobilizações em curso ganhem apoio ativo da população, como é o caso da luta dos servidores municipais de São Paulo.

A segunda é generalizar e unificar esses combates, que hoje

se encontram isolados.

É preciso realizar assembleias, plenárias, comandos de greve/mobilização e manifestações conjuntas. O que implica aprovar uma Carta de Reivindicações, que contemple as necessidades elementares dos trabalhadores e da juventude pobre, ou seja, que coloque a defesa do emprego, do salário, dos direitos e pela derrota do conjunto das contrarreformas.

Dessa segunda tarefa, se desdobra, por fim, a reivindicação fundamental desta Carta: é urgente que as centrais sindicais, movimentos sociais e sindicatos de base convoquem um dia nacional de luta, com paralisações e manifestações massivas, como preparação para a greve geral em nosso país. Que esse dia de mobilização seja preparado a partir de cada categoria, com as assembleias presenciais, de forma a constituir a correlação de forças favorável aos explorados, em defesa das suas reivindicações.

São Paulo, 23 de outubro de 2021.

São Paulo

Servidores estaduais

O PLC 26 foi aprovado na Alesp O que mudará e quais são as tarefas para o movimento do funcionalismo estadual?

22 de outubro

Foi aprovado, no dia 19/10, o Projeto de Lei Complementar (PLC) 26, da reforma administrativa do governador Doria – convertido em Lei Complementar 1.361/21. Trata-se de uma antecipação, no âmbito estadual, da PEC 32, proposta por Bolsonaro/Guedes. Constitui um duro golpe no funcionalismo estadual, que se insere num quadro mais amplo, de ataques aos serviços públicos e ao funcionalismo. O placar da votação foi 50 a 29.

A oposição continua argumentando, mesmo depois de selado o resultado, que o Projeto não passou pelas comissões a que deveria ser submetido, revelando a face antidemocrática do processo. O governo se defende, dizendo que, pelo Regimento, tendo o Projeto sido enviado em regime de urgência, e vencido o prazo de 45 dias para ser analisado pelas comissões, ele devia ser incluído na ordem do dia, até ser votado. Segundo a deputada petista e presidente da Apeoesp, Maria Izabel, houve uma manobra imoral dos governistas, para votá-lo a toque de caixa, denúncia agravada por outra, de que teria havido um “toma lá, dá cá”, envolvendo emendas orçamentárias. É evidente que está sendo preparada uma via para a judicialização do problema pela oposição/sindicatos.

Os pontos do Projeto

Quanto ao conteúdo do PLC, o governo argumentou que se tratava de uma “reorganização” das carreiras, o que, na boca dos tucanos e seus lacaios, é um eufemismo para destruição de direi-

tos. Usou, de forma demagógica, a questão das faltas abonadas, se aproveitando da desinformação da sociedade quanto a este direito, colocando a pecha de “privilegiados” nos servidores públicos. Trata-se de um direito associado ao não pagamento dos dias 31 (são seis meses, portanto, seis ausências). No PLC 26, consta uma ressalva, dizendo que haverá uma “compensação financeira”, termo obscuro, pois, não determina o valor referente (quantas horas/aulas?). Na mesma linha, o governo mudou também as regras referentes ao critério de inassiduidade, diminuindo, de 45, para 20 dias alternados, e de 30, para 15 faltas injustificadas consecutivas.

Fora isso, o governo buscou se apoiar no discurso genérico da melhoria da eficiência dos serviços. Não por acaso, deu grande destaque à questão da bonificação por resultados. O objetivo era usar a meritocracia como máscara para o ataque, camuflando a retirada de direitos com uma suposta valorização profissional. Cabe destacar que já existia um sistema de bonificação, na Educação, ligado ao IDESP, à assiduidade e à avaliação de desempenho. O PLC só preservou o sistema anterior para os policiais, servidores das universidades, auditores fiscais e procuradores; todos os demais setores do funcionalismo estadual enfrentarão o novo sistema. O pagamento da nova bonificação será feito de acordo com critérios definidos pelo próprio governo, que poderá manejar as metas de acordo com seus interesses, flutuando a cada momento.

O debate sobre o pagamento dos bônus é antigo na categoria. É uma armadilha de caráter “neoliberal”, isto é, condizente com a política burguesa de enxugamento do Estado, com vistas à garantia dos rendimentos parasitários do capital financeiro. No centro da crítica, está o fato de não ser um valor incorporado ao salário, o que, justamente por isso, faz com que não seja considerado para o cálculo de outros benefícios, especialmente os recebidos pelos aposentados e pensionistas. A categoria, contudo, acabou assimilando esse elemento, dado a ausência de reajustes, há vários anos. A miserabilidade é tamanha, que acaba se constituindo em um fator objetivo do atraso político da categoria, reforçado pela convivência das direções sindicais.

“Presente” do dia dos professores

Para reforçar o “suborno”, pretendendo arrefecer ainda mais os ânimos dos trabalhadores, Doria e Rossieli divulgaram, estrategicamente no dia do professor (15/10), enquanto estava tramitando o PLC 26, o pagamento de um bônus neste ano, que totalizará R\$ 1,55 bilhão, para 190 mil professores, em substituição ao bônus vinculado ao IDESP, tendo em vista a não realização do SARESP em 2020, por causa da Pandemia. Na verdade, o governo resolveu pagar o valor para cumprir o dispositivo legal do novo Fundeb, que prevê a destinação de 70% do fundo para os trabalhadores da área. O valor individual será definido a partir da carga horária de cada docente. É muito fácil perceber a natureza eleitoreira da medida, ainda mais em se tratando do João Doria/PSDB, sabidamente um dos possíveis candidatos à presidência do país, em 2022.

No mesmo encontro em que anunciou o bônus, Doria e Rossieli comemoraram a expansão das escolas do PEI (Programa de Ensino Integral). Do ponto de vista dos trabalhadores e dos estudantes, contudo, não há o que comemorar. Os professores são escolhidos por “perfil”, o que contraria o Estatuto do Magistério e a lista única de classificação, além de ficarem na mão das gestões escolares, as quais, em grande medida, são indicadas pelos órgãos do governo, ficando politicamente subordinadas. Os que aderem ganham uma merreca a mais, na forma de gratificação, não incorporada ao salário. Quanto aos estudantes, em particular os que são obrigados a trabalhar para auxiliar na renda familiar, o PEI significa exclusão, ainda mais se consideramos o fechamento dos noturnos e das EJAS, fruto do aumento da jornada nas unidades convertidas ao Programa.

Reforço dos mecanismos punitivos

Voltando ao conteúdo do PLC 26, é necessário mencionar ainda a criação da Controladoria Geral do Estado, um órgão dotado de poderes extraordinários, típico das legislações autoritárias, que visa supostamente a apurar possíveis irregularidades por parte dos servidores. O risco evidente é de um reforço das sanções disciplinares em geral, e em especial as motivadas por fundo político, abrindo brechas para processos administrativos, baseados em critérios arbitrários. A Polícia Civil, como era de se esperar, foi excluída deste ponto do Projeto.

Um dos pontos mais graves do Projeto – agora Lei Complementar 1.361/21 – é a mudança nas contratações por tempo determinado. É de amplo conhecimento, que se trata de um mecanismo de precarização do trabalho, pois, são profissionais que não possuem estabilidade, recebem menos e têm menos direitos, elementos que escancaram o seu caráter discriminatório. Segundo a Apeoesp, a quantidade de temporários (Categoria “O”) mais que dobrou, entre 2017 e 2021, indo, de 24,7 mil, para 67,7

mil professores. A medida está em conformidade com a lógica do trabalho desregulamentado, típico da realidade pós-reforma trabalhista, especialmente com o chamado “trabalho intermitente”, e com a “uberização” das relações de trabalho.

As mudanças atuais incluem a ampliação das situações de “necessidade temporária de excepcional interesse público”. Agora, cenários de “calamidade pública” e “emergências em saúde”, como vimos na Pandemia, além de afastamentos/licenças e, muito importante, em situações de greves consideradas “ilegais” ou com “prazos não razoáveis”, entre outras condições, o governo pode utilizar desse expediente (contratações temporárias). Está aí um problema gravíssimo. A mitigação dos efeitos das greves por parte do governo, substituindo os que aderem por temporários, constitui, na prática, a eliminação do direito de greve. O condicionamento à caracterização da greve, como “ilegal” ou por “prazos não razoáveis”, é uma formalidade, só “pra inglês ver”, uma vez que, historicamente, os tribunais paulistas funcionam como “puxadinhos” do Executivo, submissos ao governo.

Como forma de evitar uma onda imediata e mais intensa de insatisfação com a mudança dos critérios para contratações temporárias, o governo decidiu prorrogar os atuais contratos até o final de 2022, o que obviamente só posterga, e não resolve, de fato, o maior problema, que é a necessidade da manutenção do emprego pelos trabalhadores. Assim, a realidade prova, mais uma vez, a vigência e a tremenda importância da consigna de defesa da estabilidade para todos.

A essência do PLC 26

Somando a retirada das abonadas, com o endurecimento dos critérios de inassiduidade, mais a expansão do PEI, a ampliação dos critérios para contratação de temporários, a limitação do direito de greve e a criação da superpoderosa Controladoria, juntando todos esses elementos, fica nítido que o centro do PLC aprovado é a quebra da estabilidade e o enfraquecimento do potencial de mobilização sindical. Doria está mirando claramente no exemplo, extremamente nocivo aos trabalhadores, das empresas terceirizadas, nas quais a rotatividade da força de trabalho é o principal trunfo dos capitalistas, constituindo um potente fator de chantagem, no sentido do aumento da superexploração.

O PLC 26 também modificou regras referentes ao abono de permanência, à licença-prêmio e ao adicional de insalubridade. Como se vê, é um ataque bem abrangente do governo estadual, que irá piorar, e muito, as condições de trabalho dos servidores públicos. O tema da precarização percorre toda a Lei, fortalecendo outros processos, principalmente a privatização.

Os erros das direções sindicais

Um ataque dessa magnitude exigia uma resposta política enérgica por parte dos trabalhadores. Acontece que as direções das entidades do funcionalismo (a Apeoesp é a maior) optaram por convocações pífias nas bases, atos simbólicos apenas em dias de tramitação do Projeto, em um bairro isolado (onde fica a Alesp), sem convocar as assembleias presenciais e, o principal, aplicando a tática da pressão parlamentar. Esta se fundamenta na ideia de que é preciso “virar votos”, a partir do “convencimento” dos parlamentares, ameaçando-os com a bandeira do “se votar, não volta”. Somam-se a esses métodos, outros igualmente inócuos, como os “twittaços”, as visitas aos gabinetes dos deputados, as manobras de obstrução, etc.

Nada disso pode mudar o fato de os deputados governistas serem amplíssima maioria. O Parlamento é parte do Estado bur-

guês, e seus representantes são lacaios do grande capital. Estão lá, disciplinados pelos partidos/bancadas e, em última instância, pelo poder econômico e por interesses corporativistas. As votações não expressam decisões tomadas com base em “bons argumentos”. Na realidade, os votos são alinhados nos bastidores, em reuniões de cúpula. É onde se dão as negociatas, envolvendo emendas orçamentárias, as propinas e todas as práticas fisiológicas, inerentes ao Estado burguês-oligárquico brasileiro.

Era impossível a vitória pelo caminho da pressão parlamentar. Os deputados sabiam que a consigna “se votar, não volta” não passava de uma bravata. As eleições são um mecanismo dominado pelo grande capital. O resultado das urnas expressa o peso do poder econômico. Os capitalistas controlam os meios de comunicação, as igrejas e mais uma infinidade de aparatos, que são decisivos para determinar a correlação de forças nas urnas. O fato de a oposição reformista, centrista e estalinista ter eleitos uns poucos parlamentares não modifica essa característica geral.

A política defendida pela Corrente Proletária na Educação / POR

A Corrente Proletária disse, desde o princípio, que a única forma de derrotar o PLC 26 era com a unidade geral dos oprimidos, no campo da independência de classe, juntando o funcionalismo estadual e o municipal, com os trabalhadores em geral e o movimento estudantil, empregando o método da ação direta. Era preciso afetar a produção e a circulação de mercadorias, golpeando a raiz dos ataques, que são os interesses econômicos da oligarquia financeira e dos monopólios.

Doria é um fantoche nas mãos desse setor. O enxugamento do Estado é uma imposição do capital, principalmente, diante da crise do capitalismo e, em particular, da gigantesca dívida pública. É o que explica a ocorrência do ataque do PLC 26, no mesmo

contexto da PEC 32, das medidas do governo Nunes, da aplicação das contrarreformas trabalhista e previdenciária, da Lei do Teto de Gastos, dos 1.500 operários da Volks sendo colocados em layoff, e assim por diante. Não são ataques aleatórios, compõem um plano sistemático da burguesia.

Para cumprir esse objetivo, de atingir um inimigo tão poderoso, era fundamental a greve, as ocupações e as passeatas massivas. No fundo, continua, na ordem do dia, preparar uma poderosa greve geral no país. O obstáculo para chegar até ela está no atraso subjetivo dos trabalhadores, isto é, não está madura a consciência geral dos explorados para colocar em prática uma ação tão radicalizada. As condições objetivas, todavia, estão dadas, sobretudo pelo aumento da carestia e do desemprego. Para resolver esse descompasso, é necessário partir das reivindicações elementares dos trabalhadores, como a defesa dos empregos, salários, direitos, e pela derrubada das contrarreformas. É preciso dar coesão às lutas que explodem instintivamente, impulsioná-las e radicalizá-las. As centrais sindicais devem cumprir esse papel, convocando um dia nacional de luta, como preparação para a greve geral.

Este é o programa defendido pela Corrente Proletária na Educação durante a trajetória de enfrentamento ao PLC. É uma linha que permanece vigente. Fez muita falta a greve, especialmente a da Educação. Doria e a burguesia certamente não se deterão aí, continuarão avançando sobre os direitos dos trabalhadores, impondo o arrocho salarial e a superexploração. É de grande importância a mobilização do dia 28, marcado para ser um dia nacional de mobilização do funcionalismo, cujo eixo estará no combate à PEC 32. Temos de dirigir todos os nossos esforços para que reúna uma força expressiva. A superação de tantas derrotas sucessivas depende de dar passos decididos na direção correta. O êxito no dia 28 permitirá avançar. Viva a luta do funcionalismo!

Intervenções do POR no movimento contra o PLC 26

Pronunciamento na assembleia dos estaduais SP, em 19 de outubro

Falo em nome da Corrente Proletária da Educação, do Partido Operário Revolucionário. Trouxe para essa assembleia 3 propostas importantes.

A primeira: uma moção de solidariedade à professora Mônica Moraes, que está sendo criminalizada pela política da “Escola sem Partido”, pela política de diretores de escolas. Essa professora foi removida compulsoriamente, acusada de rejeitar o ensino a distância, que é a maior excrescência possível do capitalismo. Por isso, vou apresentar, à mesa, a moção para que essa assembleia aprove por aclamação essa solidariedade. Não só de Mônica, mas de todos os companheiros que estão passando por essa arbitrariedade nas escolas.

A segunda proposta: essa assembleia tem de fazer um chamado a todas as centrais, aos sindicatos e movimentos, para que convoquem um Dia Nacional

de Luta, com paralisações e bloqueios, porque não são só os funcionários que estão sendo atacados por Bolsonaro, por Doria, por governadores e por prefeitos. Hoje, temos 1.500 operários da Volks sendo colocados em lay-off com suspensão de contratos. Ontem, tínhamos a greve da GM por salários. Portanto, companheiros, um Dia Nacional de Luta, para que os explorados ganhem as ruas, em um grande movimento em favor do emprego, do salário, dos direitos e contra as reformas antinacionais e antipopulares.

E terceira, esse movimento, que está sendo feito aqui na ALESP, tem de ser conduzido para as ruas de São Paulo, junto com os servidores municipais e federais, que também estão em luta contra a PEC 32 e a reforma da Previdência do prefeito Nunes. Daí a necessidade de convocação de uma assembleia geral, unitária, para o dia 28 de outubro.

Segunda intervenção na Assembleia

Nessa mesma assembleia, o POR fez

um segundo pronunciamento dizendo que há um “conjunto de ataques da burguesia em nível federal, estadual e municipal”. E que, “nesse sentido, temos de compreender que isso é a burguesia unida, com seus parlamentos, seus prefeitos, seus governadores, para impor sobre o conjunto dos explorados a crise econômica do capital” (...) companheiros, é um erro acreditar na consigna da pressão parlamentar: de que se “votar, não volta”. (...) É um erro os municipais, no dia de hoje, terem colocado a sua luta e nós aqui, estando separados deles”. (...) É preciso criar uma unidade entre os municipais, que já estão em luta, e nós, que hoje estamos realizando a primeira assembleia presencial”. Em seguida, o representante do POR mostrou a importância de lutar contra o avanço dos PEIs, que têm levado à demissão de professores, e excluído estudantes e trabalhadores. E encerrou, defendendo a luta unitária pelos empregos, salários e condições de trabalho.

São Paulo**Responder, com os métodos dos explorados, à penosa situação dos funcionários da Educação**

Os funcionários da Educação estão divididos em dois quadros, o quadro de apoio e os servidores do estado. Ambos vivem o pior dos mundos: salários de fome, jornadas estafantes, terceirização e autoritarismo das direções de escolas. Com a Pandemia, a situação se agravou ainda mais. O governador Doria transformou o trabalho dos funcionários em “serviços essenciais”, e impôs o retorno presencial para a maioria, deixando em isolamento somente aqueles acometidos de doenças, e pela idade. A maioria enfrentou, nas escolas, o descaso do governo com a prevenção dos contágios, em função da precariedade das condições de trabalho e das condições de vida. Nos meios de comunicação, Doria e seu Secretário da Educação (Rossieli) compareciam como os “salvadores de vidas”, mas a realidade continuava cruel para os funcionários e os trabalhadores em geral.

O drama não se encerrou com a vacinação dos funcionários. Doria aproveitou o momento, para impor o PLC 26, que é mais um duro golpe, em particular para esse setor do funcionalismo, já bastante precarizado e empobrecido. Ludibriou uma parcela do quadro de apoio escolar, Agente de Organização e de Serviços (este em extinção), com uma suposta evolução salarial, no entanto, em cima de um salário-base de R\$ 1.005,00. No dia 15 de outubro, Doria e Rossieli, demagogicamente, ofereceram um abono para os professores da ativa, deixando de fora os funcionários de escola. Apesar da crítica de que abono não é salário, isso causou muito descontentamento, tanto dos funcionários de escola, quanto dos servidores em geral, resultando em uma manifestação na Secretaria da Educação.

Enquanto o governo continua pisoteando os funcionários efetivos e terceirizados, a direção da Afuse se mantém passiva, e submetida aos métodos estranhos aos explorados, como é a tal pressão parlamentar, que tem como bandeira eleitoreira “Se votar, não volta”. Enquanto o governo ataca fundo os funcionários de escolas, a direção permanecia com o sindicato fechado, e com as reuniões virtuais, que, como vimos, não levaram a nada. No momento da votação do PL 26, foi obrigada a sair da toca e subir no carro de som, para se colocar contra o projeto, mas, se limitando a discursos. Vale lembrar que, na manifestação em frente à Secretaria da Educação, um dia antes de votar o PL 26, os funcionários revoltados se dirigiram aos protestos para exigir reajuste imediato de salários, melhores condições de trabalho, mas



ficaram a mercê dos discursos e promessas dos parlamentares. Como era esperado, Rossieli se negou a receber os manifestantes com sua pauta de reivindicações.

A direção da Afuse, que havia convocado uma assembleia presencial para 3 de novembro, chamou um Conselho Estadual virtual, e decidiu cancelar a assembleia, e ignorar o ato unitário do funcionalismo do dia 28 de outubro. Diante dessa conduta, o Secretário da Educação recebeu a direção do sindicato no dia 25, e prometeu contratar Agentes de Organização Escolar concursados, sendo que boa parte se encontra trabalhando como categoria “O”. Mas, nada foi firmado em relação aos trabalhadores terceirizados. Essa direção aproveita a promessa de Rossieli para fazer campanha do êxito de sua política, de negociar sem precisar ouvir os funcionários em assembleia presencial.

A Corrente Proletária descreve essa trágica situação para reforçar sua posição, de que é preciso: 1) exigir a convocação de uma assembleia geral presencial. Somente com as decisões coletivas, é possível enfrentar o governo, que certamente imporá mais ataques; 2) unir os funcionários efetivos aos terceirizados, levantando a bandeira de efetivação de todos os terceirizados e fim da terceirização; 3) ampliar o número de funcionários de escolas; 4) reajuste imediato de salários. Não é possível sobreviver com o salário de fome dos funcionários de escola; 5) melhores condições de trabalho e combate ao autoritarismo de direções de escolas, que se colocam como patrões, e não como parte do funcionalismo.

Essas e outras reivindicações foram feitas pelos militantes da Corrente Proletária, no ato em frente à Secretaria da Educação. A tarefa de constituir um agrupamento oposicionista classista e de luta é imprescindível, para romper essa camisa de força imposta pela direção burocrática e conciliadora da Afuse.

Pronunciamento do POR no ato dos funcionários de escola, dia 18

A representante do POR iniciou sua intervenção dizendo que era preciso vincular a luta pelos empregos e salários com a luta contra o autoritarismo dos “diretores reacionários, que acham que os Agentes escolares são seus empregados”. A perseguição política chegou a tal ponto, que

se “está proibido de falar com os estudantes”. Em Francisco Morato, o diretor chegou a censurar “um abaixo-assinado dos estudantes do grêmio, em defesa da escola pública”. (...) “Não é só o secretário da Educação. Não é só o Doria. Existe uma perseguição política, diante daqueles

que falam dos direitos, da defesa dos salários”. E completou: dizendo que a luta do funcionário de escola não é por abono, mas pelo “aumento real dos salários”. Concluiu com a defesa da convocação de uma assembleia presencial, e a unidade com os demais servidores públicos.

São Paulo**Sobre as eleições do Sindicato dos Funcionários da Educação (Afuse)**

No mês de novembro, ocorrerão as eleições para a direção do Sindicato Afuse e para os Conselhos Estaduais e Regionais. No entanto, as eleições serão virtuais. As escolas estão funcionando há muito tempo, e estamos participando dos atos contra o PLC26, e já fizemos uma manifestação na Secretaria da Educação. Portanto, não há nenhum sentido na realização de eleições por meios virtuais. A situação exige, mais do que nunca, a discussão nas escolas, a apresentação das chapas com seus programas e, fundamentalmente, um balanço dessa gestão, durante esses quase dois anos de pandemia.

A decisão de realizar eleições virtuais foi tomada em um Congresso também virtual, o que vem causando descontentamento dos funcionários. Na ocasião, a Corrente Proletária fez um pronunciamento, rejeitando, tanto o Congresso, quanto as eleições virtuais. Mas, em um Congresso virtual, inteiramente sob o controle da direção do sindicato, a proposta de eleição por meios eletrônicos foi aprovada. Agora, quando questionada, a direção diz que está cumprindo os estatutos. É claro, os estatutos modificados pelo Congresso virtual.

Algumas direções sindicais aproveitaram a Pandemia para realizar eleições online. A direção da Afuse quer fazer o mesmo. A tradição do movimento sindical é a de realizar eleições diretas, democráticas, com chapas e ampla campanha nos locais de trabalho. Mas, há muito, as eleições sindicais deixaram de ser democráticas, chegando ao ponto de serem indiretas, como ocorre no Sindicato Metalúrgico do ABC. A forma virtual, já havia sido implantada no Sinpeem, como mecanismo para manter a mesma direção. Mas, foi com a Pandemia que as burocracias sindicais

expandiram essa modalidade antidemocrática.

Para ganhar apoio de uma parcela dos trabalhadores, as direções sindicais fazem campanha, em torno à ideia de que a internet é um instrumento democrático, que pode servir, tanto à burguesia, quanto aos trabalhadores. Nada mais falso! A internet é um instrumento inteiramente sob o controle da burguesia e seus governantes. Portanto, nada tem de democrático. Por isso, submeter os congressos, assembleias e eleições a esse instrumento significa abdicar da independência política e organizativa do sindicato.

Nesse sentido, a Corrente Proletária/POR defende:

1. *Que a direção da Afuse convoque as eleições diretas;*
2. *Que convoque uma assembleia presencial para discutir: data e período de inscrição de chapa e comissão eleitoral;*
3. *Que haja período de discussão de chapas junto às escolas e aos funcionários;*
4. *Que a comissão eleitoral, eleita na assembleia, organize as eleições e a apuração dos votos;*
5. *Que seja um processo com a mais ampla democracia sindical;*
6. *Que se implante a proporcionalidade na composição da nova direção.*

A Corrente Proletária faz um chamado aos setores que se reivindicam de Oposição à direção da Afuse, a: 1) rejeitem a farsa das eleições virtuais, porque são antidemocráticas; 2) se colocarem em defesa da convocação de eleições diretas e democráticas. Sobre essa base, fazemos um chamado para uma reunião presencial para discutir as eleições da Afuse, e uma plataforma de reivindicações vitais, bem como os métodos de luta.

Boletim da Corrente Proletária – Universidade

O Boletim de outubro trouxe, novamente, a denúncia em torno da campanha das direções do funcionalismo, que mantém uma política de pressão parlamentar, sem levantar uma verdadeira campanha para derrotar a PEC 32, da Reforma Administrativa.

A matéria central, “ANDES-SN, SINASEFE e demais direções sindicais do funcionalismo mantêm apenas a pressão parlamentar para barrar a PEC/32”, faz um balanço das seis semanas de campanha do Fórum das entidades do funcionalismo federal, que é centrada na visita aos senadores, à participação em audiências públicas, em chamadas nas redes sociais, e em pequenas manifestações em Brasília. Embora o ANDES-SN, por exemplo, indique que está realizando uma “intensa mobilização”, esta se resume a atos simbólicos, panfletagens de forma difusa, em diferentes estados. A contínua vigília em Brasília tem apenas como intuito tentar adiar ou modificar a PEC 32, e não derrubá-la definitivamente, porque isso depende da paralisação das atividades de trabalho, da greve em cada uma das categorias, e a greve geral do funcionalismo, atuando nas ruas e de forma presencial, para chegar à população a denúncia da denúncia dos serviços públicos.

Outras duas matérias do Boletim informam sobre a imposição das reitorias do IFPE e da UFAM, em relação ao retorno de atividades presenciais. No caso do IFPE, o retorno às aulas pre-

senciais ocorre de forma desorganizada, uma vez que os técnicos, professores e estudantes não contam com direções políticas que orientem o retorno; segundo a nota, “a falta de resposta coletiva dos servidores do IFPE expressa o imobilismo imposto pelas direções sindicais, principalmente da direção Nacional do Sinasefe (PSOL, PT, PSTU), que não convoca plenária nacional presencial, se limitando a fazer jornadas contra a Reforma Administrativa em Brasília, descoladas da base, inócuas, com atos em aeroportos e pressões a parlamentares”. No caso da UFAM, o Boletim revela a submissão da universidade às pressões exteriores, que vêm do governo federal e da mídia direitista. O Boletim defende: “todo retorno deve ser debatido por estudantes, professores, técnicos. Isso não deve ocorrer nos espaços da própria burocracia universitária, mas nos espaços democráticos das assembleias. São elas que podem ouvir todas as vozes, e garantir um amplo debate. A decisão pelo retorno presencial ou manutenção das atividades remotas deve passar pelas assembleias de base, convocadas para este fim.”

O Boletim reproduz “Moção de apoio e solidariedade à professora Mônica Moraes”, educadora da rede estadual do Rio Grande do Norte, que tem sido amplamente divulgada pelos militantes do POR em todas as regiões do Brasil, para lutar contra mais esta perseguição política.

Por fim, há uma matéria sobre a adoção da chamada “autonomia financeira” para a UERN. A discussão colocada pela Corrente Proletária é que esta é uma medida neoliberal, para liberar as universidades para buscarem recursos privados, quando veem os recursos públicos minguarem. A adoção de um percentual das receitas do estado é a limitação das verbas para a universidade, quando estes orçamentos diminuem. O Boletim exemplifica com o caso da USP, que passa por uma profunda crise neste momento, em função da diminuição de recursos. A Corrente Proletária se tem colocado contra a proposta e denunciado as direções da seção sindical de docentes, ligados a diferentes correntes de esquerda, como a atual direção PT/PCdoB, que apoiam a medida, e usam o argumento de

que os “salários vão aumentar”, e que haverá uma positiva mudança no Plano de Cargos, Carreira e Salário, com a destinação certa de um recurso para a universidade. O que ocultam os burocratas é que a universidade terá de arcar com toda a folha de pagamento, mais todas as demais despesas para manutenção da universidade, o que levará, logo, à adoção das fundações de direito privado. A matéria conclui apontando a necessidade de se opor à medida: “O governo do PT/PCdoB armou uma cilada para a comunidade universitária e esta, iludida pelas suas direções, caminha para o acordo em aceitar a autonomia da UERN. É preciso resistir a esta proposta, revelando seu caráter de destruição dos recursos e verbas necessárias para a manutenção da universidade estadual.”

Rio Grande do Sul Intervenção nos atos

O POR interveio no ato do Dia do Professor, 15 de outubro, em Porto Alegre, por meio do Boletim Nossa Classe da Corrente Proletária, que critica a política corporativista da direção do sindicato estadual (CPERS) e defende a unidade dos professores com os demais trabalhadores. A presença no ato de uma significativa parcela de contratados (professores não efetivados, que cada vez mais é a maioria dos professores no estado), aposentados e trabalhadores das escolas (limpeza, setor técnico, etc.) demonstram capacidade de luta.

A caminhada foi da Secretaria da Educação até o Palácio Piratini. Ali, no local tradicional de disputas por salários entre pelos funcionários públicos e ao governo, um pequeno piquete estava montado. Infelizmente, não pelos próprios trabalhadores, mas por profissionais dos sindicatos, que pouco ou nada sabiam do que estava ocorrendo, e por quê.

Usaram a palavra, entidades sindicais e estudantis. Como é de costume, o microfone não foi aberto aos manifestantes. Apenas uma professora, mãe de um aluno da educação pública, teve acesso à fala, que denunciou os problemas da educação e das escolas, entre eles, a falta de professores, funcionários; a desvalorização salarial; a falta de produtos básicos de higiene, bem como a situação decadente do ensino público. A fala de Matheus Vicente, secundarista da juventude Ocupe, do Fortalecer (PSOL) se centrou no elogio demagógico da disposição de luta dos guerreiros professores; bem como a de Alejandro Guerreiro, da UJS-PCdoB. A de Helenir Schurer (diretora do CPERS), responsável pela vergonhosa derrota dos professores na greve de dezembro de 2019, e fevereiro de 2020, abriu e encerrou o bloco de falas, com uma autopropaganda de que estão e sempre estiveram fazendo o possível pela vitória dos professores e funcionários das escolas no estado. A repetição das mesmas palavras de ordem, e das intervenções teatrais contribuíram para o esvaziamento do ato. Como de costume, a vereadora Sofia Cavedon, do PT, e a deputada estadual Luciana Genro, do PSOL, distribuíram livretos sobre suas atuações parlamentares.

Manifestação do funcionalismo

A Corrente Proletária atuou na manifestação de 21 de outubro. O ato reuniu diferentes setores do funcionalismo público – professores, profissionais da saúde – na Assembleia Legislativa. A sessão, ocorrida no teatro Dante Barone, ouviu especialistas do DIEESE, deputados, vereadores e alguns sindicalistas. A fala em destaque foi a de Edgar Pretto, atualmente deputado estadual pelo PT, que busca, em 2022, trazer de volta o partido ao governo do Estado – o que não ocorre desde 2010. Em sua fala, Edgar citou o seu irmão, Adão Pretto, em uma clara propaganda a uma possível prefeitura da cidade de Viamão. Fez demagogia dos governos do PT de favorecer os trabalhadores, portanto, uma nítida campanha eleitoral. Quase ao final, houve a fala de Rejane, da CSP-Conlutas (MLS – Movimento de Luta Socialista), que apesar de criticar os efeitos do capitalismo sobre os explorados, centrou na bandeira também eleitoreira de “Fora Bolsonaro e Mourão”. Colocou-se sob a estratégia burguesa petista, mas dando um tom radical, ou seja, dizendo que a luta é para já e não para as eleições.

Assim, a manifestação não passou de discursos, pois nada de concreto foi aprovado. Os funcionários reivindicam reajuste salarial, repondo as perdas dos últimos 3 anos. O POR interveio com a vendagem do jornal Massas.

Ato em Viamão, contra o Lixão

No dia 22 de outubro, o POR atuou no ato convocado pelo Movimento Não ao Lixão na cidade de Viamão, distribuindo o Boletim “Não ao lixão em Viamão! Lutemos todos nas ruas e avenidas para preservarmos nossas condições de vida!”.

O prefeito da cidade, PSDB, juntamente com empresas privadas, procura instalar na cidade, há pelo menos dois anos e meio, um imenso espaço destinado a despejar detritos.

O movimento é dirigido por organizações ambientais e alguns moradores da cidade, que se limita a denunciar os problemas que causarão o lixão para a população pobre, entre eles as doenças, contaminação da água e ar, etc. Trata-se de uma luta isolada, e a tarefa é a de romper esse isolamento e unificar com as demais lutas dos explorados. Poucos foram os momentos, nestes 2 anos, em que o movimento procurou ganhar as ruas e unificar com os demais trabalhadores. O POR atua no sentido de romper esse cerco corporativo, que é imposto por suas direções, e combater mais esse ataque do prefeito e das empresas privadas.

São Paulo**Manifestação contra a PEC-32, na Praça da República**

O ato do dia do funcionário público, na Praça da República, foi aberto pelo presidente da Pública Central do Servidor, José Gozze. A convocação dessa manifestação, que teve caráter nacional, se deu em torno à bandeira contra a PEC-32, da contrarreforma administrativa do Bolsonaro. Na sequência, falaram outras centrais e entidades, além de parlamentares. Foi um ato marcado pelo eleitoralismo, sintetizado na consigna “se votar, não volta”. Havia, no carro de som, um banner grande, com as fotos dos deputados favoráveis à PEC. A defesa da candidatura Lula-2022 também esteve muito presente.

Foi um ato reduzido, que logo caminhou em direção à Câmara Municipal, onde os servidores municipais estavam reunidos, em protesto contra o conjunto de medidas antipopulares do governo Nunes/MDB. Essa unificação foi importante, embora não tenha expressado uma verdadeira confluência de setores em luta. Isso, porque os estaduais vinham de uma derrota, com a aprovação do PLC-26, da reforma administrativa do governador Doria, enquanto a mobilização dos municipais vinha fortalecendo-se.

Esse descompasso é de responsabilidade das direções, que tiveram pelo menos duas oportunidades muito concretas para uma construção unitária: nos dias 13 e 19 de outubro, aconteceram manifestações dos estaduais e municipais, em locais e horários diferentes – uma situação absurda, principalmente se levarmos em conta que a raiz dos ataques é a mesma: a de-



composição do capitalismo. A burguesia vem descarregando o peso da crise estrutural do modo de produção sobre os ombros dos explorados, impondo um plano sistemático de retirada de direitos e aumento da exploração. Daí a necessidade que havia das assembleias, comandos e manifestações unitárias, o que acabou não ocorrendo.

Os partidos não puderam falar no carro de som, uma proibição sem sentido. Dado esse impedimento, o POR não realizou o seu pronunciamento geral aos presentes, embora tenha levado seu panfleto contra a PEC-32, suas bandeiras e materiais de propaganda. Depois de marchar pelo curto trajeto até a Câmara, os estaduais se dissolveram no ato mais amplo, dos servidores municipais.

Paraíba**Ato do Dia dos Servidores Públicos da Frente “Paraíba Contra a PEC32”**

O principal ato do estado, marcado de última hora, contou com a presença de algumas direções nacionais, direções de sindicatos locais, movimentos estudantis e partidos políticos. Embora o ato fosse convocado sob a consigna de “não temos nada a comemorar”, o mesmo contou com apenas uma tenda, pouco mais de 10 minutos de falas de representantes fazendo algumas denúncias, e uma apresentação cultural – dando o tom festivo e passivo da atividade. A presença do parlamentar Gervásio Maia

(PSB) foi propagandeada na véspera, todavia, ele não compareceu, para realizar o chamado “diálogo com a população”. Partidos como PT, PCB, PCO reforçaram o caráter da campanha eleitoreira pelo “Fora Bolsonaro”, tentando usar a data para maior desgaste do atual governo, em suas faixas e materiais – em especial, o PCO compareceu com uma faixa enorme, com os dizeres “Lula Presidente”. Havia também uma ação planejada de distribuição de alimentos à população pobre do centro de João Pessoa, que, por

motivos desconhecidos, também não aconteceu. Além do caráter passivo, de submissão ao Parlamento, “cultural”, o ato também tinha tom assistencialista, que aparentemente não se concretizou, pois, até onde foi possível perceber, parte da militância simplesmente não compareceu ao compromisso político combinado entre as entidades. Não houve, por parte dos organizadores, nenhuma intenção concreta de tomar as ruas, de construir o Dia Nacional de Luta, com paralisações e bloqueios.

Escute o Massas,
podcast do Partido Operário Revolucionário

ACESSE O NOSSO CANAL:

anchor.fm/por-massas
(Através desse link, é possível acessar outras plataformas, como o Spotify)

No podcast Massas, você ouve episódios sobre a conjuntura nacional e internacional, e sobre as manifestações da luta de classes, além de ouvir a cobertura das atividades e atos políticos presenciais realizados pelo POR, dentre outros episódios.



**PARTIDO OPERÁRIO
REVOLUCIONÁRIO**

Abaixo, publicamos o Manifesto do POR, distribuído nas manifestações do dia dos servidores públicos

Derrotar a PEC 32, com a luta nas ruas!

Que as centrais e sindicatos convoquem urgentemente um Dia Nacional de Luta, com paralisações e bloqueios, pelo fim das contrarreformas dos governos e do Congresso Nacional, e em defesa dos empregos, salários e direitos



A Proposta de Emenda Constitucional 32/20 (PEC 32) é uma das contrarreformas, que faz parte de um conjunto de medidas antipopulares dos últimos governos. Está inserida no mesmo quadro de aprovação das reformas trabalhista e previdenciária, da Lei do Teto de Gastos, da Lei da Terceirização, da reforma do ensino médio/BNCC, da Lei 14.020 (antiga MP 936), dentre outros ataques, inclusive os desferidos pelos governos estaduais e municipais. Vivemos um momento de altíssimo desemprego, de aumento da carestia, e de avanço da miséria e da fome, com um crescimento da violência e das discriminações. Sendo assim, seria o maior dos erros, considerar que se trata de medidas aleatórias. Não. Está em curso um plano sistemático e coordenado, condicionado pelo recrudescimento da crise do capitalismo, de maneira que a burguesia pretende descarregar todo o peso da desagregação econômica sobre ombros dos trabalhadores e da juventude oprimida.

Os trabalhadores da iniciativa privada continuam sofrendo duros golpes da patronal, como acabamos de ver com o lay-off na Volks. Mas, também os governos federal, estaduais e municipais seguem firme com as privatizações, terceirizações, arrocho salarial e destruição de conquistas da maioria dos servidores públicos. Nesse momento, governos municipais e estaduais estão aprovando medidas que fazem parte da proposta de reforma administrativa do Bolsonaro, como vimos com o PLC-26 de Doria, e com os ataques do prefeito Nunes, em São Paulo. Isso faz parte da tática dos capitalistas. No centro da investida reacionária dos governos contra os servidores, está a quebra da estabilidade. A orientação geral é de “enxugamento” do Estado, o que significa cortar recursos dos setores sociais, precarizando os serviços públicos, utilizados pelos mais pobres, e

golpeando os servidores. Essa linha, chamada de “política de austeridade”, é ditada pelo capital financeiro, como forma de garantir o pagamento da dívida pública.

Governos pretendem igualar contratos, salários e direitos do funcionalismo com os dos trabalhadores da iniciativa privada, que foram duramente castigados, com a destruição de antigas conquistas da CLT pela reforma trabalhista. A PEC-32 é a reforma trabalhista para a maioria dos servidores. Daí o fim da estabilidade, a imposição de contratos temporários, privatização e terceirização. Para isso, contam com o Congresso Nacional, por onde foram aprovadas as reformas trabalhista e previdenciária, e o Teto dos Gastos. O objetivo é nivelar direitos e salários por baixo, favorecer a expansão da terceirização/privatização, além de soterrar o direito de greve. Esses brutais ataques não recaem sobre a minoria da alta burocracia do Estado, que continua com os altos salários, com robustas aposentadorias, e com grandes privilégios, a exemplo da cúpula do judiciário e dos militares.

O último substitutivo da PEC prevê a existência de apenas duas formas de vínculo: o cargo exclusivo de Estado e o contrato por tempo determinado. O primeiro caso engloba os setores ligados à segurança pública, à Justiça, aos órgãos de inteligência de Estado, e outros, que cumprem funções burocráticas mais associadas à preservação da ordem social e econômica. Já os contratos por tempo determinado, terão duração máxima de 10 anos (para os futuros contratos). Os contratos existentes na data de publicação da Emenda (se aprovada) permanecerão vigentes até terminarem, ou por, no máximo, mais quatro anos – prevalecendo o que for menor. Os contratos serão acessados via “processo seletivo simplificado”, o qual poderá ser dispensado

nas hipóteses de “calamidade, emergência ou de paralisação de atividades essenciais” vale ressaltar que o último caso constitui uma ameaça à organização sindical do funcionalismo, pois, o governo poderá contratar com mais “agilidade” substitutos para os grevistas, diminuindo o impacto das paralisações.

O governo tem procurado diminuir a oposição à PEC, justificando que só atingirá os novos, isto é, aqueles que entrarem no serviço público após a aprovação da reforma. Não é verdade. Basta verificar o que ocorreu com o PLC 26, quanto à destruição de direitos. No setor privado, essa realidade já pode ser percebida, na relação entre trabalhadores diretos e terceirizados. Embora muitas vezes ocupem o mesmo espaço, e realizem tarefas análogas ou próximas, os terceirizados são discriminados pelo patronato, recebendo salários menores, com menos direitos, etc., além de serem representados por sindicatos distintos. É evidente que essa divisão só favorecerá aos patrões/governos, diminuindo a força dos trabalhadores no conflito com o capital.

A burguesia está perseguindo com afincos os meios jurídicos para demitir com maior facilidade. Nesta última versão do texto da PEC, há a definição de cinco possibilidades para o servidor perder o cargo: 1) se o cargo for extinto; 2) se os limites da Lei de Responsabilidade Fiscal forem extrapolados; 3) em caso de processo administrativo; 4) por avaliação de desempenho e 5) por processo judicial.

O segundo item abrirá uma brecha perigosa, uma vez que a crise econômica segue firme, fator que criará uma tensão permanente em torno do Orçamento, podendo constituir um canal facilmente manejável pelos governos. No quarto, há questões relevantes a considerar: a avaliação de desempenho periódica deixará o servidor mais vulnerável às chefias, além de dar um peso grande à mensuração da satisfação dos cidadãos, que se realizará por meio eletrônico • o que pode gerar distorções, tendo em vista que nem sempre a população está ciente das deficiências estruturais dos serviços públicos, fruto de anos a fio de precarização, que resultam em péssimas condições para os funcionários cumprirem as suas funções. No caso do estágio probatório, com prazo de três anos, o texto permite a perda do cargo com duas avaliações consideradas negativas (num total de seis avaliações, dado que são ciclos semestrais). Quanto ao quinto item, que se refere aos processos judiciais, a PEC estabelece a demissão, após decisão proferida por órgão judicial colegiado, e não mais restrita ao transitado em julgado.

A Proposta abrange ainda muitos outros tópicos, como a possibilidade de redução de jornada, com a respectiva redução salarial. Há também muitas frestas, por onde poderão proliferar os chamados “instrumentos de cooperação” • leia-se privatização e terceirização. Os aspectos que foram aqui levantados figuram no centro da contrarreforma.

As direções sindicais, no entanto, têm atuado de maneira pulverizada, com protestos simbólicos de pressão sobre depu-

tados, twittaços, ações na Justiça burguesa, atos isolados em Brasília e outros métodos inócuos. Têm usado, como se fosse seu maior trunfo, a bandeira eleitoreira de “se votar, não volta”, que os deputados sabem que não passa de uma bravata • já que se trata de um campo dominado pelo poder econômico. Pior ainda: entraram no jogo das emendas, o que implica, na prática, aceitar a essência extremamente nociva da PEC. E ainda ousam reclamar, em relação à última versão do texto: “as modificações não contemplaram as críticas feitas pela sociedade e pelo movimento sindical”.

No fundo, capitularam, diante da campanha burguesa de que “uma reforma administrativa é necessária”, queixando-se “desta PEC” • como se houvesse outra! Não há! É típico dos reformistas, enfiados até o pescoço no cretinismo parlamentar, quererem “modernizar” e “democratizar” o Estado burguês, possibilidade que há muito tempo foi soterrada pela história. Ainda mais em um país semicolonial, como o Brasil, em que a democracia burguesa irremediavelmente terá, enquanto perdurar o capitalismo da era imperialista, traços oligárquicos.

Ao invés de levar o movimento dos explorados ao beco sem saída da “democratização do Estado”, as direções deviam convocar as assembleias presenciais em cada repartição pública, em unidade com o conjunto dos trabalhadores, partindo das reivindicações mais

elementares, como a defesa dos empregos, o que inclui a defesa da estabilidade, a defesa dos salários, dos direitos e pela retirada de todas as contrarreformas. Na verdade, a primeira ação positiva tomada pelas direções sindicais foi justamente o ato deste dia 28, que é o dia do funcionário público, como uma data de mobilização nacional, contra a PEC 32. É preciso tomar esse acerto como ponto de partida e exigir das centrais que estendam a campanha, convocando um verdadeiro Dia Nacional de Luta, unificando o funcionalismo com o movimento operário, com o movimento estudantil e os demais oprimidos. É preciso impulsionar as mobilizações que já estão em curso, como a greve dos municipais de SP, generalizá-las e unificá-las, de forma a constituir uma só coluna nacionalmente, para enfrentar o plano sistemático de ataques da burguesia. Também é parte dessa luta, o combate às perseguições políticas contra os trabalhadores, em particular, da Educação, que vêm sendo punidos pela política da “Escola sem Partido”, a exemplo do que ocorre com a professora Mônica Moraes, que foi transferida compulsoriamente, isso em um estado governado pelo PT. Está claro que a destruição de antigos direitos do funcionalismo faz parte de uma ofensiva autoritária da burguesia e dos governos contra o conjunto dos assalariados.

Abaixo a PEC 32!

Não às perseguições políticas aos lutadores do funcionalismo!

Viva a luta do funcionalismo!



É preciso impulsionar as mobilizações que já estão em curso, como a greve dos municipais de SP, generalizá-las e unificá-las, de forma a constituir uma só coluna nacionalmente, para enfrentar o plano sistemático de ataques da burguesia.

Campanha de moções de apoio e solidariedade à professora Mônica

O Partido Operário Revolucionário (POR) tem impulsionado uma campanha de moções em solidariedade à professora Mônica Moraes, que tem sofrido perseguição na Escola Estadual Ivani Machado Bezerra (São Gonçalo do Amarante/RN).

No dia 05 de outubro, sem que tivesse conhecimento sobre do que estava sendo acusada e sem ter tido acesso aos documentos, a professora foi surpreendida com a decisão do Conselho Escolar de que seria removida da sua escola. A decisão se deu de forma arbitrária, sem que fosse garantido à professora o direito ao contraditório e à ampla defesa.

As falsas acusações são de que: 1) a professora teve sua aula gravada em 2019 por duas alunas, sob a alegação de que “a aula não deveria ser sobre política”, e que uma mãe denunciou que a escola estava “doutrinando” as crianças “com viés comunista e petista”; 2) a professora se negou a dar aulas remotas, quando estas se tornaram obrigatórias; 3) uma série de fatos desconexos, a partir de relatórios, em que a gestão da escola convenceu uma parte dos alunos a assinar objeções em relação às aulas da professora.

Diante dessas três acusações, a professora Mônica demonstrou: 1) foi arbitrariamente filmada em sua aula, com um claro

objetivo de perseguição política, e que, na época, tanto ela quanto a escola foram, na verdade, vítimas de ataques da ideologia da “Escola sem Partido”; 2) a professora comprovou ter respondido às aulas remotas, como consta do Ofício enviado por ela, de 3 de novembro de 2020, e de sua “Proposta de reposição das aulas não-presenciais” enviada à escola dentro do prazo estabelecido; 3) os relatórios, os quais uma parte dos alunos foi convencida a assinar, retratam situações que já foram resolvidas entre a professora e os alunos; 4) No “Relatório Pedagógico e Administrativo” não consta, em nenhum momento, a versão da professora e o desfecho das situações descritas.

Trata-se de clara perseguição política à professora Mônica, que se configura tanto no caso da gravação arbitrária de sua aula, quanto nas falsas acusações contidas no “Relatório Pedagógico e Administrativo”, claramente orquestradas por aqueles que se guiam contrários ao direito de cátedra e de expressão.

Sindicatos, entidades e movimentos defendem que o Conselho Escolar anule a sua decisão, retire as falsas acusações e reconduza a professora Mônica às suas aulas.

Segue abaixo a lista de organizações que assinaram moções em solidariedade à professora:

- | | | |
|---|---|--|
| 1. SINTE/RN - Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do RN | 14. APEOESP Subsede Oeste Lapa | Federais do ABC |
| 2. SINTE/RN – Núcleo de São Gonçalo do Amarante | 15. APEOESP - Subsede Atibaia | 27. DCE da UNIR |
| 3. Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de São Gonçalo do Amarante/RN | 16. APEOESP Subsede Itaquera | 28. Movimento PPGE_UFPE na Luta |
| 4. Sindicato dos Bancários/RN | 17. APEOESP Subsede Poá/Ferraz de Vasconcelos | 29. SINDEMA – Sindicato dos Funcionários Públicos de Diadema |
| 5. SINDSAÚDE/RN - Sindicato dos Trabalhadores em Saúde do RN | 18. SINTERO - Sindicato dos Trabalhadores em Educação no Estado de Rondônia (Regional Zona da Mata) | 30. SINDSERV - Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de São Sebastião |
| 6. SENSENAT - Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Natal | 19. SINPROF/RO - Sindicato dos Professores e Professoras no Estado de Rondônia | 31. Fórum dos Sindicatos e Movimentos Sociais do Litoral Norte de SP |
| 7. SINDECON - Sindicato dos Economistas do Estado do RN | 20. SINPMOL – Sindicato dos Professores da Rede Municipal de Olinda | 32. SINDIPETRO-LP – Sindicato dos Petroleiros do Litoral Paulista |
| 8. MLB/RN - Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas | 21. SINDSIFPE - Seção Sindical do SINASEFE | 33. Rádio Comunitária Alto Alegre dos Parecis (RO) |
| 9. Central Única dos Trabalhadores - CUT/RN | 22. ANDES – Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Nível Superior | 34. CTB Rondônia |
| 10. APEOESP – Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de SP | 23. ANDES Regional Sul | 35. CSP Conlutas Pernambuco |
| 11. APEOESP - Subsede Itaperica | 24. APROPUC – Associação dos Professores da PUC/SP | 36. LOI – Liga Operária Internacionalista |
| 12. APEOESP - Subsede São Bernardo do Campo | 25. SINTUSP – Sindicato dos Trabalhadores da USP | 37. FOB - Federação das Organizações Sindicalistas Revolucionárias do Brasil |
| 13. APEOESP – Santo André | 26. SinTUFABC - Sindicato dos Trabalhadores das Universidades | 38. Frente Revolucionária dos Trabalhadores |
| | | 39. CTS - Círculo dos Trabalhadores pelo Socialismo |

General Motors**Direção do sindicato metalúrgico aceita o lay-off**

O acordo de suspensão de contratos, com duração de 2 a 5 meses, foi firmado, entre o Sindicato Metalúrgico de São José dos Campos, CSP-Conlutas, PSTU, e a multinacional. A justificativa da direção é a de que o acordo “garante a estabilidade no emprego” e a “efetivação de 300 trabalhadores temporários”.

Como se vê, se trata da mesma justificativa da Volks, que também impôs os lay-off, no início de novembro. É bom lembrar que esta é a quarta suspensão de contratos, durante a Pandemia.

A direção do sindicato aceitou uma estabilidade, apenas enquanto durar o lay-off. Em seguida, a montadora tem a liberdade de demitir, reduzir turno, etc. O mesmo ocorre com a efetivação de temporários. Com a suspensão dos contratos, os metalúrgicos receberão parte do salário pela empresa, e parte é retirado dos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), portanto, é pago pelo próprio trabalhador.

Depois de ter elogiado a proposta de acordo, em nome da defesa do emprego, a direção do sindicato diz que os metalúrgicos

não podem ser penalizados pela falta de semicondutores. Isso é ou não é coisa de burocrata que se vende nas mesas de negociação?

O fato é que, após os meses de lay-off, o facão pode vir a cortar, na carne, os empregos. Por isso, a aceitação da suspensão dos contratos nada tem a ver com a defesa da estabilidade. Foi, na realidade, a moeda de troca, para que a direção do sindicato convencesse os operários a aceitarem mais essa medida drástica. A estabilidade de que fala o sindicato é a prevista na lei que estabelece o lay-off. O que a direção sindical anuncia como êxito foi a aceitação, por parte da empresa, de não demitir nenhum trabalhador durante os meses em que estiver vigente o lay-off. Ainda não ficou claro se a montadora contará os meses de suspensão de contrato, para efeitos de aposentadoria, porque o lay-off não prevê o recolhimento do INSS. O que é real é que o lay-off é uma medida patronal, para proteger seus lucros, e que certamente atinge os trabalhadores. No regime de exploração do trabalho, não há medida que possa favorecer tanto o capitalista quanto o trabalhador.

Efeito em cadeia**Demissões nas fábricas que produzem para as montadoras**

A Gestamp, fornecedora de autopeças para a GM, Volks, Honda, Nissan e Fiat, localizada em Taubaté, anuncia demissões de cerca de 200 operários, alegando excedente de mão-de-obra, em função da suspensão de trabalho (lay-off), e redução de turnos nas montadoras.

A direção do Sindicato Metalúrgico, ligada à CUT, disse que iniciou uma negociação com a empresa. Eis a fala do presidente do sindicato: “Vamos negociar todas as medidas de flexibilidade, e ver o melhor caminho para um acordo.” Outro dirigente

completou: “A determinação sobre o excedente veio da direção mundial da Gestamp, na Espanha. Então, as negociações devem ser mais difíceis.” O presidente do sindicato encerrou a reunião, assumindo o discurso das multinacionais, de que o problema está na falta de semicondutores, e que não sabe quanto tempo isso vai durar.

O resultado das falas dos burocratas já é conhecido. Estão preparando os trabalhadores para aceitarem um acordo de flexibilização capitalista, como o lay-off, ou um PDV. Não se dispõem a organizar uma

luta coletiva em defesa dos empregos. Não por acaso, vem crescendo o descrédito junto aos operários, em relação ao sindicato. Isso por que uma parcela de trabalhadores não diferencia direção sindical do sindicato, que é um organismo de resistência dos assalariados. Daí a importância do trabalho da vanguarda com consciência de classe, no sentido de construir as frações classistas e democráticas, para pôr para fora os porta-vozes do patronato que se apoderaram do instrumento de luta dos trabalhadores, que é o sindicato.

Governo e Congresso seguem firmes com a privatização dos Correios

O Projeto de Lei que visa à privatização dos Correios, aprovado na Câmara de Deputados, recebeu parecer favorável do relator no Senado, o bolsonarista Márcio Bittar (PSL), e deverá ser discutido no início de novembro. A oposição faz o jogo parlamentar, alegando que é preciso mais audiência pública, em função das dificuldades ocorridas nas audiências passadas.

As direções sindicais e políticas, por sua vez, continuam com os discursos de que os Correios são patrimônio nacional, que têm dado enormes lucros, e que sua privatização significa lesar a população pobre, que depende desse meio de co-

municação. Alimentam ilusões de que é possível “conversar” com os parlamentares para impedir a venda da estatal. Daí a insistência em correr atrás dos parlamentares direitistas, tanto em Brasília quanto em suas regiões. Também batem na mesma tecla de recorrer ao Supremo Tribunal Federal (STF), justificando que se trata de um projeto inconstitucional. No caso dos Correios, têm esperança de que a Ministra Carmem Lúcia, do STF, dê parecer favorável a “Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI)”. Como se vê, essas direções não aprendem com as trágicas lições deixadas com a aprovação da reforma trabalhis-

ta, previdenciária, para citar apenas dois golpes sobre os trabalhadores, em que usaram e abusaram da chamada pressão parlamentar e judicial.

Por outro lado, os trabalhadores dos Correios continuam desorganizados para enfrentar a privatização. E não há outro meio, a não ser preparar uma combativa greve nacional. Diante do anúncio do ministro Paulo Guedes de privatização da Petrobrás, é preciso preparar uma frente única contra as privatizações e a desnacionalização. Trata-se de uma luta anti-imperialista e contra o capital financeiro interno.

Rondônia

A luta contra os assassinatos e fechamento de escolas no campo

Força Nacional de Segurança e Polícia Militar aterrorizam os camponeses.

Assassinato de três camponeses do Acampamento Ademar Ferreira.

Os camponeses do interior do Estado têm sofrido com os constantes ataques dos latifundiários e dos aparatos de repressão. Em agosto de 2021, a Força Nacional de Segurança assassinou três camponeses, que faziam parte do Acampamento Ademar Ferreira, constituído por famílias de diversas regiões que ocuparam a Fazenda Santa Carmem, localizada no Distrito Nova Mutum, cidade de Porto Velho. É sabido que, desde que ocuparam a fazenda, em abril de 2021, as famílias do Acampamento Ademar Ferreira sofrem com ameaças de pistoleiros e da polícia.

No dia 13 de agosto de 2021, foi realizada uma operação pela Força Nacional de Segurança Pública e pela Polícia Militar do Estado, que utilizou os aparatos do Batalhão de Operações Espaciais (BOPE) e do Batalhão de Choque, resultando no assassinato de três camponeses, sendo dois deles pai e filho, Amarildo Aparecido Rodrigues, 49 anos, e o estudante Amaral José Stoco Rodrigues, 17 anos, que estavam trabalhando no preparo da terra, antes de serem alvejados com tiros de fuzil. O terceiro assassinado foi Kevin Fernando Holanda de Souza, 21 anos, que passava de moto a poucos metros do ocorrido e que, ao tentar fugir, foi fuzilado.

Após os assassinatos no Acampamento Ademar Ferreira, a Força Nacional de Segurança tem feito de tudo para desocupar os camponeses de outro acampamento, Acampamento Tiago Campin, a mando do governador, Marcos Rocha. O Acampamento também está localizado na região de Nova Mutum, zona rural de Porto Velho. Segundo informações, lá vivem 600 famílias, e aproximadamente 2.000 pessoas. A área ocupada faz parte de

um grande latifúndio. A ocupação ocorreu em março de 2020, e cresceu, devido ao número de desempregados durante a Pandemia, que se juntaram aos camponeses do acampamento. Houve uma desocupação, em outubro de 2020, mas, com a resistência dos camponeses, foi retomado. Agora, entre a noite de 21 e madrugada de 22 de outubro de 2021, a Polícia Militar, com auxílio da Força Nacional de Segurança, deram sequência na operação truculenta de cerco e despejo. As famílias camponesas que foram retiradas à força se encontram nos alojamentos, improvisados na Escola Santa Júlia, que fica a dezenas de quilômetros da área em que foram despejados. Relatos dos camponeses mostram que os policiais estão destruindo as plantações e matando seus animais.

Embora houvesse uma decisão do STF para suspender a desocupação, as polícias agem a serviço dos latifundiários e dos governos, e ignoram as decisões da Justiça. As decisões judiciais são cumpridas ou descumpridas, conforme os interesses dos setores da classe dominante. A violência descarregada sobre os camponeses e suas famílias revela, mais uma vez, a violência do Estado e da burguesia contra os mais pobres e indefesos.

O Partido Operário Revolucionário denuncia as mortes dos camponeses do Acampamento Ademar Ferreira, bem como denuncia a violência e a desocupação do Acampamento Tiago Campin. Responsabiliza o Estado e os governantes pelos assassinatos. Exige a imediata entrega das terras aos camponeses, que foram violentamente expulsos do Acampamento. E luta pelo fim da Força Nacional e da Polícia Militar.

Rondônia

Fechamento de escolas do campo no município de Alto Alegre dos Parecis

O município de Alto Alegre dos Parecis, como os demais municípios do estado, nas três últimas décadas, vem enfrentando o fechamento das Escolas do Campo, resultado da política governamental, que visa à expulsão dos camponeses das terras, e ao fortalecimento do agronegócio. Nos últimos 20 anos, foram fechadas cerca de 20 escolas multisseriadas, reduzindo para 5 unidades, denominadas "Escolas-Polo". Assim, os filhos de camponeses para ter acesso à educação básica são transportados em ônibus, e distribuídos nessas 5 escolas e nas escolas urbanas do município.

Agora, com o decreto do governo estadual de retorno às aulas presenciais, começou a vir à tona, a ideia defendida pelo atual prefeito municipal, Denair Pedro da Silva (DEM), com a maioria dos vereadores, de colocar um ponto final nas atividades desenvolvidas na Escola Municipal de Ensino Fundamental Marcelo Gama, uma das escolas camponesas fechadas.

Diante dessa situação, Corrente Proletária/POR, Coletivo do

Sabadão Camponês da Rádio Comunitária, e demais lideranças camponesas, organizaram uma manifestação no dia 26 de outubro. O resultado da mobilização foi positivo, impedindo que a escola fosse fechada. No entanto, a luta apenas iniciou, tendo em vista que o prefeito não vai desistir do fechamento das escolas do campo. Portanto, cabe aos camponeses, estudantes e trabalhadores em geral exigirem que as direções sindicais e camponesas organizem a resistência contra o fechamento de escolas do campo. Lembremos que essa escola, que tem aproximadamente quarenta anos de história, é um símbolo de resistência, pois, foi a primeira escola do campo implantada no município de Alto Alegre dos Parecis. Manter a Escola Municipal de Ensino Fundamental Marcelo Gama em funcionamento, reabrir as que foram fechadas, e construir mais escolas para atender os filhos de camponeses pobres, são reivindicações vitais, que se somam com a luta contra os assassinatos e as desocupações.

Plenária Nacional da CUT, a serviço do eleitoralismo e da política de conciliação de classes do PT

A 16ª Plenária Nacional da CUT aconteceu entre os dias 20 e 24 de outubro, pela via virtual, contando com mais de 950 delegados. A atividade concluiu convocando o 14º Congresso Nacional da central, marcado para ocorrer em outubro de 2023. A abertura do evento se deu através de um pronunciamento do ex-presidente Lula. Durante a programação, falaram também Dilma Rousseff e o ex-ministro Celso Amorim. De acordo com a própria direção da entidade, o tema central da Plenária foi o debate sobre a precarização do trabalho e a necessidade de um “novo modelo” para o movimento sindical. Na prática, contudo, não houve um balanço rigoroso da política empunhada pela direção da Central, o que implicaria fazer uma autocritica quanto à burocratização e à linha de conciliação de classes.

Na abertura, na quarta-feira à noite, Lula discursou em favor da suposta necessidade do movimento sindical “se reinventar na sua forma de atuação futura, até então focada nos locais de trabalho”, e frisou que “um dos desafios é a proteção dos trabalhadores de aplicativos”, que seriam parte de uma “revolução digital”. Segundo o Secretário-Geral da Confederação Sindical dos Trabalhadores e das Trabalhadoras das Américas (CSA), Rafael Freire, a lógica deve ser a de “mais sindicalizados e menos sindicatos”. O dirigente defendeu que “é necessário adaptar os aparelhos sindicais à realidade das categorias profissionais, e representar um número maior de trabalhadores, tanto os formais, quanto os informais, como os motoristas de aplicativos”. E apontou a suposta saída organizativa: “Os sindicatos de macro setores, os sindicatos mais amplos e a unificação sindical são tarefas centrais no nosso sindicato na América”.

Aqui se vê uma confissão envergonhada do corporativismo, do divisionismo e

da disputa por aparatos. Sem dúvida, a pulverização diminui a força social, coletiva, dos trabalhadores, em seu embate com a burguesia e os governos. A questão é que a proposta está sendo colocada apenas como forma de evitar o balanço da política de conciliação de classes e da burocratização. De nada adiantará criar

O que não passa de uma máscara para a real finalidade das tais “Brigadas”, que é formar um aparato de propaganda eleitoral, tendo em vista a necessidade de fazer frente à máquina de disparos automáticos digitais da direita. O ex-presidente da Central, Vagner Freitas, chegou a dizer: “Se não tiver impeachment agora, faremos o

A questão é que a proposta está sendo colocada apenas como forma de evitar o balanço da política de conciliação de classes e da burocratização. De nada adiantará criar aparatos mais robustos, se as bases continuarem sendo sistematicamente apunhaladas pelas costas.

aparatos mais robustos, se as bases continuarem sendo sistematicamente apunhaladas pelas costas. A organização dos informais e precarizados, como os entregadores e motoristas de aplicativos, não seria nenhum bicho de sete cabeças, se os sindicatos estivessem de fato voltados à luta pelas reivindicações, ao contrário de como tem se dado.

O que a direção da CUT, ligada ao PT, não pôde demonstrar foi por que o “velho modelo” não está servindo mais. A tentativa de atribuir o problema à realidade, em especial à chamada “revolução tecnológica”, é uma forma de se esquivar da própria responsabilidade. É óbvio que existem mudanças nos processos produtivos, e que devemos estar atentos a essas transformações. Acontece que, quando a classe operária mais precisa dos sindicatos, não pode contar eles, pois, se encontram profundamente burocratizados e afundados no eleitoralismo.

Expressando a linha política geral da CUT, o Projeto das Brigadas Digitais revelou o conteúdo eleitoral do Plenária. O Projeto foi apresentado como “uma nova comunicação da Central, para derrotarmos o fascismo e o bolsonarismo no Brasil”.

juízo de Bolsonaro nas urnas, em 2022, elegendo Lula presidente”.

Nada disso é novidade, há anos a direção da CUT e do sindicalismo brasileiro, de maneira geral, caminha nessa direção. Apesar do discurso favorável a um “novo modelo”, o que se vê é o velho e carcomido sindicalismo burocrático.

O POR participou da 16ª Plenária Nacional da CUT. O eixo da intervenção do POR se deu em torno de três pontos: em primeiro lugar, reivindicando que a CUT convocasse suas plenárias, congressos e demais instâncias presencialmente; segundo, defendendo que a CUT e seus sindicatos de base aprovassem uma Carta de Reivindicações, que contemplasse as necessidades elementares dos trabalhadores e da juventude oprimida, e que fosse convocado urgentemente um dia nacional de luta, com paralisações e manifestações massivas, como preparação para greve geral; e terceiro, que fosse aprovada a moção de apoio e solidariedade à professora Mônica Moraes, do Rio Grande do Norte, perseguida pelo Escola Sem Partido, como parte da luta em defesa das liberdades democráticas e contra a repressão que tem recaído sobre os lutadores.

Publicado o livro:

PANDEMIA

AVANÇAM A MISÉRIA E A FOME

“

A classe operária, desorganizada e estilhaçada mundial e nacionalmente pela crise de direção, se sujeita à política pandêmica, que aterroriza as massas, com a campanha orquestrada internacionalmente pelo imperialismo, e executada nacionalmente pelos Estados. Sem o seu partido e sem uma vanguarda internacional com elevada consciência de classe, e capaz de desenvolver o programa da revolução proletária, os explorados ficam à mercê das respostas burguesas à crise econômica e pandêmica.



10 Anos do “27 de outubro”

A luta pelo Fora PM da USP e pelo fim dos processos

Há 10 anos, a PM tentou prender três estudantes dentro da universidade, aos arredores da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH). Dessa investida, algumas dezenas de estudantes aglutinaram-se ao redor dos detidos, o que instigou os policiais presentes a convocarem reforços, que vieram rapidamente. Nisso, as dezenas de estudantes transformaram-se em centenas, e o conflito estava instaurado. Erguia-se ali o movimento contra a PM da USP, contra as centenas de processos, contra a escalada repressiva da reitoria e do governo do Estado.

A então diretora da faculdade, Sandra Nitri, tentou conciliar a situação, negociando com a PM. A então direção do DCE: *Todas as Vozes/PSOL*, se prestou de instrumento da burocracia e da polícia, ao concordar e agir ativamente pela negociata com a PM, armando piquete em frente a sala onde estavam os detidos, a PM e a diretora da faculdade, de modo a impedir a entrada do movimento. Essa mesma direção do DCE prestou-se ainda à infâmia tarefa de armar um cordão de isolamento, para conduzir os detidos ao camburão, impedindo com isso que o movimento arrancasse os rapazes do subjugo policial. Esse cordão de isolamento foi composto majoritariamente por militantes do movimento feminista do PSOL, usadas como barreira ideológica contra o movimento, na medida em que, enquanto conduziam os detidos ao camburão, que os levaria à delegacia, esbravejavam “respeitem o movimento feminista”. Sob a máscara do feminismo, o PSOL entregou os estudantes à polícia.

Ao movimento, não bastou questionar um poder local, era preciso colocar em xeque o poder central, pois, entendia que o convênio USP-PM era obra de uma política mais geral para toda a universidade. As bandeiras do movimento nortearam a luta. O poder do reitorado foi colocado à prova.

A entrega dos detidos deu-se sob confronto com a polícia. Bombas de gás lacrimogênio são arremessadas sobre o movimento. Balas de borracha são disparadas. Carros da polícia são tombados. Barricadas com toras de árvores e restos de obras são armados. Estudantes são feridos. A PM pisoteia a autonomia universitária, e, no seio da universidade, resgatam traços do regime militar. Encerrado o conflito, os estudantes se organizam em assembleia e, em 27 de outubro de 2011, aprovam ocupar o prédio de administração da FFLCH. As bandeiras do movimento foram: *Fora PM da USP!*, *Fim de todos os processos contra estudantes e trabalhadores*, *Pela revogação do convênio USP-PM*, e *Pelo fim do regime disciplinar de 72*.

Nessa assembleia, a direção do DCE é impedida de falar. O PSTU ordinariamente se submete a ser porta voz do PSOL, defendendo contra a ocupação. O prédio da administração da

FFLCH segue ocupada até 31 de outubro, quando nova assembleia aprova a ocupação da reitoria. Ao movimento, não bastou questionar um poder local, era preciso colocar em xeque o poder central, pois, entendia que o convênio USP-PM era obra de uma política mais geral para toda a universidade. As bandeiras do movimento nortearam a luta. O poder do reitorado foi colocado à prova.

A direção do DCE, também foi contra a proposta de ocupação da reitoria, e, ao vir que tal proposta venceria, decretou, em meio a contagem dos votos favoráveis à ocupação, o fim da assembleia, retirando-se na sequência. No entanto, a assembleia não se dissolveu. A proposta de ocupação da reitoria foi reencaminhada, aprovada e imediatamente executada. No dia seguinte, a direção do DCE deu entrevista à mídia burguesa, declarando a ocupação ilegítima, pois, teria sido aprovada numa assembleia ilegítima. Inicia-se então campanha do DCE/PSOL, Adusp (Associação dos docentes da USP) e a burguesia, de condenação do movimento de ocupação.

Eis que, em 8 de novembro, às cinco da manhã, um efetivo de 400 policiais, de diferentes companhias: TROPA DE CHOQUE, GOE, GATE, cavalaria, canil e dois helicópteros, desocupa a reitoria. 72 pessoas foram presas, dentre elas, estudantes e funcionários. Sobre eles, foram imputados processos administrativos e criminais. Criminalmente, foram acusados de formação de quadrilha, depredação ao patrimônio público, descumprimento de ordem judicial e crime ambiental. Denota-se que, em 7 de novembro, houve reunião de negociação com a reitoria e o governo do Estado. Em 8 de novembro, foi a reintegração de posse. Em 9 de novembro, haveria mais uma reunião de negociação. É nítido que a reitoria armou para o movimento. O levante estudantil precisava ser esmagado, pois, disso dependiam os vis interesses privatistas sobre a universidade pública.

Ao começarem das aulas, foi organizado um ato arrastão por toda a universidade, informando do ocorrido, e convocando para uma assembleia imediata. Três mil estudantes aprovam greve imediata. PSOL e PSTU foram contra a proposta da greve, e trabalharam por minar com as bandeiras do movimento, apresentando a proposta, que foi aprovada, de *Plano Alternativo de Segurança* para a universidade. Em 10 de novembro, cinco mil estudantes e funcionários marcharam na Avenida Paulista, projetando a luta contra a repressão policial para o restante da sociedade. Em 17 de novembro, nos quinze minutos finais de uma nova assembleia, a então LER-QI, hoje MRT, apresenta a proposta de *Estatuinte*. Novamente, forças internas ao movimento investem contra o movimento. Uma estatuinte, sob o controle da reitoria, jamais teria força para mudar a estrutura de poder da universidade.

Essas duas novas bandeiras desviaram o movimento de seu curso de independência e enfrentamento à casta burocrática e ao governo do estado. Subordinaram o movimento às

aspirações da pequena burguesia, iludidas no “papel de segurança” supostamente proporcionada pela polícia. Sobrepueram a materialidade e o antagonismo de classe na luta contra a presença da PM no campus, pelo idealismo primário, que se sustenta unicamente na crença de que leis mudam a realidade, quando as leis são produto e expressão da realidade. O movimento apenas dissiparia energia, ao participar da inútil estatuinte, além de reforçar ilusões nos mecanismos legais. Enquanto houver reitorado, a estatuinte jamais será soberana.

Há dez anos, o movimento estudantil ergueu-se com disposição e energia contra a PM na USP, cujo teor central dessa bandeira era a defesa da autonomia universitária e defesa da educação pública. As universidades públicas pelo país não são verdadeiramente autônomas em relação à burguesia. Apenas guardam consigo relativa autonomia financeira, e preservavam certos princípios de repúdio à ingerência estatal. A fratura dessa débil autonomia responde à necessidade de avanço do capital sobre o caráter público da universidade. O convênio USP-PM não foi motivado pela proteção dos bens particulares dos estudantes, mas pela valorização do capital da burguesia parasitária. É assim que as bandeiras de autonomia universitária e educação públicas estão indissociáveis. Só é possível a conquista real daquela no curso da luta pela preservação desta.

A universidade na fase de decomposição do capitalismo segue, ao seu modo, a destruição das forças produtivas. No passado, o incentivo burguês à ciência, à técnica, ao conhecimento em geral, esteve sustentado pela necessidade premente de avanço da capacidade produtiva, de levar, a todos os rincões do mundo, o produto genuíno da produção capitalista. À medida que esse pilar vem ruindo, vem também desmanchando-se o próprio sentido da universidade, enquanto um instrumento manejado pela burguesia. A impossibilidade de valorização do capital pelo processo de produção de mercadoria, combinada pela necessidade de contínua valorização desse capital, faz com que a burguesia avance seus tentáculos às estruturas que são apêndices do processo produtivo, financiadas pelo Estado. A mercantilização da Educação serve a esses propósitos. A entrada da polícia militar na universidade expressa a esteira

mundial do capital parasitário, que encontra canal para se realizar nas castas burocráticas senis e obscurantistas.

Há dez anos, a PM se instaurou na universidade como um prelúdio à escalada de ataques a um dos direitos mais elementares: a Educação. O acesso à universidade pública tem sido cada vez mais cerceado, agravando o quadro do país, em que a juventude oprimida sequer conclui o ensino básico. A liberdade de cátedra, em geral, está fortemente ameaçada. A unidade entre teoria e prática nunca foi tão dilacerada. A

unidade entre o ser e o objeto de conhecimento nunca foi tão dissociado. Há dez anos, o movimento estudantil se levantou contra a PM na universidade, resistindo à avalanche que se ergueria contra si mesma. Após 2011, houve apenas mais um grande movimento, o de 2013, que ocupou a reitoria, em nome do Governo Tripartite. Apesar do espaçamento cronológico de dois anos, a luta direta por outra forma de governo da universidade foi a continuidade da luta de 2011, pois, o questionamento da entrada da polícia da universidade só encontrava razão no questionamento da própria estrutura de poder. A luta pelo Governo Tripartite foi a síntese desse processo. Hoje, com a PM formalmente instalada, se impõe como uma forte trava à luta, ao mesmo tempo que

é a garantia da burocracia para a implementação das medidas privatistas, que avançam a galope.

O 27 de outubro foi um marco na história do movimento estudantil da USP. A repressão traz à tona a luta política. Abre a possibilidade do movimento se alçar no curso da luta de classes, em defesa de uma outra universidade, expressão de outra sociedade.

Viva o movimento de 27 de Outubro!

Fora PM da USP!

Fim de todos os Processos!

Em defesa da Autonomia Universitária!

Em defesa da Educação Pública Gratuita e Universal!

Por um Governo Tripartite!

Após 2011, houve apenas mais um grande movimento, o de 2013, que ocupou a reitoria, em nome do Governo Tripartite. Apesar do espaçamento cronológico de dois anos, a luta direta por outra forma de governo da universidade foi a continuidade da luta de 2011, pois, o questionamento da entrada da polícia da universidade só encontrava razão no questionamento da própria estrutura de poder. A luta pelo Governo Tripartite foi a síntese desse processo.



NOVA PUBLICAÇÃO DO POR:

Revista Proletária na Educação

nº 10
ago 2020

O novo número da revista da Corrente Proletária se constitui em uma ferramenta ideológica e prática na luta por erguer uma nova direção para os movimentos da Educação, como parte da tarefa de construção do Partido Operário Revolucionário e reconstrução da IV Internacional, o partido mundial da revolução socialista.

Ato-político em São Paulo



No dia 24 de outubro, o POR realizou uma manifestação em defesa das conquistas da Revolução Russa. No início do ato, foi apresentada a Associação 1º de Maio de Cultura Operária, aprovada por aclamação. O expositor fez uma síntese dos principais pontos da Carta de fundação da Associação, divulgada no plenário.

Em seguida, houve a denúncia da perseguição política e repressão, sofrida pela professora Mônica Moraes, do Rio Grande do Norte, pelo fato de não se sujeitar às pressões dos bolsonaristas, que abraçaram a ideologia reacionária da “Escola sem Partido”. O conselho escolar manejado pelo diretor se valeu da justificativa de que Mônica não teria cumprido as exigências do ensino remoto. De fato, Mônica se vem distinguindo nas manifestações da Campanha Nacional Fora Bolsonaro, exigindo que o movimento saia verdadeiramente em defesa dos empregos, salários e direitos trabalhistas. É nesse contexto, que critica o ensino remoto, pelo fato de agravar a separação da te-

oria da prática, bem como não abranger o conjunto dos estudantes afetados pelo isolamento social durante mais de um ano e três meses de pandemia. É evidente a arbitrariedade, como explicou Mônica, de sua transferência de escola. O que mais chama a atenção é o fato de o governo do estado ser do PT, bem como o vice-prefeito de São Gonçalo do Amarante também pertencer ao PT. Era para todos os partidos do movimento Fora Bolsonaro terem denunciado a ação dos adeptos da “Escola sem Partido”, e exigirem o fim da perseguição política. A denúncia concluiu com o informe sobre a campanha nacional do POR em torno a uma moção. O plenário levantou os punhos contra a perseguição política, e em defesa do livre exercício de cátedra. Iniciou-se, então, o ato dos 104 anos.

Publicamos abaixo a síntese da abertura e uma exposição geral sobre o livro “Lênin estrategista da revolução proletária. Apontamentos sobre a história do Partido Bolchevique”. Dando sequência, foram

apresentados, por cinco expositores, os seguintes pontos do livro: 1) Origem (Assimilando o Leninismo) – Que fazer (concepção de partido); 2) A luta dos bolcheviques para organizar a tomada do poder; 3) Condições para a tomada do poder (Teses de Abril); 4) Guerra civil e o acordo de Brest-Litovsk; 5) Construção econômica e os últimos escritos de Lênin. Concluídas as exposições, abriu-se a palavra ao plenário. Inúmeras foram as intervenções, ressaltando aspectos particulares da Revolução Russa e das formulações teóricas, programáticas e táticas de Lênin. A cada orador, o plenário levantava os punhos, para dar vibrantes Vivas à Revolução Russa e ao internacionalismo proletário. Na conclusão do ato, uma camarada do Rio Grande do Sul fez uma saudação ao ato e à construção do POR. Passou-se à leitura do Manifesto “104 anos da Revolução Russa. Mais de um século de luta pela revolução mundial”. Todos de pé e punhos erguidos cantaram o hino da Internacional.

Síntese da abertura do Ato dos 104 anos da Revolução Russa

Camaradas,

1. Esse ato tem a particularidade de ter sido organizado sobre a base do livro “Lênin estrategista da revolução proletária. Apontamentos sobre a história do Partido bolchevique”.
2. Outra particularidade está em que ocorre na situação em que a Pandemia ainda não foi debelada, com milhões de mortos no mundo, e contundentes consequências econômicas e sociais.
3. Conclusão: a) o capitalismo se encontra mergulhado na crise geral, a mais profunda, desde a Segunda Guerra Mundial; b) a tarefa histórica é a de superar a crise de direção, o que somente é possível se a vanguarda com consciência de classe tomar, em suas mãos, as conquistas da revolução de Outubro de 1917.

Camaradas,

4. O POR tem se esforçado por aprender e assimilar o marxismo por meio das revoluções. O motivo está em que as revoluções expressam com maior nitidez as leis da história, que se materializam, sobretudo, na economia e na luta de classes.
5. ‘A revolução russa tem especial importância, porque iniciou a era das revoluções proletárias na fase última do capitalismo imperialista, precedida pela Comuna de Paris, de 1871.
6. A derrocada definitiva da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, em 1991, não encerrou a era das revoluções proletárias, tão somente interrompeu temporariamente o seu curso.
7. É certo que significou a maior e mais profunda derrota para

- o proletariado mundial. A restauração capitalista golpeou o processo de transição do capitalismo ao comunismo. Mas não eliminou as leis da história, que conduziram o capitalismo imperialista à fase de transição à sociedade sem classes.
8. É parte da revolução russa e mundial o processo de restauração, que deve ser entendido tal como procuramos entender a revolução de outubro. Camaradas, neste ato, o POR se dedica a expor o lugar de Lênin na ciência marxista. Mas, não deixa de assinalar o lugar de Trotsky, em sua luta contra as forças restauracionistas, encarnadas pelo estalinismo.
 9. O POR rejeita as comemorações formais e festivas sobre as revoluções. Vale-se do seu momento histórico, para assimilar seus ensinamentos e incorporá-los no programa.
 10. A revolução russa se distingue das demais revoluções por ter sido dirigida pelo partido marxista mais pleno e mais avançado, o bolchevismo.
 11. O seu programa se assenta sobre os fundamentos e princípios da revolução proletária, que devem ser entendidos nas condições particulares da Rússia czarista, semifeudal e extremamente atrasada.

Camaradas,

12. A estratégia da ditadura do proletariado, concebida pelo marxismo, guiou o bolchevismo ao poder, e o orientou no processo de construção socialista. Não deve ser confundida com a ditadura burocrática e termidoriana do estalinismo.
13. A revolução russa criou a III Internacional. Foi a resposta prática ao programa do internacionalismo proletário. A sua liquidação, por sua vez, foi a resposta prática do revisionismo estalinista;
14. Camaradas, esse ato dos 104 anos da revolução russa marca a determinação do POR em assimilar, aprender e divulgar o leninismo entre o proletariado e as massas oprimidas.

Honremos o proletariado e os camponeses russos, que deram a vida e despenderam toda a sua energia para derrotar a burguesia e o imperialismo, e para iniciar a era das revoluções socialistas, construindo o POR como elo de continuidade do internacionalismo marxista-leninista-trotskista.

Viva os 104 anos da Revolução Russa!

Exposição do livro “Lênin estrategista da revolução proletária. Apontamentos sobre a história do Partido Bolchevique”

Camaradas,

“Lênin estrategista da revolução proletária” é o décimo segundo livro do POR – contando com o Programa, são treze. E o segundo que editamos pela coleção “Marxismo – Teoria e Programa”, que inauguramos com a publicação de “Lições da Comuna de Paris”, em maio deste ano. Coleção dedicada a sistematizar os fundamentos do programa e dos métodos da revolução proletária.

O trabalho de edição e publicação percorreu seis meses. Mas, sua elaboração começou há cinco anos, quando decidimos fazer da contracapa do jornal Massas um meio de formação política coletiva, dedicando-a à exposição da obra teórica e organizativa de Lênin. Iniciamos essa tarefa sem um plano prévio, mas com plena consciência da necessidade que tinha o partido, de assimilar os fundamentos do leninismo, para a construção de um verdadeiro partido revolucionário.

Começamos com a publicação sistemática de uma série de textos programáticos que intitulamos “Assimilando o leninismo”. Logo, continuamos com “Lênin estrategista”. E, finalmente, concluímos a exposição com os “Apontamentos sobre a história do bolchevismo”.

O fundamental, porém, está no fato de que as exposições das formulações leninistas, que publicamos disciplinadamente durante cinco anos, apresentam a real dimensão histórica de Lênin, como teórico, organizador do bolchevismo e estrategista da revolução proletária.

Assimilando o leninismo

Lênin publicou seus primeiros escritos em fins do século XIX. Destacou-se muito cedo, pela sua capacidade analítica e seu rigor para aplicar o marxismo às condições concretas da luta de classes. Quando consolidada a formação do POSDR, Lênin se destacou como um de seus mais importantes teóricos e dirigentes.

Após o Segundo Congresso do POSDR, Lênin assumirá a direção da fração bolchevique, que se orientava a constituir o partido como o organizador da luta revolucionária da classe operária.

Converteu-se, assim, no centro teórico e no motor organizativo de uma nova fase no desenvolvimento da social-democracia russa, marcada pela tarefa de organizar um partido de vanguarda, centralizado, baseado na democracia interna, e orientado a penetrar no seio das massas, para transformá-las em força social das transformações revolucionárias.

A luta travada por Lênin, por dotar o partido de um claro programa, visando a erradicar o oportunismo e o economicismo, que obstaculizavam a transformação do proletariado em força revolucionária consciente, tem um lugar de destaque no conjunto da exposição de suas elaborações apresentadas em “Assimilando o leninismo”. Ressaltam-se, em particular, as exposições em que se põe de relevo o esforço por orientar o partido a publicar um jornal, que se forjasse como o organizador coletivo da atuação da vanguarda com consciência de classe na Rússia. Bem como aquelas em que Lênin demonstra que somente um tipo especial de revolucionário, que reunisse as qualidades do trabalho teórico, propagandístico, agitativo e organizativo, poderia cumprir com a tarefa histórica de transformar o partido na direção ideológica, política e prática das massas.

O partido de quadros – baseado na rigorosa seleção de seus membros, com um jornal constituído em organizador da intervenção prática coletiva, e dotado de um programa revolucionário claro – constitui os alicerces principistas, programáticos e metodológicos da teoria marxista do partido político do proletariado.

Eis aqui exposto, sinteticamente, o objetivo inicial da publicação das formulações leninistas, que concluímos em um ano, graças ao rigor da disciplina coletiva. Mas, como ressaltamos na apresentação do livro, essa “experiência foi tão rica, que decidimos dar continuidade ao estudo das abundantes formulações do fundador do bolchevismo”.

Lênin estrategista

Continuamos, em março de 2017, com o estudo e exposição dos métodos e táticas da revolução proletária, formulados por Lê-

nin, sob o título “Lênin Estrategista”.

Tomando como referência o período que vai, da revolução democrática de fevereiro 1917, à revolução proletária de outubro de 2017, nos dedicamos a expor a “arte” da orientação política leninista, que consiste em saber avaliar corretamente as condições da luta de classes, para impulsionar o combate do proletariado pela conquista do poder político.

A tomada do poder pelo proletariado russo, sob a direção do partido bolchevique e a orientação estratégica de Lênin, expressou o método e a ciência política da direção prática, necessários à luta revolucionária da classe operária mundial, que, na revolução russa, responderiam às particularidades históricas, econômicas, sociais e culturais do país.

Apontamentos sobre a história do Partido Bolchevique

Com os “Apontamentos sobre a história do Partido Bolchevique”, nos dedicamos a expor o conjunto das formulações de Lênin, do II Congresso do POSDR, ao XI Congresso do PC(b)R, de março de 1922, incluindo suas últimas formulações, datadas de 23 de dezembro de 1922 a 2 de março de 1923. Fomos, assim, obrigados a retomar aspectos desenvolvidos anteriormente. Mas, desta vez, procuramos expor a unidade indissolúvel entre a obra teórica, política e organizativa de Lênin, com a própria história e desenvolvimento do bolchevismo, objetivando especialmente mostrar a evolução do pensamento de Lênin em sua relação com a luta revolucionária do proletariado russo e mundial.

Os “Apontamentos do bolchevismo” se destacam, particularmente, por revelar o esforço de Lênin, em formular os fundamentos que regem a construção do Estado operário, e os métodos práticos para consolidar os alicerces da transição ao socialismo.

A construção do Estado operário, a sua defesa militar, as lutas internas ao partido, a criação das bases econômicas do socialismo e a definição dos métodos e medidas para consolidar as conquistas revolucionárias do proletariado russo, soldando a fogo a unidade entre camponeses e proletários, serviram a Lênin como matéria-prima para expor, explicar e fazer com que a vanguarda mundial compreendesse a importância de assimilar criticamente a experiência do bolchevismo, e as particularidades da Revolução Russa para a luta de classes mundial.

Camaradas,

Como vocês podem ver, tínhamos uma valiosa matéria-prima em nossas mãos. Mas, transformá-la em livro exigiu mais do que estabelecer uma sequência temporal das exposições no Jornal Massas. Requereu, ainda, um trabalho de releitura, revisão, correção e encadeamento sintático e lógico dos textos, para apresentar de forma mais precisa possível os fundamentos e princípios da volumosa e vasta obra de Lênin.

Esse trabalho, no entanto, pouco significará, se os militantes e as células não fizerem dele um instrumento para a elevação política coletiva, e para se transformarem em verdadeiros organizadores da luta do proletariado do país, por sua independência de classe.

Está aí o objetivo político de expor e assimilar criticamente os fundamentos teóricos, os princípios programáticos e os métodos organizativos desenvolvidos por Lênin: servir de forja ao POR para, nela, temperar os quadros profissionais que tem por tarefa histórica se fundir à classe operária, para elevá-la à política revolucionária.

Camaradas,

É bom também dizer que, em 32 anos de existência, o POR nunca deixou de compilar, elaborar, editar e publicar textos programáticos, resoluções partidárias e sindicais, polêmicas, clássicos do marxismo, generalizações teóricas das experiências de luta dos explorados, assim como contribuições à teoria marxista e à organização partidária:

- 1) Centenas de folhetos reúnem obras dos clássicos e generalizações teóricas das experiências do POR nos movimentos e greves;
- 2) 13 números da revista Socialismo Científico condensam as formulações das respostas proletárias às manifestações da crise estrutural capitalista e experiências da luta de classes mundial;
- 3) Dez números da Revista Proletária da Educação expressam a análise das contradições e crise da educação capitalista, assim como o processo de elaboração do programa proletário para a Educação;
- 4) 31 edições do Boletim Internacional do Comitê de Enlace, nos quais se sintetizam as formulações programáticas e a linha política, que guiam a intervenção coesa de suas seções.

No entanto, destacam-se, aqui, os últimos doze anos, por corresponder à tarefa histórica de compilação, correção, edição e apresentação dos livros do POR. Neles, está concretizado o empenho do partido na compreensão científica das leis e tendências dos fenômenos sociais, econômicos e políticos, bem como a exposição da linha, dos métodos e das táticas, capazes de impulsionar a luta revolucionária do proletariado. A vanguarda, que se reivindica do marxismo e da revolução, poderá neles também avaliar, se os prognósticos, caracterizações e formulações realizados pelo POR correspondiam ou não à natureza dos fenômenos analisados, e à sua evolução posterior. Torna-se possível, desse modo, submeter à prova da realidade a linha e tática poristas.

Camaradas,

Hoje, ao recordarmos os 104 anos da Revolução Russa, destacamos o lugar de Lênin na luta pela emancipação da classe operária. Continua colocada a tarefa histórica de seguir forjando o partido leninista, de quadros, e firmado no programa da revolução e ditadura proletárias.

A podridão do capitalismo exige trabalhar mais firme e decididamente pela derrota da burguesia e das direções traidoras, venais e revisionistas, que bloqueiam e impedem as massas a se aproximarem de sua estratégia revolucionária. Trata-se, portanto, de cumprir a tarefa de fundir o programa à classe operária e aos demais explorados.

“Lênin estrategista da revolução proletária” é mais passo nesse caminho. O livro encarna o esforço coletivo por assimilar e incorporar, criticamente, os métodos organizativos e táticos do leninismo e do bolchevismo, como materialização dos fundamentos e princípios da revolução proletária de nossa época, objetivando aplicá-los à situação particular da luta de classes em nosso país. Está aí resumido, camaradas, o conteúdo histórico e político da tese: “Sem teoria revolucionária, não pode haver tampouco movimento revolucionário”.

***Vivam os 104 anos da Revolução Russa!
Viva Lênin, o estrategista e organizador
da revolução proletária!***

No dia 24 de outubro, o Partido Operário Revolucionário (POR) realizou um ato político, em São Paulo, em comemoração aos 104 anos da Revolução Russa. Já se tornou uma tradição os atos políticos em defesa das conquistas do proletariado russo e mundial, que, em 25 de outubro de 1917, derrubou a burguesia, instituiu o Estado Operário, expropriou os meios de produção e iniciou a transição do capitalismo ao socialismo.

Na atividade deste ano, o POR publicou o livro “Lênin estrategista da revolução proletária. Apontamentos sobre a história do Partido Bolchevique”, que serviu de base para as exposições sobre os principais momentos da revolução e os fundamentos teóricos e programáticos. Para encerrar o ato, foi o lido e aprovado por aclamação o manifesto abaixo publicado.

Manifesto do Partido Operário Revolucionário dirigido à classe operária,
aos demais trabalhadores, à juventude oprimida e à vanguarda com consciência de classe

104 anos da Revolução Russa

Mais de um século de luta pela revolução mundial

O aniversário da Revolução de Outubro de 1917 tem uma imortal importância para a luta do proletariado mundial, por sua emancipação e de todos os oprimidos. O POR se esforça ao máximo para assimilar, defender e pôr em prática seus ensinamentos e suas conquistas.

A derrubada da burguesia e de seus aliados monárquicos do poder, a expropriação da propriedade privada dos meios de produção, a nacionalização das terras, a implantação do monopólio do comércio exterior, a abolição da opressão nacional, a garantia do direito à autodeterminação dos povos oprimidos, a erradicação da discriminação da mulher e a luta pelo fim da guerra imperialista, sem partilhas e anexações, romperam a dominação de classe da minoria sobre a maioria, e deram início à solução das tarefas democráticas burguesas na Rússia semifeudal. A revolução de Outubro, assim, destruiu um dos elos da cadeia mundial de dominação da época do capitalismo imperialista.

O rompimento das cadeias de opressão sobre as massas internas à Rússia, que vinham do feudalismo decadente e do capitalismo, que tardiamente se desenvolvia, resultou da transformação da revolução democrático-burguesa em revolução proletária, socialista. Eis por que a revolução triunfante rompeu um dos elos da cadeia mundial do capitalismo.

Os levantes operários e camponeses, iniciados em 1905, interrompidos pela brutal repressão czarista, a sua retomada em 1912, a revolução democrática em fevereiro de 1917 e, finalmente, a insurreição armada das massas em Outubro, contra o poder burguês, contaram com a perseverante luta dos marxistas bolcheviques, liderados por Lênin. Nesse combate, marcado por derrotas e vitórias, os explorados russos criaram uma organização própria, que foram os soviets (conselhos) de operários e camponeses.

A organização independente conquistada na luta de classes; a capacidade dos bolcheviques, de compreenderem o curso da



A vitória do proletariado na Rússia expressou o amadurecimento das condições objetivas do capitalismo, que adentrava na sua fase última de desenvolvimento das forças produtivas, que é a imperialista.

revolução em meio à guerra imperialista; a aliança operária e camponesa, que se soldou sob a orientação de bolchevismo; e a derrota programática, política e ideológica das direções pequeno-burguesas, reuniram as condições históricas para que os senhores feudais e a burguesia fossem varridos do poder, e perdessem o domínio sobre os meios de produção.

A burguesia internacional não teve como destruir o embrião da revolução social, que germinou na Rússia nas condições de destruição da 1ª Guerra Mundial. Na Europa, onde se concentrou a conflagração, desenvolveram-se as tendências e as possibilidades da revolução proletária. Não foram apenas as particularidades da Rússia que favoreceram a revolução, mas, sobretudo, a luta dos bolcheviques, por transformar a classe operária em dirigente da maioria oprimida. Na Alemanha, a contrarrevolução venceu, devido, em grande medida, à degeneração do partido socialdemocrata, tomado pelo revisionismo do marxismo, e subordinado à política de guerra do imperialismo. A Revolução de Outubro abriu a era das revoluções proletárias e da transição do capitalismo ao comunismo. As derrotas sofridas pelo proletariado tão somente indicaram o longo percurso histórico da luta de classes, voltada à transformação da propriedade privada dos meios de produção em propriedade social.

A vitória do proletariado na Rússia expressou o amadurecimento das condições objetivas do capitalismo, que adentrava na sua fase última de desenvolvimento das forças produtivas, que é a imperialista. Na fase liberal anterior, momento em que o socialismo passava de sua forma utópica para a científica, Marx e Engels elaboraram a teoria e o programa revolucionários, e identificaram a tomada do poder pelo proletariado parisiense, portanto, a Comuna de Paris de 1871, como uma primeira experiência que abria inevitavelmente caminho a outras. A sua rápida derrota não impediu que Marx e Engels fizessem um rigoroso balanço crítico, por meio do qual se revelaram a fraqueza e a fortaleza da revolução. Balanço esse que se incorporou na concepção, teoria e programa da revolução proletária, no socialismo científico. Os revolucionários russos, tendo principalmente Lênin à frente, se guiaram pelas experiências e

É imprescindível à luta do proletariado por sua emancipação e ao trabalho revolucionário da vanguarda com consciência de classe, compreender, assimilar e aplicar as lições da revolução de 25 de outubro de 1917, nas condições atuais de desintegração do capitalismo e avanço da barbárie.

conclusões de ordem histórica, que indicavam que o proletariado, não só avançava no sentido da luta pelo poder, mas também na instauração de sua ditadura de classe – a ditadura do proletariado. Todos os adversários do bolchevismo, em suas diversas variantes de reformismo, oportunismo e sectarismo, se distanciaram e atacaram a doutrina marxista da revolução e ditadura proletárias. Alinharam-se, antes da revolução, em defesa da democracia pequeno-burguesa e burguesa, contra o levante armado e a tomada do poder. Posteriormente, se tornaram ferozes inimigos da ditadura do proletariado e de seus métodos de construção econômica, exigidos pelas condições particulares da Rússia, arrasada pela guerra. Ao se oporem ao curso da revolução que levava à ditadura do proletariado, todos aqueles que passaram a renegar o marxismo, ou que já eram seus adversários, se tornaram serviçais do imperialismo. Assim, a revolução em um dos países mais atrasados da Europa, do ponto de vista capitalista, sobreviveu ao cerco das potências e às forças restauracionistas internas, por um período de 74 anos, se considerarmos o ano de 1991 como o momento em que a burocracia estalinista decidiu pela dissolução da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS).

Esse longo percurso foi inteiramente acidentado e marcado por lutas internas e externas. O período que vai, da crise revolucionária de 1897-1903, passando pela revolução de 1905, desembocando nas revoluções de fevereiro e outubro de 1917, até a morte de Lênin – com seus altos e baixos, e ritmos diferenciados –, foi de ascensão e auge do bolchevismo, ou seja, do marxismo-leninismo. A fase posterior a 1924 se caracterizou pela divisão no interior da direção do partido e em suas fileiras, entre a fração majoritária, liderada por Stalin, e a Oposição de Esquerda Russa, constituída por Trotsky. Lênin previu que esse era o grande perigo, e deixou em suas últimas cartas ao Comitê Central a recomendação de mudança na composição da direção, que deveria ser acrescida de maior número de operários avançados, reduzir o poder do Secretário Geral, ou até mesmo substituir Stalin por outro dirigente. O problema da burocratização

do partido já vinha sendo discutido, principalmente desde o X Congresso, diante do qual Lênin identificava o baixo controle da classe operária sobre o comando do Estado, e, portanto, sobre o próprio partido. As condições da economia e das relações do Estado operário com as massas camponesas, bem como o atraso da revolução mundial, favoreceram a fração de Stalin, que, desde o início, expressava poderosas tendências à burocratização. A expulsão de Trotsky do Comitê Central, seu confinamento e, finalmente, sua expulsão da URSS consolidaram o monolitismo burocrático e revisionista do leninismo. A degeneração interna ao Partido Comunista da Rússia se refletiu na III Internacional, que deixou de funcionar como Partido Mundial.

A retomada da crise geral do capitalismo, a partir de 1929, a ascensão do fascismo, e a eclosão da 2ª Guerra Mundial, foram o teste decisivo para a direção estalinista do Estado Operário, que já se encontrava desfigurado pela burocratização e pela fórmula nacionalista, da possibilidade de construir o “socialismo em um só país”. A virada da política de Stalin, de um acordo com o imperialismo alemão, para uma aliança com o imperialismo norte-americano e

inglês, não modificou a essência do revisionismo da concepção, programa e tática, estabelecidos por Lênin sobre a guerra imperialista, e a sua aplicação na 1ª Guerra Mundial. A paz de Potsdam resultou em uma nova partilha do mundo, sob a égide da potência emergente, os Estados Unidos, que, dias depois, fez o experimento mais terrível e genocida da 2ª Guerra, soltando as bombas nucleares sobre Hiroshima e Nagasaki. A aliança do Estado Operário burocratizado com as democracias imperialistas levou os partidos comunistas, do mundo todo, a se subordinarem à política de guerra dos governos considerados antifascistas e democráticos. De maneira que não foram capazes de se apoiar nas teses leninistas sobre a guerra imperialista. A III Internacional teve como única função orientar as suas seções a colaborar com os aliados de cada país, e evitar a potenciação da luta de classes. Nessas condições de capitulação, a III Internacional foi dissolvida, em 1943. A Oposição de Esquerda Internacional e a IV Internacional se contrapuseram frontalmente à diretriz estalinista das alianças, na guerra, com o imperialismo. Trotsky aplicou rigorosamente a orientação de Lênin. A fraqueza organizativa da IV Internacional, que não teve tempo e condições para penetrar no proletariado, dificultou e inviabilizou a projeção prática da luta revolucionária, por transformar a guerra imperialista em guerra civil, e defender a paz sem anexações. O que pôde fazer foi preservar e fortalecer o programa da revolução mundial.

É imprescindível à luta do proletariado por sua emancipação e ao trabalho revolucionário da vanguarda com consciência de classe, compreender, assimilar e aplicar as lições da revolução de 25 de outubro de 1917, nas condições atuais de desintegração do capitalismo e avanço da barbárie. É parte dessa tarefa compreender, assimilar e aplicar as lições do processo de degeneração da revolução, e a conseqüente restauração capitalista. Essas duas tarefas estão indissolivelmente interligadas. Em sua base, está o conjunto de formulações deixado por Lênin, e materializado na história do bolchevismo, como dirigente da revolução e da constituição da III Internacional. Ao lado de Lênin,

104 anos da Revolução Russa - São Paulo

se encontra Trotsky. As falsificações estalinistas procuraram diminuir seu lugar de dirigente na revolução. Evidentemente, as contribuições teóricas e programáticas ao marxismo-leninismo se avolumaram e se adensaram, com a resistência da Oposição de Esquerda, e com a fundação da IV Internacional, à degeneração burocrática do partido comunista russo, da ditadura do proletariado e da III Internacional. Em grande medida, Trotsky teve de se dedicar à análise e crítica do fenômeno do terrorismo estalinista, para defender as conquistas do proletariado russo e mundial do processo de restauração capitalista. O que só foi possível aplicando o leninismo, que é o marxismo da época imperialista, de guerras, revoluções e contrarrevoluções.

É necessário rejeitar as comemorações formais do aniversário da revolução de Outubro, que, como tais, desvinculam a revolução da restauração, a ruptura do estalinismo com o leninismo, o vínculo do trotskismo com o leninismo, e que não expressam a luta do dia-a-dia, pela superação da crise mundial de direção.

O POR consolidou a tradição de aprender com as revoluções, principalmente a Russa, tanto por abrir o curso das revoluções proletárias na fase imperialista do capitalismo, quanto por desenvolver a ciência do proletariado, o socialismo científico. Os reformistas auxiliam a burguesia mundial a evitar que o marxismo-leninismo-trotskismo reconquiste, entre o proletariado, o lugar alcançado na Revolução Russa, e na edificação da III Internacional dos seus Quatro Primeiros Congressos. Reconquista que depende da construção dos partidos leninistas, como parte do objetivo de reconstruir o Partido Mundial da Revolução Socialista, a IV Internacional. A esquerda centrista se afasta, cada vez mais, do marxismo-leninismo-trotskismo. São sintomas contraditórios da crise de direção, e da tendência objetiva do proletariado de procurar a via da revolução social.

Estamos a pouco mais de um século da Revolução de Outubro, e a trinta anos da desintegração da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas. O capitalismo se recompôs, depois da 2ª Guerra Mundial. O imperialismo conseguiu isolar as revoluções do período, sendo, a mais importante, a Revolução Chinesa. Durante todo esse tempo, prevaleceu a caracterização marxista do imperialismo, como época de desintegração do capitalismo e de barbárie social. Em nenhum momento, prevaleceu o pacifismo. A ilusão sobre democracias pujantes se desfaz no dia-a-dia do fortalecimento do militarismo e dos Estados policiais. A farsa da nova ordem mundial cooperativa se desmancha, diante do recrudescimento da opressão nacional sobre a maioria dos povos. A guerra comercial voltou a ganhar novas dimensões nos últimos tempos, potenciada pelo processo de restauração capitalista na China. O fantasma do fascismo vem ganhando materialidade na Europa e Estados Unidos. Os

Manifesto do POR

governos de ultradireita, nos países de economia atrasada e semicolônias, substituem os de centro-esquerda, ou estes são arrastados para a posição direitista. A projeção dos militares na política burguesa, depois de terem um lugar de destaque, com o ciclo das ditaduras militares na América Latina, está na ordem do dia. Ergueram-se às alturas o desemprego, subemprego, miséria e fome entre as massas.

Esse quadro de desintegração econômica, social e política do capitalismo mundial é consequência do choque entre as forças produtivas altamente desenvolvidas e as relações capitalistas de produção, sob a forma monopolista e do parasitismo financeiro. Essa contradição esteve na base da 1ª e 2ª guerras mundiais. E também do processo de restauração capitalista e destruição das mais avançadas conquistas da humanidade, obtidas pelas revoluções proletárias. A Pandemia, que sobressaltou e ainda sobressalta o mundo, a incapacidade da burguesia de defender a maioria oprimida, e a sobreposição dos interesses do poder

O POR aproveita a comemoração dos 104 da Revolução Russa para melhor compreender as formulações de Lênin, os passos dados na transição do capitalismo ao socialismo, e a interrupção provocada, sobretudo, pela revisão estalinista do internacionalismo proletário.

econômico sobre a vida dos explorados. Em meio ao flagelo internacional, veio à tona a necessidade da vanguarda com consciência de classe, de lutar firmemente pela superação da crise de direção. Todas as forças políticas vinculadas à classe operária, aos sindicatos e aos movimentos terão de prestar contas de sua passividade e de sua colaboração, com esta ou aquela fração da burguesia, com este ou aquele governo.

O POR aproveita a comemoração dos 104 da Revolução Russa para melhor compreender as formulações de Lênin, os passos dados na transição do capitalismo ao socialismo, e a interrupção provocada, sobretudo, pela revisão estalinista do internacionalismo proletário. Aproveita para fazer um chamado à vanguarda com consciência de classe, a se enfileirar em torno ao partido marxista-leninista-trotskista, e à tarefa urgente de reconstruir o Partido Mundial da Revolução Socialista.

***Viva os 104 anos da Revolução Russa!
Reconstruir o Partido Mundial da Revolução Socialista, a IV Internacional***

24 de outubro de 2021



R\$ 30

ADQUIRA COM NOSSO DISTRIBUIDOR DO MASSAS

Lênin estrategista da revolução proletária
Apostamentos sobre a história do Partido Bolchevique

LANÇAMENTO LIVRO
Lênin estrategista da revolução proletária

Este livro faz parte da luta da vanguarda consciente em superar a crise mundial de direção, construindo o Partido Operário Revolucionário, como seção brasileira do Comitê de Enlace pela Reconstrução do Partido Mundial da Revolução Socialista, a IV Internacional.

POR
Marxismo
Teoria e Programa

Nova Coleção Editorial

Carta de fundação da Associação 1º de Maio de Cultura Operária

Aos trabalhadores e à juventude oprimida

24 de outubro de 2021

Há muito esperávamos criar uma associação voltada à classe operária, aos demais trabalhadores e à juventude. Decidimos colocar um nome que expressasse o 1º de Maio, Dia Internacional dos Trabalhadores, cuja história está marcada pela luta de classes, e pela necessidade da emancipação geral dos explorados da escravidão capitalista. Eis por que a Associação, que dá os seus primeiros respiros, deita raízes no 1º de Maio de 1886, quando fábricas, transportes e comércio foram paralisados, por uma poderosa greve, em Chicago, Estados Unidos. A massiva passeata na Av. Michigan demonstrou a disposição de luta dos trabalhadores contra a brutal exploração patronal, e em defesa de suas condições elementares de existência. É nesse momento que se abre caminho à luta internacional pela jornada de 8 horas de trabalho. No dia 3 de maio, a polícia atacou os grevistas, diante da fábrica McCormick Harvester, seis deles perderam a vida. As lideranças acabaram sendo presas e acusadas de ato terrorista, pela explosão de uma bomba, que nunca teve comprovada sua procedência. Em um julgamento favorável ao patronato, em 9 de outubro, foi decretada a pena de morte de Georg Engel, Adolph Fischer, Albert Parsons, Louis Lingg e August Spies; a prisão perpétua de Samuel Fielden e Michael Schwab; e 15 anos de prisão a Oscar Neebe.

O esmagamento a sangue da greve de 1º de Maio, e o assassinato autorizado pela Justiça de 5 lideranças mais destacadas, se tornaram um marco para o movimento operário mundial. Em 1889, no 1º Congresso da II Internacional, foi proposto transformar o 1º de Maio em Dia dos Trabalhadores. No seu 2º Congresso, de 1891, foi aprovado o 1º de Maio como data a ser lembrada, e utilizada para a unificação das reivindicações e das lutas operárias. Essas são as raízes históricas do 1º de Maio, em que nossa Associação se apoia. É necessário ainda reconhecer a importância que, no Brasil, teve o 1º de Maio, no início da organização dos sindicatos, das greves e das manifestações, em defesa de reivindicações, como a jornada de trabalho de oito horas e direitos trabalhistas.

A ideia de Cultura Operária vem no sentido de que a luta do proletariado contra a exploração e por sua emanci-

pação da dominação capitalista possibilita separar a cultura burguesa, que serve à exploração, da cultura operária, voltada à emancipação. A classe operária tem uma longa história de organização, de lutas e de revoluções. É nessa história que os oprimidos vêm forjando, há séculos, uma cultura oposta à de seus opressores. A base da luta proletária contra a dominação capitalista se encontra no socialismo científico, de Marx e Engels. Aí está, portanto, a fonte da formação cultural da classe operária e de todos os explorados.

As experiências da luta de classes vão sedimentando o processo de elevação da consciência política, ideológica e cultural das massas. É imprescindível, no entanto, que um destacamento avançado encarne o socialismo científico, como teoria, programa e diretriz prática. O partido proletário e os sindicatos são as mais importantes escolas da classe operária. É por meio deles que os explorados se defendem da exploração, repressão e doutrinação capitalistas. A luta do partido, por transformar os instintos de revolta dos trabalhadores em consciência, organização e política de classe, depende de sua assimilação do socialismo científico. É nesse processo de luta de classes que se separa a cultura socialista da cultura capitalista.

O objetivo da Associação 1º de Maio de Cultura Operária é o de promover o socialismo científico, que permita a todos os operários entenderem a tarefa da destruição da sociedade de classes, da construção da sociedade sem classes, e da emancipação do conjunto da sociedade de toda forma de opressão do homem pelo homem.

A Associação 1º de Maio de Cultura Operária é fundada neste ato-político, que o POR realiza, pelos 104 anos da Revolução Russa. Momento em que é lançado e discutido o livro “Lênin estrategista da revolução proletária. Aparentamentos sobre a história do Partido Bolchevique”. Temos a certeza de que nossa Associação cumprirá um importante papel auxiliar na luta pelo socialismo científico.

***Viva a Associação 1º de Maio
de Cultura Operária***



RS 15

ADQUIRA
COM NOSSO
DISTRIBUIDOR
DO MASSAS

**Lições da
Comuna de Paris**
Março / Maio de 1871

LANÇAMENTO LIVRO

Lições da Comuna de Paris

Este livro é parte da luta pela superação da crise de direção e recuperação do terreno perdido para a contrarrevolução. As lições das derrotas e vitórias nunca se perdem. Nossa tarefa é a de mantê-las e usá-las como arma do proletariado.



POR
Marxismo
Teoria e Programa

Nova
Coleção
Editorial

Formação Regional Norte: comemoração dos 104 anos da Revolução Russa

Em 24 de outubro, militantes e simpatizantes de Rondônia e do Amazonas reuniram-se em Porto Velho, para realizar um estudo sobre a Revolução Russa, em seu 104º aniversário. A atividade fez parte das atividades que o POR realizou no mês, para comemorar e lembrar a primeira revolução proletária vitoriosa, e também como parte da formação política regular dos quadros que, na região, erguem o programa de destruição do capitalismo e luta pelo comunismo.

O estudo, que durou cerca de três horas, iniciou-se com uma breve exposição dos principais acontecimentos do ano de 1917 na Rússia, mostrando o entrelaçamento entre a ação das massas, a ação do partido revolucionário, bolchevique, e da guerra imperialista que estava em curso. A exposição inicial também contextualizou os dois textos que foram estudados: o primeiro constituía de extratos do livro “*Lênin: Estrategista da Revolução Proletária*”, lançado pelo POR, cujas ideias centravam na intervenção de Lênin e do partido, nos dias que precederam a tomada do poder, em 25 de outubro de 1917 (segundo o calendário juliano); o segundo foi o artigo de Lênin, publicado no jornal “*Massas nº 649*”, “*Diante do Quarto Aniversário da Revolução de Outubro*”, que faz um balanço dos quatro primeiros anos da revolução proletária.

A discussão em grupos e na plenária permitiu avaliar a força da ação política consciente, encarnada no partido bolchevique e em sua liderança máxima, que se manifestava na figura de Lênin. Houve

uma avaliação de que os elementos exteriores (a crise capitalista, a guerra imperialista, a ação das massas camponesas, as sublevações de operários e de soldados, dentro e fora da Rússia) permitiram tornar mais intensas as contradições entre a política burguesa, materializada no governo Kerensky, e as reivindicações das massas (“paz, terra e pão”), mas que estes elementos objetivos não garantiriam, por si mesmos, a passagem da revolução democrático-burguesa (de fe-

branco, contrarrevolucionário), sem contar ainda com uma poderosa indústria e uma poderosa classe operária. O avanço em algumas questões, como a luta pela igualdade salarial entre os sexos, a luta pela autodeterminação das nações, contrastava com outras dificuldades mais básicas, como o abastecimento alimentar das cidades, e o desenvolvimento planejado da economia. Os erros e os avanços destes primeiros anos da Revolução Russa serviram como um apren-

Os erros e os avanços destes primeiros anos da Revolução Russa serviram como um aprendizado para as massas e para o partido. Lênin, ao mesmo tempo que evocava os atrasos seculares da Rússia, apontava a situação futura, que seria de novas guerras imperialistas, e da necessidade de transformar estas em guerras civis pela tomada do poder pela classe operária.

vereiro) para a revolução proletária (de outubro), sem a ação decisiva do partido revolucionário no seio dos soviets, e sem a ação decisiva de seus melhores dirigentes, Lênin e Trotski, que atuaram para orientar o partido e as massas para a tomada do poder.

Do mesmo modo, a avaliação sobre os primeiros anos da revolução apontou que as dificuldades econômicas e políticas do governo revolucionário estavam ligadas a profundas contradições entre a condição material da Rússia, que carregava o atraso das relações econômicas pré-capitalistas, sobretudo no campo, e que passara pela guerra imperialista e depois pela guerra civil (entre o Exército vermelho, revolucionário, e o Exército

dizado para as massas e para o partido. Lênin, ao mesmo tempo que evocava os atrasos seculares da Rússia, apontava a situação futura, que seria de novas guerras imperialistas, e da necessidade de transformar estas em guerras civis pela tomada do poder pela classe operária. Apenas a luta permanente para derrotar o capitalismo mundial poderia e poderá libertar a humanidade das guerras e do conjunto de opressões que ela ainda carrega.

A discussão dos textos foi encerrada com um “Viva à Revolução Russa”, um “Viva ao Comunismo”, um “Viva aos camponeses que lutam pela terra”, um “Viva à construção da IV Internacional”.

Publicado o livro:

LEON TROTSKY

A CONTINUIDADE DO MARXISMO-LENINISMO



Este livro objetiva expor essa dialética do combate de Trotsky ao estalinismo. Não há como continuar o marxismo-leninismo sem assimilar esse processo, que se desencadeou já em 1923, quando Lênin ainda vivia e sentia o peso da enfermidade, que o levaria à morte em 1924, e concluiu com o assassinato de Trotsky em 20 de agosto de 1940. Este livro, portanto, é uma homenagem militante, prática, proletária e marxista aos 80 anos de seu assassinato”.

LEON TROTSKY
A CONTINUIDADE
DO MARXISMO-LENINISMO

R\$ 35

**ADQUIRA
COM NOSSO
DISTRIBUIDOR**

Nesta edição:

- **América Latina:** Tendências da crise e luta de classes.
- **Peru:** Confirma-se a inviabilidade do reformismo na etapa imperialista do capitalismo.
- **Paraguai:** Lei de defesa da propriedade privada provoca manifestações de camponeses e indígenas.
- **Bolívia:** Perspectivas da atual luta das nacionalidades oprimidas e dos cocaleiros da região de Yungas.
- **Argentina:** O desemprego extraordinário é a pior pandemia.
- **Lênin:** *Apontamentos sobre a história do Partido Bolchevique.*



Artigos das Seções **Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional**

América Latina

Tendências da crise e luta de classes

Estima-se que, em fins de 2021, o tamanho da economia da América Latina retrocederá aos indicadores da década de 1990. Quer dizer que, após a eclosão da crise capitalista, em 2008, passando pela recessão de 2016, e pelas tendências desagregadoras de fins de 2019, logo agravadas pela combinação da crise econômica e sanitária, a produção de valor e as condições de produção se assemelham às de 30 anos atrás. Estima-se que as condições de vida e trabalho das massas retrocederam, em comparação às existentes, para um século atrás – quando começavam se configurar as reformas e medidas de proteção da força de trabalho, pelos governos oligárquicos e semicoloniais.

A renda per capita na região retrocedeu em mais de 10%, apenas em 2021. Enquanto o seu PIB afundou 15%, no mesmo período. De cada 100 habitantes da América Latina e Caribe, 34 acham-se na pobreza. Desses 34, 13 afundaram na extrema pobreza: sequer alcançam cobrir com seus ganhos o valor de uma cesta básica. São, portanto, 209 milhões de pobres (22 milhões a mais que em 2019), e 78 milhões que sobrevivem em condições sub-humanas (8 milhões a mais que em 2019).

Esse quadro piora, se se observa o avançado estágio de desindustrialização e primarização (maior peso relativo dos serviços e da produção de commodities agrícolas e minerais no PIB latino-americano) das economias nacionais, do crescente déficit fiscal, e da queda de arrecadação, do aumento da dívida interna e externa (cresceram acima de 55%, no último período), e da derrocada dos investimentos públicos e aumento de cortes orçamentários, que resultam em redução ou extinção de subsídios sociais universais, necessários para amenizar a pobreza e a miséria generalizadas.

Ocorre que a retomada das exportações agrícolas e de minérios, apesar dos aumentos conjunturais de preços, não podem compensar as perdas da indústria, comércio e serviços. Setores esses que concentram mais de 64% da força de trabalho formal da região, e foram os mais golpeados pelas demissões, redução salarial e destruição de direitos trabalhistas. As atividades informais, por sua vez, que abrangem 53% da força de trabalho, se ressentem do aumento dos preços de produtos básicos, e da expansão da precarização salarial e trabalhista. Tais condições, em seu conjunto, impedem a retomada da economia, em escala suficiente para estancar a sangria da crise e o avanço da miséria das massas, que

arrasta a América Latina para o fundo do poço da barbárie capitalista.

Soma-se a isso, o peso que adquire para os orçamentos públicos o pagamento de vacinas para equacionar os estragos da Covid-19. Segundo o Imperial College de Londres, empresas como Pfizer e Moderna têm custos de produção por vacina entre 0,60 e 2 euros por dose. Mas, vendem-na por 18 a 37 dólares. Os sobrepreços aumentam, assim, os lucros, à custa do endividamento dos Estados e, portanto, do rebaixamento das condições de vida das massas. O que garante os negócios monopolistas. Negócios esses sustentados, em grande parte, pela remessa de lucros às potências, que subsidiam sua produção, municiando com rios de capitais um punhado de monopólios farmacêuticos. Dadas as condições do mercado e o sucateamento das indústrias farmacêuticas públicas, observa-se que a crise sanitária serviu de instrumento para agravar e estender a opressão nacional sobre as semicolônias, e sangrar ainda mais as massas oprimidas.

Isto se passou, enquanto a burguesia continuava a concentrar mais e mais parcelas da riqueza produzida socialmente. Estima-se que, para o final deste ano, 1% da população terá aumentado sua apropriação da riqueza mundial acima de 80%. O restante será “repartido” entre 99% da população. A América Latina – junto a alguns países da Ásia e do continente africano, em seu conjunto – é uma das regiões que mais padece pela alta concentração de riqueza e miséria nos polos antagônicos da sociedade: os 10% mais ricos de sua população concentraram 71% da riqueza produzida.

Tudo indica que essa tendência dará um novo salto à frente, no pós-pandemia. Indicadores recentes demonstram que a riqueza acumulada por um pouco mais de 100 multimilionários cresceu 41%, passando, de US\$ 284 bilhões, para US\$ 480 bilhões, em apenas um ano. Se ampliado o leque ao conjunto de capitalistas e latifundiários, a concentração de riqueza aumentou 61%.

Para demonstrar a real grandeza dessas estatísticas, basta assinalar que, a cada 100 dólares produzidos, 37 correspondem à remuneração (salários), 52 aos lucros e 11 ao pagamento de impostos e consumo de bens de capital. E, como exemplo da brutal desigualdade que daí decorre, basta indicar que, a cada capitalista (pequeno, médio e grande), há em contrapartida cerca de 10 trabalhadores, aos quais se devem repartir os 37 dólares destinados

ao pagamento de salários – enquanto os 52 dólares de lucros ficam em uma única mão.

O que surpreende é que esse processo se deu no quadro de queda da produção mundial de valores, em 6,8%. O quer dizer que a concentração de capitais se operou, ora pela brutal redução do preço da força de trabalho, ora pela reapropriação pelos capitalistas (via subsídios e parasitismo financeiro) de parte da mais-valia, extraída pelos Estados da produção social, via impostos, e que deveria ser destinada aos investimentos públicos e funcionamento dos serviços essenciais.

Configura-se, assim, um quadro estarrecedor para América Latina, marcado pela maciça destruição de forças produtivas e de valores, bem como pelo agravamento do parasitismo financeiro sobre as nações oprimidas, em uma escala histórica sem precedentes. O que, combinados com a estagnação econômica – tendente ao crescimento negativo – e a alta inflacionária, acabarão por arrastar as economias semicoloniais para o fundo do precipício.

Eis exposta, em toda sua violência social, a desagregação econômica e política de um regime que, embora tenha elevado a um grau nunca visto a produtividade do trabalho, produzindo alimentos e bens suficientes para garantir condições de vida mais elevadas para toda a humanidade, continua a condenar à miséria, à fome e à morte bilhões de seres humanos.

Em seus quase 200 anos de existência, apurou-se que a produção mundial, dominada pelas relações de produção e propriedade burguesas, elevou o produto per capita acima de 1.234% (Maddison Project Database 2020). Entretanto, a pobreza e miséria da classe operária, dos camponeses e dos trabalhadores assalariados em geral continua a ser, com recuos conjunturais, uma lei constante de seu desenvolvimento. Apenas em 2021, cresceram em 23 milhões as pessoas que passaram fome na América Latina. 6 milhões morreram de inanição no mundo, por não terem o que comer. Isso, enquanto 220 milhões de toneladas de alimentos por ano (11,6% do total mundial, no valor de US\$ 150.000 milhões) são jogadas no lixo, devido à acumulação de estoques não vendidos.

O fundamental reside em demonstrar que, na medida em que a política burguesa de isolamento social foi desativada pelos governos, impulsionando a retomada das atividades econômicas e sociais, expõe-se a barbárie social em toda sua dimensão histórica. O fechamento de centenas de milhares de fábricas (pequenas, médias e grandes), o aumento do desemprego (superior a um terço da força de trabalho continental) e avanço da precarização protegeram os lucros monopolistas e o parasitismo financeiro, à custa de impulsionar a miséria e pobreza. Fatores esses que avolumam a crise de superprodução e, portanto, provocam a destruição de forças produtivas em uma escala ainda maior. Em tais condições, aborta-se a retomada econômica mundial em níveis anteriores aos de pré-crise de 2008. O que levará os capitalistas e governos a continuarem a ofensiva das contrarreformas, a destruírem direitos e avançarem no saque das nações oprimidas.

São as leis econômicas do capitalismo da época imperialista, que é a de sua decomposição, que impedem a burguesia de superar a desagregação econômica, política e social mundial. O que vem obrigando as massas a reagirem em defesa de suas condições de existência. Não por acaso, crescem as tendências instintivas dos explorados de intervirem na crise, com seus próprios métodos de luta, erguendo suas reivindicações mais urgentes. Sob as novas condições, retomam-se as tendências dos levantes operários

e populares, que assombraram a burguesia latino-americana, em fins de 2019.

Na Guatemala, explodiram manifestações, bloqueios de rodovias e greves, contra as medidas ditatoriais do governo e o aumento dos preços. Em El Salvador, após anos de passividade, milhares de operários, camponeses e juventude oprimida saíram às ruas, contra o avanço do autoritarismo e das contrarreformas do governo Bukele. No Equador, as massas retomaram os bloqueios, ocupações e enfrentamentos com as forças repressivas e o governo do banqueiro Lasso, que pretende aplicar o plano de ajustes, que havia sido derrubado nas lutas, em 2019. No Chile, são constantes as greves operárias e do funcionalismo, e agora entra em cena o povo Mapuche, que retoma a via da ação direta, para enfrentar o avanço dos monopólios agroindustriais e a extração de minérios em seus territórios ancestrais. Na Argentina, as mobilizações de desempregados e juventude oprimida confluem com greves operárias, em defesa das condições de vida, dos salários e dos empregos. No Brasil, as tendências de luta da classe operária têm sido bloqueadas. A revolta dos metalúrgicos da GM de São Caetano do Sul contra a traição da direção burocrática é um indicador de que se gesta uma revolta generalizada. A luta do funcionalismo público, embora não se unifique, devido ao bloqueio e as traições das direções políticas e sindicais, dá sinais de reanimamento do movimento geral das massas.

Observa-se que existem condições para a luta de classes dar um passo à frente, na resistência às ofensivas do grande capital, latifundiários e dos governos burgueses. Mas, para isso, é necessário que as massas em luta, apoiadas na democracia direta, rompam a camisa de força da conciliação de classes das direções, que bloqueiam, abortam e traem as lutas. Trata-se, portanto, de transformar seu instinto de revolta em política e ação classistas, constituindo frações revolucionárias e desenvolvendo o programa de reivindicações, que lhes permitam dar um salto na luta política, sob a estratégia própria.

A defesa dos empregos, salários e direitos coloca em choque os explorados com a propriedade privada monopolista, colocando na prática a tarefa de organizar as greves e unificá-las em um só movimento. A defesa dos direitos conquistados pelo funcionalismo abre passagem à luta contra opressão imperialista, que sacrifica o funcionalismo para sustentar o parasitismo financeiro. As lutas de povos indígenas e camponeses pela terra e contra os aumentos dos preços projeta a luta de classes no campo. A defesa das condições elementares de vida dos explorados favorece a fusão da vanguarda com consciência de classe com as tendências objetivas de revolta do proletariado e dos demais oprimidos.

Nas condições em que vigoram por toda a América Latina, as violentas consequências da crise capitalista e quase dois anos de pandemia empurram as massas a romperem a camisa de força imposta pelas direções conciliadoras. Abre-se caminho à luta pela organização independente do proletariado, e pela construção dos partidos revolucionários. Essa tarefa histórica é favorecida, na atual conjuntura, pela ligação objetiva da luta pelas reivindicações mais imediatas das massas às tarefas anti-imperialistas e anticapitalistas.

É sob essa compreensão e com essa linha política que as seções do Comitê de Enlace pela Reconstrução da Quarta Internacional (CERQUI) poderão dar um salto à frente na tarefa de reconstruir ao Partido Mundial da Revolução Socialista e fortalecer o seu trabalho no seio das massas.

Peru

CONFIRMA-SE A INVIABILIDADE DO REFORMISMO NA ETAPA IMPERIALISTA DO CAPITALISMO

A última experiência por que passa o governo reformista de Pedro Castillo, no Peru, é o corolário de muitas outras experiências anteriores de governos reformistas, como o peronismo na Argentina, o nacionalismo de conteúdo burguês, cuja variante esgotada é o masismo na Bolívia, o chavismo na Venezuela, o correísmo no Equador, o petismo lulista no Brasil, etc. Todas estas experiências, que aparecem como anti-imperialistas e que, invariavelmente, terminam entregando-se, de corpo e alma, ao opressor externo, fracassam na tentativa de desenvolver seus países, no marco do respeito à grande propriedade privada dos meios de produção e do Estado burguês.

O governo de Pedro Castillo, que recentemente assumiu em meio a uma grande esperança de ressurgimento de governos reformistas na América Latina, surpreendentemente, desmorona rapidamente, entrando em graves contradições com o partido político Peru Livre (PL), cujos organizadores estão relacionados ao foquismo senderista, que o levou ao poder, criando ilusões nos setores mais pobres do país vizinho. As graves discrepâncias entre Castillo e o PL surgiram em torno à política que o governo deve aplicar em relação a um rico campo de gás natural, chamado CAMISEA, que está nas mãos de uma multinacional. A princípio, os dirigentes do Peru Livre haviam defendido a sua nacionalização. Mas, Castillo, que a cada dia é mais prisioneiro da direita, defende que somente se deve renegociar com a multinacional para melhorar um pouco os tributos ao Estado, referente à exploração do gás. Em reiteradas ocasiões, disse que as relações do governo peruano com os investidores estrangeiros se darão no marco do respeito das leis peruanas e dos interesses dos investidores.

A poderosa pressão da direita, que é maioria no parlamento, obrigou Castillo a expulsar, de seu gabinete, o primeiro-ministro senderista Guido Bellido, e colocar no seu lugar a moderada Mirtha Vásquez, deixando clara a virada conservadora do governo.

Vladimir Cerrón, o dirigente máximo do Peru Livre, que se autoproclama como marxista radical-leninista, anunciou que o PL se afasta definitivamente do governo, e oficializou que os seus parlamentares não darão os seus votos de confiança ao novo gabinete de ministros de Castillo, para que este possa se consolidar como governo. Tudo leva a crer que Castillo, se qui-

ser permanecer no poder, recorrerá ao caminho de uma franca direitização, até se converter em instrumento da ultradireita, dirigida pelo fujimorismo.

Esta última experiência reformista peruana – junto ao fracasso do governo peronista de Fernández na Argentina, que se entrega totalmente ao imperialismo – comprova mais uma vez a inviabilidade dos governos reformistas de conteúdo burguês, que iniciam discursivamente como radicais anti-imperialistas, mas que, na prática, estão ligados umbilicalmente a suas burguesias internas e às multinacionais imperialistas.

Trata-se da reiterada confirmação da tese marxista-leninista-trotskista, que assinala, de maneira categórica, que já passou definitivamente a hora dos movimentos reformistas, na presente etapa de esgotamento do capitalismo imperialista, uma vez que este se converteu em obstáculo ao desenvolvimento das forças produtivas, e, portanto, de qualquer possibilidade de que os países atrasados de economia combinada, em que convivem o atraso e o desenvolvimento em sua estrutura econômica, como é o caso da Bolívia, possam ainda passar por um crescimento generoso de suas forças produtivas, e realizar as reformas sociais, econômicas e culturais, para melhorar as condições de vida de seus habitantes, como ocorreu na etapa de crescimento do capitalismo.

Esta tese, já reiteradamente comprovada nos diferentes processos políticos na América Latina e em outras latitudes do mundo, diferencia o trotskismo do conjunto da esquerda reformista e do estalinismo contrarrevolucionário. Não se trata de uma simples previsão das possibilidades políticas do reformismo, mas do profundo conhecimento das leis internas de desenvolvimento do capitalismo.

Os reformistas não podem compreender que a propriedade privada dos meios de produção e as relações capitalistas de produção se converteram em uma camisa de força, que impede o crescimento das forças produtivas, e que a revolução de nossa época consiste em libertá-las, implantando a propriedade social, no marco de um novo Estado de operários e camponeses.

(Extraído do Jornal Massas n. 2.673, do Partido Operário Revolucionário da Bolívia)

**PÔR EM PÉ O PARTIDO MUNDIAL
DA REVOLUÇÃO SOCIALISTA
RECONSTRUIR A IV INTERNACIONAL**



R\$ 35

**ADQUIRA
COM NOSSO
DISTRIBUIDOR
DE MASSAS**

Paraguai

Lei de defesa da propriedade privada provoca manifestações de camponeses e indígenas

Violentos protestos de camponeses e indígenas sacudiram a capital do Paraguai, na semana passada. Em 29 de setembro, o Congresso paraguaio aprovou uma lei, alterando o Código Penal, que eleva as condenações por “invasão à propriedade privada” e, imediatamente, em 1º de outubro, o presidente da República Mario Abdo Benítez a sancionou. A lei aprovada e sancionada eleva a pena de quem “individual ou associado com outras pessoas ingressarem com violência ou clandestinamente a um imóvel alheio” seja castigado com prisão de 6 anos. No caso de a ocupação ser para se “instalar” ou “ocasionar dano patrimonial”, a pena de cárcere aumenta para 10 anos.

O alvo da lei são os camponeses sem-terra e indígenas, obrigados a ocupar terras de latifundiários paraguaios brasileiros e menonitas, em face da expropriação de suas terras e o agravamento da crise econômica.

A manifestação foi notícia, devido à combatividade dos indígenas que, com pedras e flechas, enfrentaram a polícia nacional, provocando ferimentos em alguns deles. O projeto, que vinha tramitando há meses, passou com folgada margem no Congresso, que a aprovou às vésperas das eleições municipais, que ocorreram no domingo 9 de outubro, ou seja, num momento em que o circo eleitoral ocultava a violência da decisão tomada.

Antecedentes

O Paraguai ainda é profundamente afetado pela destruição provocada pela guerra da Tríplice Aliança, particularmente na sua estrutura agrária, pois, foi logo após a hecatombe, que os aliados impuseram (principalmente o Império do Brasil e a República Argentina) a privatização das chamadas “estâncias de la pátria”, ou seja, a propriedade estatal. A entrega, a preço vil, de milhões de hectares, a empresas argentinas, brasileiras e até inglesas, provocou a expulsão de milhares de indígenas e camponeses, que cultivavam a terra de acordo com as tradições ancestrais, e não como propriedade privada.

Durante a década de 1970, se iniciou a transferência de terras originalmente destinadas à reforma agrária para os aliados do ditador Alfredo Stroessner que, posteriormente, as venderam ou arrendaram a colonos brasileiros. Mas, foi em 2011, que conflitos por terra ganharam uma escala maior, a partir do caso Ñacunday, a 70 quilômetros de Ciudad del Este. Naquela ocasião, organizações camponesas ocuparam 28.000 hectares de uma propriedade da empresa Agro Toro S.A., do grupo Fávero, do latifundiário brasileiro Tranquilo Fávero. Os camponeses foram despejados, em fevereiro de 2012. O caso foi amplamente difundido, devido à participação de diversos outros colonos brasileiros da região, que começaram a fazer os tratorazos, para exigir a expulsão dos camponeses sem-terra. Posterior a isso, os tratorazos se tornaram um expediente comum entre os ocupantes de terras brasileiras, para pressionar o governo paraguaio a proteger suas propriedades.

Desde Ñacunday, as ocupações tornaram-se uma estratégia dos camponeses, na luta pela reforma agrária, e a reação do estado e dos latifundiários tornou-se cada vez mais agressiva. Em 15 de junho de 2012, a repressão a uma ocupação resultou no assas-

sinato de 11 camponeses. Aproveitando a repercussão do caso, o Congresso paraguaio, liderado pelo Partido Colorado, promoveu o impeachment do presidente Fernando Lugo e, seis dias após a matança, ele foi destituído, mediante um golpe parlamentar.

Nos anos posteriores ao impeachment, os conflitos se multiplicaram, assim como a criminalização das lutas camponesas. De acordo com um estudo, feito em 2016, entre 2013 e 2015, foram registrados 43 conflitos. Ao todo, 273 camponeses sem-terra foram detidos, e outros 460, processados judicialmente. Destes, 39 foram condenados. Também se apurou que 87 pessoas foram feridas e torturadas pela polícia ou por agentes de segurança privada, contratados pelos latifundiários.

A maior parte dos casos se concentra na região fronteiriça com o Brasil: 32% no departamento de Canindeyú, 28% em San Pedro, e 12% no Alto Paraná. Dos 52.863 hectares em disputa, 56,5% são de propriedade privada. Mais de 60% das terras em disputa estão em mãos estrangeiras, em sua maioria brasileiros. A aprovação da lei que modifica o Código Penal tem claramente o intuito de reforçar o poder econômico e político desses latifundiários.

Propriedade e posse

As organizações camponesas e de direitos humanos denunciavam que a lei sancionada não se limita a um simples aumento das condenações penais, mas incorpora uma nova figura jurídica, para blindar as terras irregularmente apropriadas pelos latifundiários, inclusive os brasileiros. A lei introduz a figura jurídica do “titular da posse”, que não existe no Código Penal vigente. De acordo com o direito burguês, existe uma diferença entre a propriedade e a posse, ou seja, o “possuidor” não é necessariamente o proprietário. Ocorre que muitas terras, ocupadas pelos latifundiários e empresas agropecuárias, têm a sua legalidade questionada, pois, se trata de terras simplesmente ocupadas pelos fazendeiros, as chamadas “terras irregularmente apropriadas”.

A Comissão da Verdade e Justiça, criada por lei em 2003, verificou, no seu informe, que, no Paraguai, existiam terras irregularmente apropriadas, e recomendou ao Estado e ao Ministério Público investigar e recuperar essas terras, destinadas à reforma agrária. Também o INDERT • Instituto Nacional de Desarrollo Rural y de la Tierra de la República del Paraguay, informou, em 2016, que mais de 1 milhão de hectares estão nas mãos de pessoas que não são sujeitos da reforma agrária. Por isso, quando se define como “invasão”, a ocupação de uma posse, o que se está legalizando é a proteção das terras irregularmente apropriadas. A maioria dessas posses está nas mãos de pessoas que se dedicam à agricultura empresarial, ou à pecuária extensiva, e a maioria dos conflitos dos camponeses é com plantadores de soja, brasileiros ou menonitas.

Trata-se de uma contradição que, sob o regime capitalista, não tem solução, de modo que, ao movimento camponês e aos povos indígenas, afetados pela monopolização das terras, só lhes resta o caminho da luta, e seu entroncamento com a luta pelo socialismo. A lei aprovada tornará ainda mais agressiva a repressão aos movimentos de ocupações.

Bolívia

Perspectivas da atual luta das nacionalidades oprimidas e dos cocaleiros da região de Yungas

É inquestionável a radicalidade dos movimentos das nacionalidades originárias do Oriente boliviano e dos produtores de coca, da região de Yungas, de La Paz, assim como também não há dúvidas de que os dois movimentos se soldaram com o mal-estar social contra o governo do MAS, que se aprofunda, dia após dia, nas cidades.

A chegada triunfal da marcha indígena em Santa Cruz de la Sierra levou multidões de todos os setores da população às ruas e praças. Foi um duro golpe na cara do governo masista que, desde o princípio, tentou desmobilizar o movimento e, finalmente, o combateu de frente, chegando ao extremo de usar os chamados interculturais como grupos de choque para confrontá-los no caminho.

No caso dos cocaleiros dos Yungas, em La Paz, a resistência multitudinária das bases, ao controle do governo e seus capangas à sede da ADEPCOCA, contou com o apoio dos moradores de Villa Fátima y Villa El Carmen, que também sofreram as consequências da brutal repressão policial.

Estas duas mobilizações, que ocorrem ao mesmo tempo, e nos extremos geográficos do país, se constituem em catalisadores de um fenômeno político concreto: a persistência da resistência das camadas da classe média, acomodadas ao governo de Arce Catacora, e o progressivo afastamento das camadas majoritárias mais pobres da

mesma classe, que, nas eleições passadas, foram as que garantiram a vitória eleitoral ao atual governo; setores estão sofrendo as consequências da crise econômica, sem encontrar respostas efetivas por parte dos governantes, e porque todos os dias estão constatando que é um governo cínico e corrupto, que pretende impor uma estrutura legal, que lhe permita descarregar sobre as suas costas o peso da crise econômica, e preparar o caminho para o uso da violência, com a finalidade de calar os insatisfeitos.

Estas mobilizações, ainda que tenham a particularidade de serem populares, no entanto, possuem uma grande limitação: a ausência do proletariado, que não consegue superar, com suas ações, a política colaboracionista com o governo de suas atuais direções burocratizadas. O proletariado é a única classe que pode dar uma perspectiva política revolucionária às lutas das demais classes oprimidas do país.

Por mais legítimos e sentidos que sejam os objetivos destes setores mobilizados, se esgotam nos limites de suas vitórias ou de suas derrotas, sem encontrar uma projeção política revolucionária posterior, e de maior alcance. Desta maneira, carregam a marca de suas limitações de classe. Provavelmente, os indígenas do Oriente consigam arrancar do governo as promessas de criar leis para a proteção dos seus territórios, leis que,

na prática, nunca serão cumpridas, porque os grandes agroindustriais necessitam de novas terras para continuarem crescendo. Os cocaleiros de La Paz conseguiram recuperar a sede da ADEPCOCA, derrotando o governo, que, diante da contundência e determinação da mobilização, não teve outro remédio, a não ser retroceder em sua intenção de esmagar o movimento pela repressão. Retornaram para as suas regiões, com a sensação de vitória, mas não conseguiram liberar plenamente a produção da folha, sob a consigna do livre cultivo, comercialização e industrialização da coca, de forma que seguirão sofrendo o assédio de um governo que quer concentrar o controle de toda a produção em suas mãos.

A vitória definitiva destes setores na luta depende de uma saída política dirigida pelo proletariado, que consiste em derrotar os governos burgueses e construir um novo Estado, operário, camponês e da classe média empobrecida das cidades. Somente este governo poderá materializar a autodeterminação das nacionalidades oprimidas, desenvolver os setores produtivos mais importantes do país, para resolver os problemas do conjunto dos setores, desenvolver as forças produtivas, etc. etc..

(Extraído do Jornal Massas, nº 2.671, do Partido Operário Revolucionário da Bolívia)



Argentina

O desemprego extraordinário é a pior pandemia

É preciso acabar imediatamente este flagelo, criando postos de trabalho formais



De acordo com o INDEC (*Instituto Nacional de Estadística y Censos de la República Argentina*), em março de 2021, havia em torno de 8 milhões de trabalhadores formais que contribuíam para o sistema previdenciário, sobre um total de 28 milhões de pessoas em idade de trabalhar (a população argentina supera os 45 milhões de habitantes).

Dos 8 milhões de trabalhadores formais, 1,4 milhões recebiam menos de 30.000 pesos por mês, portanto, não podem ser considerados empregos plenos.

Há 2,8 milhões de trabalhadores informais, sem carteira assinada, dos quais 2,2 milhões recebiam menos de 30.000 pesos.

Qual era a situação em 2000, ano que teve recorde de desemprego e rebelião dos trabalhadores desempregados? O país tinha 37 milhões de habitantes, 8 milhões a menos que agora. O sistema informava que a população economicamente ativa era de 14,1 milhões de pessoas, enquanto, agora, são 13,3 milhões.

Estes dados ajudam a ver a dimensão da catástrofe social que o país padece. É necessário criar, com urgência, os milhões de empregos formais, com salários que sejam suficientes para viver como pessoas, que correspondam ao custo de vida.

Com o incremento de 1% ao ano da população, em 10 anos, seremos mais de 50 milhões de habitantes. Isto indica também quantos empregos terão de se agregar, a cada ano, só para impedir o agravamento da situação. Quando analisamos os dados fornecidos pelos organismos oficiais, verificamos, também, a enorme hipocrisia e a farsa do discurso oficial, ao se referir à criação de empregos.

É imperativo desconhecer toda a dívida externa, e romper os acordos e recomendações do FMI. É imperativo dar um grande impulso às obras públicas, para gerar postos de trabalho, para construir 300.000 habitações por ano, hospitais, escolas, esgoto, água corrente, barcos, dragas, locomotivas, vagões, estradas de ferro, e tudo que é necessário. Os recursos devem vir da estatização dos bancos, do comércio exterior, dos latifúndios e das principais atividades econômicas. As instituições

se recusam a resolver os problemas, pois, querem manter as coisas como estão, e afundar o país, mais e mais, na barbárie.

Não é a Pandemia, não é Macri, é o capitalismo que se esgotou e, por isso, a classe operária tem de destruí-lo, antes que a destrua! O governo, o judiciário, o Congresso e a burocracia se afundam na podridão e na corrupção. Todos sabem como foram saqueados os recursos da sociedade, mas simulam não enxergar, trabalham para impedir a reconstrução da sociedade sobre outras bases.

Isto quer dizer que os grandes meios de produção devem ser expropriados e transformados em propriedade social, de modo a planificar a economia, colocando-a a serviço da sociedade. Para cumprir essa tarefa, é obrigatório jogar na lata do lixo todas essas instituições, que servem a uma classe minoritária exploradora.

(Extraído do *Jornal Massas*, nº 403, órgão do Partido Operário Revolucionário da Argentina)

ADQUIRA COM O DISTRIBUIDOR DO JORNAL **Massas**

 **\$5**



Boletim do
Comitê de Enlace
pela Reconstrução
da IV Internacional

Publicado pelo Comitê de Enlace para a Reconstrução da IV Internacional
Venda em Portugal: 1.400.000 2021

R\$ 5

Construir a direção
revolucionária mundial, para
orientar as lutas sob a estratégia
do governo operário e camponês

Impedir o desvio do movimento dos explorados para
o terreno democratizante da conciliação de classes



86 AÑOS DE LUCHA
CONSECUTIVA
HACIA LA REVOLUCION PROLETARIA

Viva os Estados Unidos Socialistas da América Latina!



Apontamentos sobre a história do Partido Bolchevique

No jornal anterior, concluímos a exposição do informe de Lênin ao IV Congresso da Internacional Comunista. Poucos dias depois de seu encerramento, Lênin se lançou contra uma resolução do Comitê Central, de 6 de outubro, que violava o monopólio do comércio exterior.

Em uma Carta ao CC, de 13 de outubro, e outra, de 13 de dezembro de 1922, dirigidas a Stalin, Secretário Geral do Partido, Lênin demonstra que a resolução proposta por G.I. Sokólnikov, que contou com apoio de Bukharin, Zinoviev e Stalin, abria caminho para a penetração incontrolável do capital imperialista na União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). Devido ao agravamento de sua enfermidade, e impossibilitado de comparecer na reunião do Comitê Central que, finalmente, decidiria a confirmação ou revogação da decisão de 6 de outubro, Lênin encarregou Trotsky de defender a proposição que estabelecia *“a necessidade incondicional de manter e fortalecer o monopólio do comércio exterior”*. Nenhuma concessão poderia ser feita àqueles que, em nome de ativar a economia interna, levavam a uma ruptura nos fundamentos programáticos do monopólio do comércio exterior. Stalin chegou a resistir às pressões de Lênin, para quem foram endereçadas as duas Cartas, mas, acabou formalmente recuando. Assim, a reunião do Comitê Central de dezembro revogou a decisão de outubro.

Eis as principais formulações da Carta de 13 de outubro. *“A resolução da plenária do CC de 6 de outubro (...) estabelece uma reforma aparentemente parcial, sem transcendência: ‘por em prática alguns decretos do Conselho de Trabalho e Defesa sobre a autorização provisória para a importação e exportação de algumas categorias de mercadorias, por determinadas fronteiras’. Na realidade, rompe o monopólio do comércio exterior. Não é surpreendente que o camarada Sokólnikov tenha procurado e conseguido. Sempre esteve a favor disso, e como é aficionado em paradoxos, sempre procurou demonstrar que o monopólio não nos convém. No entanto, o assombroso está em que votaram pela afirmativa, aqueles que, por princípio, apoiam o monopólio, e que o fizeram sem consultar detalhes com algum dirigente da economia. (...) Abrem-se escritórios de compra para a exportação e importação. O proprietário de um desses escritórios tem direito a comprar e vender somente mercadorias especificamente catalogadas”*.

Lênin demonstra que essa medida não garante nenhum controle, e que não apresenta meios para realizar o controle. Exemplifica com a diferença cambial entre a moeda russa e a inglesa, tomando o caso do preço interno do linho, que seria de 4 rublos, e, na Inglaterra, de 14 rublos. E explica: *“Todos lemos em O Capital como o capitalismo se transforma internamente, e se torna mais audaz, quando as porcentagens de juro e lucro crescem com rapidez. Todos se lembram que o capitalismo é capaz de*

arriscar-se perigosamente, e que Marx admitia isso muito antes da guerra, e antes de que o capitalismo começasse seus ‘saltos’”.

Na situação concreta da URSS, a quebra do monopólio estatal do comércio exterior impulsionaria as relações entre os camponeses e o capital comercial, devido a que os negócios seriam extremamente vantajosos. E favoreceria ainda mais os negócios clandestinos.

Lênin relata uma conversa que teve como Stalin sobre a abertura, por algum tempo, dos portos de Petrogrado e Novorossiisk, em que demonstra *“até que extremo são perigosas semelhantes experiências, ainda mais que não estejam restritas por uma lista de artigos”*.

Bukharin reage à oposição de Lênin, e agrava o conflito. O que levou Lênin a escrever a Carta de 13 de dezembro, intitulada *Acerca do monopólio do comércio exterior*, dirigida a Stalin, para que fosse apresentada na plenária do Comitê Central. Inicia-a, rechaçando as acusações de Bukharin contra a posição de Krasin e do próprio Lênin, bem como analisando os erros de fundamento econômico. Conclui: *“(...) todos os argumentos de Bukharin sobre o sistema de tarifas aduaneiras, na prática, somente deixariam a indústria russa totalmente indefesa, e conduziram à liberdade de comércio, dissimulado sob o mais leve véu. A isso devemos nos opor com todas nossas forças, e levar nossa oposição inclusive ao congresso do partido, pois, agora, na época do imperialismo, o único sistema de proteção digno de consideração é o monopólio do comércio exterior”*.

A Carta de Lênin a Stalin termina afirmando: *“Acrésceto que a abertura parcial das fronteiras traz graves perigos quanto às divisas, pois, na prática, nos veremos reduzidos à situação da Alemanha; existe o grave perigo de que penetrem na Rússia a pequena burguesia e todo tipo de agentes dos russos emigrados, sem que tenhamos a menor possibilidade de exercer controle algum sobre eles. O único caminho para a reconstrução de nossa indústria é utilizar as sociedades mistas como meio de obter uma séria e longa aprendizagem”*.

Em 15 de dezembro, Lênin retoma a questão em uma terceira Carta a Stalin, para ser entregue aos membros do Comitê Central. Inicia-a dizendo que havia chegado *“a um acordo com Trotsky, acerca da defesa de meus pontos de vista sobre o monopólio do comércio exterior”*. Mostra-se apreensivo pelo fato de não poder estar presente. Exige que se tome uma posição imediata, sem protelação. Diz que está *“seguro de que Trotsky sustentará meus pontos de vista tão bem quanto eu”*. E se diz confiante de que sua posição será acatada, uma vez que importantes membros do Comitê Central já tinham demonstrado uma mudança de posição.

(As citações foram extraídas das Obras Completas, Lênin, tomo XXXVI, Akal Editor)

Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.
CAIXA POSTAL Nº 630 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO - www.pormassas.org - facebook.com/massas.por